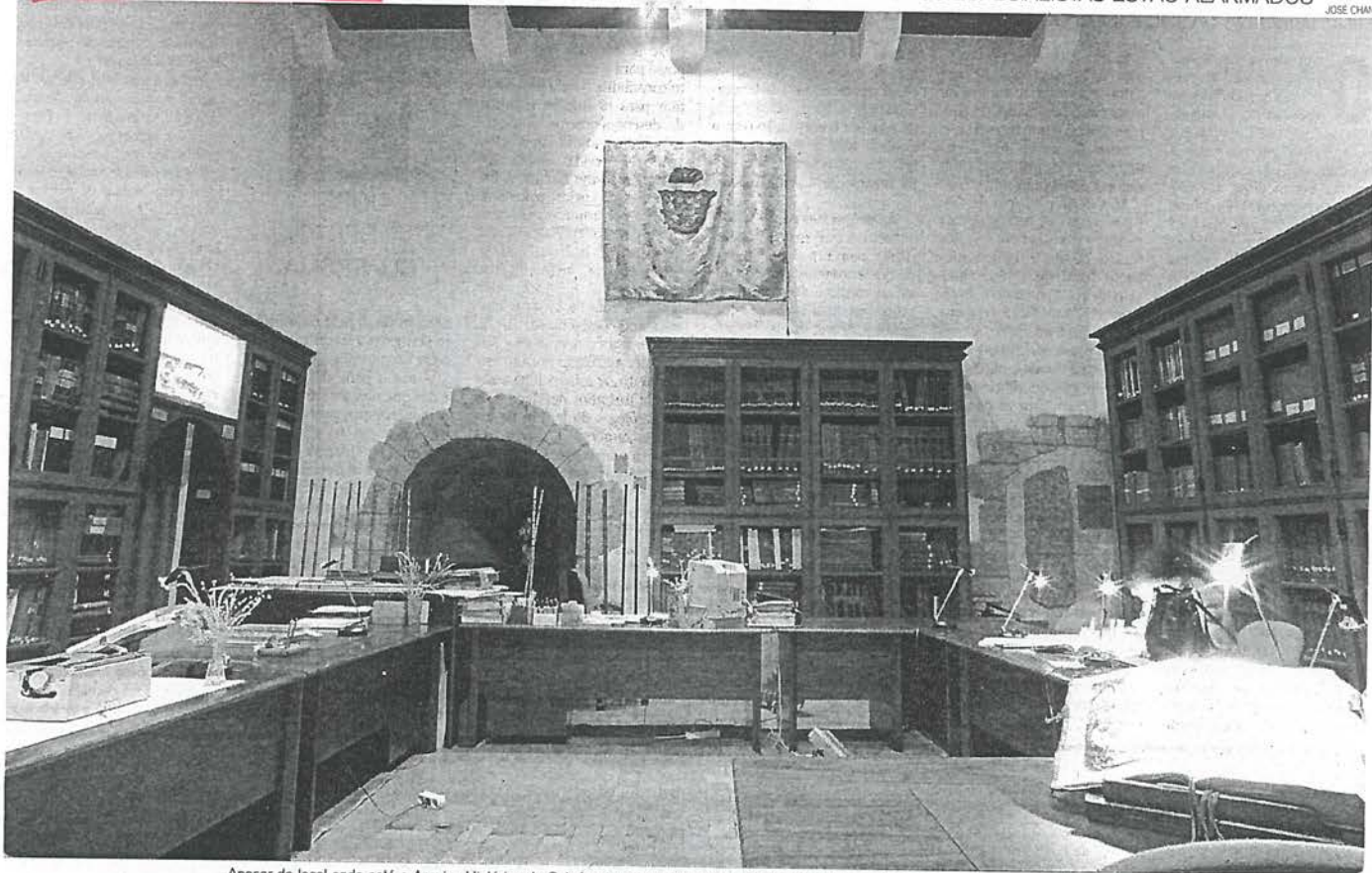


Fechado para obras

O ARQUIVO HISTÓRICO DE COIMBRA VAI SER TRANSFERIDO. O SEU FUTURO É INCERTO. OS ESPECIALISTAS ESTÃO ALARMADOS

JOSE CHAN



Apesar do local onde está o Arquivo Histórico de Coimbra precisar de obras, alguns investigadores estão preocupados com a sua transferência

O actual Arquivo Histórico de Coimbra, o terceiro mais importante do país, vai fechar para obras durante os primeiros meses do próximo ano, sendo a respectiva documentação transferida para a biblioteca municipal, a funcionar na Casa da Cultura. Os utentes e outros munícipes preocupados com a defesa do património temem pelo futuro do arquivo. Mas a câmara não vê razões para isso. Assegura que o espaço reabrirá ao público, depois de melhorado e alargado. Garante que a biblioteca fornece todas as condições de armazenamento e de consulta. E promete, mesmo, uma candidatura à instalação de um arquivo municipal num edifício de raiz.

É ponto assente. A velha Torre de Almedina, onde desde 1978 funciona o Arquivo Histórico de Coimbra, vai encerrar em breve ao público e por tempo indeterminado. Isso mesmo, ao que O Independente apurou, foi já comunicado à responsável das instalações pela vereadora camarária com o pelouro da Cultura. E aquela, por sua vez, transmitiu a informação aos utentes do arquivo - na sua maioria, investigadores e estudantes de História e de Arquitectura. Os quais, ao que também soubermos, não conseguiram esconder a sua preocupação.

As razões para o encerramento, conforme confirmado

pela vereadora, Teresa Portugal, prendem-se com a realização de obras no edifício. Uma necessidade, em si, que ninguém contesta. Tanto mais que chega a chover no segundo dos dois pisos da torre. Além disso, o espaço é manifestamente exíguo. E a informática ou algumas das mais comuns formas de polícopiar documentos ainda ali não chegaram.

Muitas interrogações
Onde a porca começa a

torcer o rabo é no facto de que ninguém sabe exactamente quando começarão as obras. O início destas esteve, inclusive, previsto para Outubro. Agora fala-se da próxima Primavera. Mas a própria vereadora, garantindo estar já pronto o respectivo projecto, afirma que gostaria que fosse antes. Só que não se atreve a assegurá-lo. Porque, alega, o imóvel "é antigo e complexo". Porque uma parte está habitada. Porque

aqueilo que de início se pensava resolver com trabalhos de "pequeno vulto" foi ganhando "dimensão". Problemas todos somados, a única coisa que Teresa Portugal promete hoje é que a torre reabrirá ao público com "mais espaço, mais moderna e mais confortável".

Quando? Ora aí está uma segunda grande interrogação. A vereadora, alegando não ser "engenhreira", só diz que as obras vão demorar "algum tempo". A responsável directa pelo espaço, Paula França,

não foi comunicada qualquer prazo. E o assunto ainda não subiu a sessão camarária. Pelo que também ainda não foi aberto qualquer concurso. Quando for, talvez comece a perceber-se melhor o destino da torre. De facto, inicialmente deu-se de barato que estaria relacionado com a instalação de um pólo do museu da cidade (Machado de Castro). Agora, porém, é a própria vereadora quem afirma que os tempos de execução dirão o que se recomenda pa-

ra que as coisas sejam o mais bem tratadas possível. Garantindo apenas que quando se iniciar as obras o arquivo será transferido para a biblioteca municipal. O que não deixa de causar forte apreensão a técnicos com quem falámos, receosos de que a biblioteca não possua as condições de armazenamento e consulta pelo público consideradas indispensáveis. O que não assusta Teresa Portugal, que garante estar "tudo previsto e estudado".

De todo o modo, a vereadora sempre vai adiantando que Coimbra "irá candidatar-se, no próximo ano, à instalação de um arquivo municipal, num edifício a construir de raiz e que permitirá concentrar num único espaço documentação actualmente dispersa por três locais. Com a concretização deste ponto do plano de actividades camarárias para 2000 satisfazer-se-ia uma velha aspiração dos estudiosos, que não pouparam críticas ao executivo autárquico, presidido por Manuel Machado, por ainda não ter feito o que já fizeram muitos municípios de menor dimensão. E talvez, segundo esses mesmos estudiosos, pudesse começar a resolver-se definitivamente o problema do terceiro arquivo histórico mais importante do país, logo depois de Lisboa e Porto.

JOÃO MESQUITA
independente@mail.soci.pt

Seis séculos de História

UM DOS MAIS NOTÁVEIS MONUMENTOS DE COIMBRA É A TORRE DE ALMEDINA

A Torre de Almedina, onde está instalado o Arquivo Histórico de Coimbra, não é um edifício qualquer. Trata-se de um dos mais notáveis monumentos coimbrãos, construído sobre a porta com o mesmo nome, que funcionou como a principal entrada da antiga cidade murada medieval.

No seu segundo piso, e pelo menos durante quatro séculos, esteve instalado o Município de Coimbra. E no piso inferior funcionou o Tribunal da Relação. Por isso, os documentos mais antigos também se referem ao monumento como "Torre da Veração" ou "Torre da Rolaçom". De res-

to, só em 1834, após a extinção das ordens religiosas, a câmara abandona definitivamente o espaço, instalando-se em parte do Mosteiro de Santa Cruz, onde mais tarde seriam edificados os actuais paços do concelho.

De então para cá a torre foi sede de lojas maçónicas, da Sociedade de Instrução dos Operários, do Club Conimbricense, da Sociedade Filarmónica Conimbricense, do Club Regenerador, da Escola Livre das Artes do Desenho, do Museu Etnográfico de Coimbra. Finalmente, em 1978, nela foi instalado o actual Arquivo Histórico, aberto ao público dez anos depois. Hoje, a documentação dis-

ponível espraia-se por 180 metros, correspondendo à existência de cerca de 3500 volumes. O documento mais antigo data de 1266 e coexiste, em velhos armários, com actas da câmara municipal desde finais do século XV, o foral manuelino da cidade, um exemplar da famosa Lei das Sesmarias, assinada por D. Fernando em 1375, e originais de cartas de diversos reis e infantas. Entre estas avultam as de D. Pedro, filho de D. João I e duque de Coimbra. Numa delas o infante mete uma cunha por um amigo que pretendia chegar a escrivão no tribunal. Noutra intercede acerrimamente pelas prostitutas,

que vinham a queixar-se à câmara por terem sido transferidas do local onde até então exerciam a mais velha profissão do mundo.

Em gavetas mais modernas, é ainda possível encontrar uma significativa colecção de pergaminhos e várias plantas de Coimbra, a mais antiga das quais data de 1491 e já se encontrando em muito mau estado. Se a isto se aliar a existência de vários objectos ligados à história da cidade, como uma imagem de S. Jorge a cavalo, compreender-se-á melhor a riqueza do arquivo, objecto de inúmeras visitas de estudo e de cerca de 350 requisições anuais de documentos. JM

Governo apoia rede de arquivos municipais

“MAIS UM PASSO a caminho da descentralização”, foi como o ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, classificou ontem, no Porto, os protocolos assinados entre o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) e 16 autarquias do Norte do país, relativos ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM). Para uma verba global de 2.383.334 contos — que vão dos 1.250 contos que a Câmara de Celorico da Beira vai investir na compra de equipamento até aos 688 mil contos que a sua congénere do Porto prevê gastar também na aquisição de equipamento e na adaptação da Casa do Infante

—, o IAN/TT participou com 768.864 contos. No total nacional — depois dos acordos de colaboração já assinados, no início da semana, com autarquias das regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, e daqueles que, no próximo dia 10, vão ser rubricados em Coimbra, para a Zona Centro —, o investimento no PARAM ascenderá a quase três milhões de contos.

Estes protocolos resultam de um concurso nacional lançado, no ano passado, pelo IAN/TT, ao qual concorreram 40 autarquias e das quais foram seleccionadas 36 — Barcelos, Serpa, Moura e Vila do Bispo foram as câmaras que ficaram de fora, as

quais poderão candidatar-se a novo concurso, a lançar já no próximo ano. Com este novo programa de apoio técnico e financeiro aos arquivos municipais, o IAN/TT visa o lançamento de uma rede nacional, paralela à dos arquivos distritais, que está já quase a ser concluída.

Na sessão de ontem, Carrilho situou ainda este acordo no contexto das grandes apostas do seu ministério, referindo, a propósito, o aumento substancial das verbas destinadas à Cultura inscritas no III Quadro Comunitário de Apoio, dando como exemplo a subida dos montantes destinados ao património de 8 milhões para 30 milhões de contos. ■ S.C.A.

Arquivos municipais com apoio financeiro

SW
29
7
99

Ministério da Cultura disponibilizará, até ao fim do ano, 330 mil contos a 36 autarquias de todo o país, sete delas do distrito do Porto

Trinta e seis municípios vão ser contemplados este ano com 330 mil contos do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM). O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, fez o anúncio na Torre do Tombo, ao lado de Bernardo Sousa, presidente do Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, o organismo responsável pelo lançamento do projecto que, no ano passado, só abrangeu cinco câmaras. Bernardo Sousa referiu que o acordo entre o IAN/TT e as câmaras implica uma partilha de responsabilidades que irá permitir aos municípios beneficiarem de apoio financeiro para a instalação

dos arquivos e técnico para o tratamento dos seus fundos documentais. Na região de Lisboa, apenas os municípios de Cascais, Loures, Sintra e Torres Vedras vão ser apoiados pelo PARAM. No Porto, estão presentes, além da capital do distrito, Amarante, Penafiel, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Valongo e Póvoa de Varzim. Os restantes encontram-se espalhados pelo resto do país. A região Norte é, no entanto, largamente maioritária: Braga, Celorico de Basto, Covilhã, Freixo, Guimarães, Mirandela, Murça, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Ribeira de Pena e Seia. No Centro, além das câmaras lisboe-

tas, também os municípios da Marinha Grande, Montijo, Pedrogão Grande, Seixal, Ourém (único município de Santarém), Sertã e Vale de Cambra vão ter acesso ao dinheiro do PARAM. A região Sul é representada por Sesimbra, Silves, Lagoa, Mértola, Tavira, e Vila Real de Santo António.

Bernardo Sousa referiu que, este ano, "contactaram o IAN/TT setenta municípios, dos quais quarenta formalizaram a candidatura ao programa." As razões da escolha, disse, "tiveram em conta aspectos de carácter técnico, patrimonial e financeiro."

"No ano passado, o projecto ini-

ciou-se de forma perscrutante, mas agora tem outras ambições", considerou Manuel Maria Carrilho.

Ambições que vão fazer com que, no prazo de dez anos, sejam dispendidos cerca de seis milhões de contos na rede de arquivos municipais, revelou o ministro. Com efeito, o PARAM insere-se num projecto mais abrangente, que visa a integração dos arquivos municipais na Rede Nacional de Arquivos.

É com este reforço do "apoio financeiro, quer a nível central, quer a nível distrital", que o "Ministério da Cultura pretende salvaguardar a memória colectiva de cada região", que os arquivos representam.

DN
1314
98



O Arquivo da Universidade de Coimbra – estrutura única no mundo pelo património académico que possui – está na expectativa de que o orçamento deste estabelecimento de ensino superior lhe conceda, tão rapidamente quanto possível, as verbas indispensáveis à preservação do seu precioso acervo, onde está guardada parte significativa da História de Portugal

Arquivo raro em «alerta vermelho»

Relíquias da História de Portugal e livros únicos no mundo ou são de imediato recuperados ou perder-se-ão para sempre

PAULA CARMO

Estava-se em 1540, quando o então reitor da Universidade de Coimbra, D. Agostinho Ribeiro, bispo de Angra e depois de Lamego, era incumbido, por provisão régia, de dar «remédio provisório» ao possível desaparecimento de documentos académicos. D. João III exigia-lhe, designadamente, que mandasse executar uma arca com três fechaduras, para nela o recolher. Assim fez, guardando para si uma das respectivas chaves, entregando outra ao lente de cânones ou de leis e a terceira ao bedel escrivão do conselho.

Há que subir 48 degraus, por entre quadros gigantes de autores desconhecidos, até se atingir, hoje, essa célebre arca-cartório, em ferro, que constituiu, pode dizer-se, o primeiro local onde começaram a guardar-se, finalmente, os documentos mais impor-

«Falta-nos um gabinete de conservação e restauro», diz Manuel Augusto Rodrigues, da direcção do Arquivo

tantes da Universidade de Coimbra. Mas vale bem a pena ir até ao sexto e último piso do actual Arquivo. Entre outras preciosidades, lá estão, por exemplo, os célebres Estatutos Pombalinos de 1772, com a assinatura autógrafa de Sebastião José de Carvalho e Melo.

O livro, com 420 páginas de bom papel e encadernação em marroquim, com fecharia de prata, encontra-se, inclusivamente, em excelente estado. Mas é uma excepção. Outros, alguns até únicos no mundo, estão, pelo contrário, praticamente, a desfazer-se, como também acontece a múltiplos selos pendentes.

«Falta-nos um gabinete de conservação e restauro», reconhece Manuel Augusto Rodrigues, na direcção do Arquivo desde 1982. «Há realmente documentos», justifica, «que ou se recuperam agora ou perder-se-ão para sempre.»



PATRIMÓNIO. A arca-cartório onde começaram a guardar-se os documentos mais importantes da universidade

Estão, por isso, como adiantou ao DN a técnica superiora de arquivo Ana Maria Bandeira, «vedados à consulta dos investigadores». É o caso, entre outros, do pergaminho, datado de 4 de Janeiro de 1451, com o selo pendente do bispo de Coimbra e em cuja ficha de descrição poderá ler-se: «Arquivo da Casa do Paço de Ois. Contrato do Mosteiro de Santa

Cruz com o bacharel Vasco Fernandes, pelo qual este teria a cargo de todos os negócios temporais e judiciais do mesmo mosteiro, e emprazamento da terra de Aguada de Cima, Casais de Aguium.»

A tinta de tão relevante documento (espelha o tipo de relações empresariais do século XV, altura em que possuiu a terra represen-

tava, antes de mais, um estatuto social), porém, já pouco se nota; esvaiu-se com o tempo, com a humidade e com os fungos.

Emprazamento era um contrato de arrendamento para usufruto de uma propriedade, que se poderia alargar a três gerações, da mesma família ou não.

Da colecção do Arquivo da Universidade de Coimbra fazem

parte, aliás, cerca de três mil outros pergaminhos, um dos quais, pelo seu ineditismo (tem 8,30 metros de comprimento), está também guardado no cofre, juntamente com os Estatutos Pombalinos. Trata-se de uma Demanda entre o Cabido da Sé e o bispo, datada do século XIV.

Mas os documentos a suscitar, de momento, maiores preocupações, respeitam, todavia, segundo o director, a alguns livros de matrículas do século XVI e XVII, «cujas encadernações se estão a desfazer. As lombadas vão desaparecendo por serem feitas de cola à base de farinha».

Para evitar que se percam informações sobre os alunos que frequentaram a Universidade de Coimbra, o Arquivo decidiu, entretanto, proceder à informatização dessas matrículas, a partir do século XVI.

«Mas ainda só estamos na letra A e já temos mais de 12 mil fi-

Documentos a suscitar maiores preocupações são alguns livros de matrículas dos séculos XVI e XVII

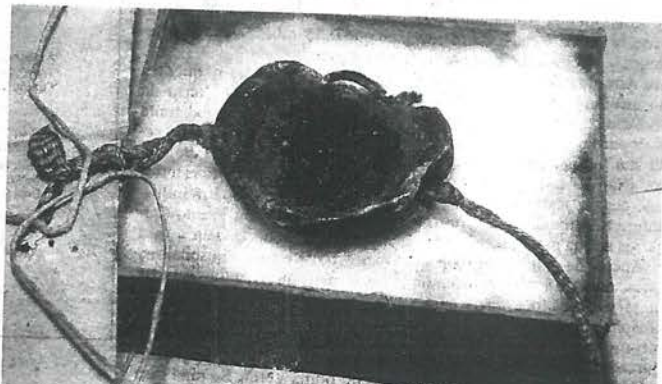
chas», revela Ana Maria Bandeira.

Manuel Augusto Rodrigues realça, por seu turno, que todo o trabalho que vem sendo feito, embora se trate de um «serviço escondido», ajuda não só «os estudantes a obter os seus canudos como a salvaguardar um património valiosíssimo».

O Arquivo da Universidade de Coimbra – estrutura única no mundo pelo património académico que possui – está, assim, em autêntico «alerta vermelho» e na expectativa de que o orçamento da Universidade lhe conceda, tão rapidamente quanto possível, as verbas indispensáveis à preservação do seu acervo. Caso contrário perder-se-ão adentro das suas portas de corta-fogo, nos depósitos, estantes e armários dos seis pisos onde se guardam alguns dos nossos mais significativos documentos históricos, científicos e universitários.



PRECIOSIDADES. Livro do século XIV e pergaminho, datado de 4 de Janeiro de 1451, com o selo pendente do bispo de Coimbra, são algumas das relíquias da História de Portugal ali preservadas



Brasil independente passou pelo Mondego

São ainda hoje inúmeros os pedidos de notas biográficas e curriculares sobre o passado académico de personalidades oriundas daquele país

P. C.

«Do século XVI até à independência do Brasil passaram pela Universidade de Coimbra cerca de três mil estudantes brasileiros. A independência daquele país foi, portanto, aqui "cozinha", declara ao DN o director do arquivo, Manuel Augusto Rodrigues.

Aos respectivos serviços continuam a chegar, de resto, inúmeros pedidos de informação oriundos do Brasil ou de outros países sobre notas biográficas e curriculares de pessoas com projecção internacional, para as quais interessa conhecer o passado — nomeadamente escritores e políticos que pisaram a Via Latina.

Um dos mais importantes, José Bonifácio de Andrada e Silva, natural de Santos, ilustre professor de mineralogia, ficou conhecido como «o patriarca da independência do Brasil».

Segundo Francisco de Moraes, que, em 1949, na revista *Brasília*, faz o apanhado de todos os brasileiros que passaram por Coimbra, Andrada e Silva, antes de «exercer uma acção política notável» no Brasil, superintendeu as obras de encanamento do rio Mondego. Fez ainda, em 1807, aquando da invasão francesa, parte do Batalhão Académico, com os postos de major e tenente-coronel, acabando por tornar-se, após a expulsão dos invasores, chefe da polícia do Porto.

Mas muitos outros nomes de relevo na história política, religiosa e cultural do Brasil beberam a sua sagesa em Coimbra: Bartolomeu de Gusmão, de Santos, formou-se em cânones, celebrizan-

do-se mais tarde com a invenção da passalora voadora; Alexandre Rodrigues Ferreira, natural da Baía, formou-se em filosofia, tornando-se depois explorador dos rios Amazonas, Branco, Madeira, Guarapé e Mamoré, em missão oficial do Governo brasileiro; Francisco de Melo Franco, natural de Minas de Paracatu, médico e poeta, foi, por ordens de D. João VI, a acompanhar a arquiduquesa D. Maria Leopoldina, destinada esposa do príncipe real; António de Moraes Silva, do Rio de Janeiro, formado em leis, perseguido pela Inquisição, desempenhou os cargos de capitão-mor do Recife, coronel das milícias de Muribeca

Construído de raiz, o Arquivo da Universidade de Coimbra foi inaugurado em 16 de Outubro de 1948

e de membro do Governo provisório, ao coadjuvar o governador Luis do Rego.

«O arquivo é sempre uma instituição secreta, onde se guardam textos antigos. Haverá até muita gente ligada à universidade, estudantes e professores, que questionam onde fica localizado», diz o director, em tom divertido. «Mas não terá sido por isso», acrescenta, «que, nas últimas manifestações estudantis contra a Lei-Quadro de Financiamento do Ensino Superior, os alunos tontestatórios não colocaram ali qualquer cadeado.»

Construído de raiz, o Arquivo da Universidade de Coimbra,

inaugurado em 16 de Outubro de 1948, foi o primeiro edifício a ser erigido na cidade universitária, dentro do plano geral da construção das novas faculdades. «Esperamos fazer uma publicação sobre essa temática, que vai ficar para a história», acentua Manuel Augusto Rodrigues. «Antes», explica, «funcionava num local acanhado, por detrás da Capela da Universidade, mas graças ao dr. António Vasconcelos, seu primeiro director, em 1901, assumiu-se como repartição oficial. É ele que faz a respectiva arrumação.»

Este arquivo, para além de ser universitário, é também distrital — «o que valoriza o trabalho dos investigadores, que podem assim aceder a escrituras, registos, notários e paroquiais».

Meio século passado, a saturação começa a revelar-se, todavia, bem evidente. Pensa-se já, por isso, num novo edifício ou na mudança para outro local, que comporte o volume de livros ali diariamente recebidos. «Ainda não está nada definido, mas vêm aí os reitores novos. Aguardemos...», sublinha o director, igualmente esperançado numa dotação de verbas «mais condizentes».

Actualmente, segundo Manuel Augusto Rodrigues, cerca de 80 por cento do orçamento é gasto com despesas de pessoal, o que deixa apenas «umas migalhas» para equipamentos de conservação de materiais, «extraordinariamente caros».

A haver mais dinheiro, «poder-se-ia ampliar, por exemplo, o trabalho de microfilmagem dos documentos em pior estado de conservação», explica a técnica



ABRANGÊNCIA. Arquivo, para além de ser universitário, é também distrital

superior de arquivo Ana Maria Bandeira.

Recorde-se que importantes trabalhos, nomeadamente sobre a Universidade de Coimbra, saíram da consulta de documentos ali guardados (o que ainda hoje acontece) — investigações, entre outras, de Francisco Carneiro de Figueiroa, Francisco Leitão Fer-

reira, João Pedro Ribeiro, Manuel Severim de Faria, Alexandre Herculano e Gabriel Pereira de Castro.

Os dez quilómetros de documentos, alguns verdadeiros tesouros históricos, aguardam, entretanto, outro tratamento. Para que um novo ciclo surja na já histórica existência do arquivo.

Herculano «desviou» pergaminhos para Lisboa

Meio milhar de «autênticas preciosidades», uma delas remontando ao século IX, foram levadas em 1835 para o Tombo

P. C.

Remonta a 1308 o trabalho universitário de «arquivar e guardar os documentos de valor e interessantes, que se vão produzindo», tal como escreve António Vasconcelos, nomeado, em 1900, primeiro director do Arquivo da Universidade de Coimbra.

O retorno, em 1377, por decisão de D. Fernando, dos Estudos Gerais a Lisboa, provocaria, no entanto, grandes perturbações no âmbito desse trabalho, que mais se agravariam ainda, 160 anos depois, com a nova transferência para Coimbra. D. João III esqueceu-se, realmente, de providenciar que os livros e documentos do cartório fossem guardados e transportados com as devidas cautelas, pelo que muitos se extravariaram.

Em 18 de Junho 1547 viria contudo a ser instituído o cargo de guarda de cartório e livraria, tendo para ele sido designado Fernão Lopes de Castanheira, acabado de regressar de uma longa viagem de quase 20 anos, em que visitara as terras de conquista portuguesa no Oriente. Cedo esbarraria, porém, com a intransigência do reitor, frei Diogo de Murça, que insistia em manter em seu poder os

documentos mais importantes, os quais só uma década transcorrida eram finalmente recolhidos, numa das casas do Colégio de São Paulo, em «arcas fortes, seguras e bem fechadas».

À medida que a universidade se ia instalando, o seu património documental, obviamente, aumentava e enriquecia-se. Em 1591, os estatutos filipinos legisla-

riam mesmo sobre os serviços de cartório, proibindo a saída de quaisquer documentos e atribuindo a cada lente, pela repetição anual que deles eram obrigados a fazer, uma propina de cinco cruzados.

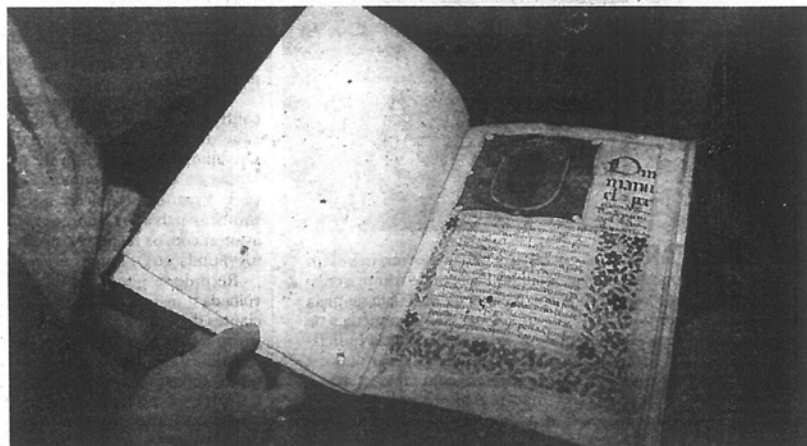
Em 1772, aquando da Reforma Pombalina, o cartório estava, pode dizer-se, finalmente organizado, apesar de ter sido dividido

em dois: o da fazenda e o da secretaria. Mas com a alteração que, em 5 de Maio de 1835, impôs que todos os bens e rendas da Universidade ficassem sob a alçada do Tribunal do Tesouro Público, reinstalou-se a confusão. Seria, aliás, por esta altura, que Alexandre Herculano levou, para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 497 pergaminhos, na sua

maioria «autênticas preciosidades», um dos quais inclusivamente datado do século IX.

Posteriormente, em finais do século XIX, novo contratempo. Ao que rezam as crónicas, empregados e serventes da secretaria decidiram despejar «quantos objectos velhos os importunavam, e lá iam depositando resmas de papel, lá colocavam em tempo de chuva os seus chapéus e capas a escorrer», caracterizou António Vasconcelos. Na verdade, só após publicação do Decreto n.º 4, de 24 de Dezembro de 1901, artigos 155 a 160, o Arquivo da Universidade de Coimbra ascenderia, finalmente, à categoria de repartição distinta.

Feita a inventariação criteriosa de todo o seu espólio, foi então possível dar início a uma fase de intensa actividade cultural (conferências, exposições, concertos e visitas de estudo) e do constante enriquecimento do respectivo acervo, nomeadamente através de colecções particulares, com destaque para as de João de Jardim de Vilhena (cartas e iconografias de reis), Salema Garção (documentação em geral) e Belisário Pimenta (documentos sobre Miranda do Corvo e as invasões francesas).



TAREFA. Em 1540, o reitor da Universidade foi incumbido de dar «remédio provisório» aos documentos existentes

Espólio do Douro com acesso bloqueado

Guerra aberta por um arquivo

São milhares de livros e documentos que traduzem a história dos séculos XVIII e XIX do rio Douro e do Norte de Portugal, mas a sua consulta está coarctada. Trata-se do Arquivo

Histórico da Real Companhia Velha, um espólio que condensa cem anos da vida económica e social do País – com importante relevância para o período de vigência do Marquês de Pombal. A falta de catalogação e inventariação do arquivo – que ainda não foi feita por exigir verbas avultadas – é a principal causa, segundo a empresa, para o bloqueio à consulta. Para já, a Câmara de Gaia solicitou ao Ministério da Cultura uma inspeção ao espólio, mas a empresa é peremptória: «Aqui, ninguém entra».

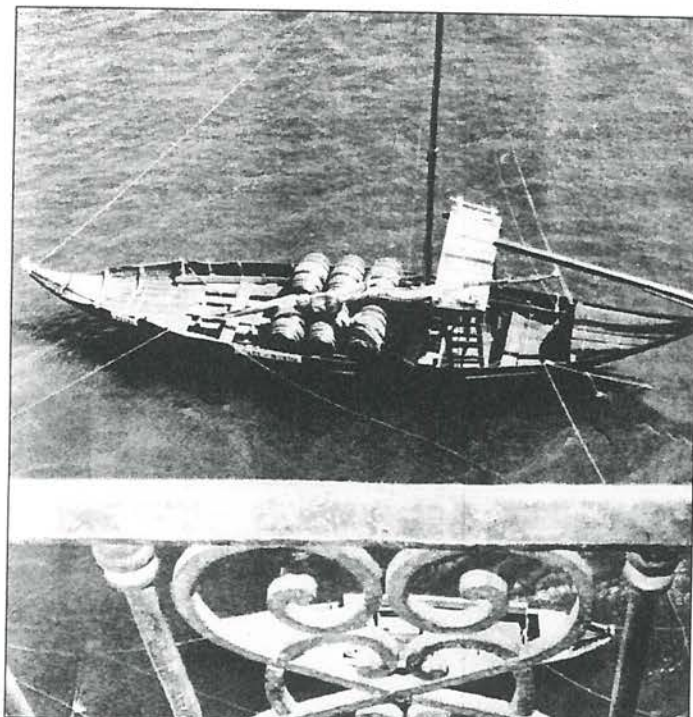
Quem quiser consultar o Arquivo Histórico da Real Companhia Velha fica a ver navios. A maioria dos historiadores e investigadores que necessitaram do acesso ao espólio vieram para casa de mãos a abanar. É inacessível a consulta.

Contudo, o arquivo reúne milhares de livros e documentos referentes aos séculos XVIII e XIX do rio e Norte de Portugal, com especial destaque para o período pombalino, que contribuiriam para um aprofundado estudo da história, sociedade e economia daquela época.

Cartas de barcos e de arrais, copiadores de enésimos géneros, correspondência para provadores, entradas e saídas de vinhos, correntes de embarque, guias, talões de escritórios, descrição dos devedores (do Reino Unido e Ultramar), letras e recibos são alguns dos muitos documentos que constam do espólio.

Isto a par de um livro de contabilidade de 1756, a demarcação das quatro léguas exclusivas, a primeira subscrição de ações da companhia, em 1756.

Há alguns anos, falou-se, até, da hipotética venda



Quem quiser consultar o Arquivo Histórico da Real Companhia Velha, um espólio que condensa cem anos da vida económica e social do Norte do País e do rio Douro, fica a ver ... navios

do arquivo para o estrangeiro, mas Ferreira do Amaral, da Real Companhia Velha, garantiu ao nosso jornal que se trata de «pura mentira».

Sobre a inacessibilidade ao arquivo, a mesma fonte justifica-se com o facto de o fundo documental não se encontrar ainda inventariado e catalogado.

«Este passo está nos horizontes da empresa, mas é uma tarefa que exige verbas avultadas, recursos humanos e muito tempo. Devido a esse facto, ainda não foi efectuada e, por isso, evitamos que as pessoas mexam nos documentos pois é arriscado» – sustentou.

Sobre a proposta aprovada pela Câmara de Gaia de o Ministério da Cultura efectuar uma inspeção ao espólio, a mesma fonte é peremptória: «Aqui ninguém entra. A Câmara de Gaia pode decidir o que quiser. Esta é uma empresa privada e nem o próprio Estado pode aqui entrar sem ter um mandado judicial» – afirmou o mesmo responsável.

Seja como for, a autarquia pretende que o Ministério da Cultura proceda de imediato a uma inspeção às actuais condições de conservação do arquivo.

Tendo em conta a «afectiva situação económica da Casa do Douro» e «os conflitos e negócios com a família Silva Reis», proprietária da Real Vinícola e detentora do património

da Real Companhia Velha, onde se encontra o fundo documental, a autarquia teme que tudo se disperse.

Segundo Barbosa da Costa, vereador da Cultura da Câmara de Gaia, o arquivo é praticamente inacessível ao público, não permitindo o estudo e investigação de uma das mais importantes épocas da História de Portugal.

«A Câmara de Gaia entende que o arquivo deve estar protegido e salvaguardado, não devendo em caso algum sair de Vila Nova de Gaia», pelo que a autarquia, segundo uma proposta de Manuel Moreira, pretende que seja reinstalado no Entrepósito de Gaia do Vinho do Porto.

«Já tentei consultá-lo e não foi possível pois não me facultaram o acesso. O facto é que se trata de uma empresa particular e não é obrigada a fazê-lo. Mas a Câmara reafirma o seu papel de 'provedoria', ao chamar a atenção para um caso que se passa na sua área de jurisdição» – declara Barbosa da Costa.

O vereador afirmou, ainda, que chegou a ser ventilada a hipótese de retirar o espólio de Gaia para o Douro, o que a empresa também nega.

A propósito, o nosso jornal tentou contactar Biquero Moreno, responsável pelo Arquivo Distrital do Porto, o que não foi possível.

Fátima Dias Iken

Em Leça da Palmeira Acidente de viação faz um ferido grave

Um acidente de viação ontem ocorrido, pelas 15.20 horas, na Avenida de Antunes Guimarães, em Leça da Palmeira, envolvendo duas viaturas, provocou um ferido grave, que recolheu ao Hospital de S. João, onde à hora de fecho desta edição, se encontrava ainda internado.

Tudo aconteceu quando um jipe que seguia em direcção à praia de Leça invadiu, por motivos desconhecidos, a faixa de rodagem contrária, acabando por ir embater num automóvel ligeiro que circulava nesse sentido, rumo à Quinta da Conceição.

Luis Alberto Moreira da Silva, de 63 anos de idade, pintor da construção civil, residente em Gaia, é o ferido mais grave. Era o condutor do jeep, no interior do qual se encontrava ainda mais uma pessoa. Os cinco intervenientes deste acidente foram conduzidos pelos Bombeiros de Matosinhos/Leça ao hospital local (a condutora do ligeiro estava em estado de choque), mas apenas Luis Silva foi posteriormente transferido para o «S. João».

De acordo com informações que recolhemos junto de fonte da corporação, o pintor apresentava suspeitas de fractura num braço, além de escoriações espalhadas pelo corpo. Refira-se que os Bombeiros de Matosinhos/Leça foram obrigados a utilizar material de desencarceramento de modo a resgatar Luis Silva para o exterior.

«O jipe ficou de patas para o ar», disse a mesma fonte, acrescentando que ambas as viaturas sofreram danos bastante elevados.

QUEM DISSE QUE O QUE É BOM É CARO?

QUALIDADE

PREÇO

BELCOM-ROIS

VAI FAZÊ-LO MUDAR DE IDEIAS E DE CENTRAL TELEFÓNICA

SEDES OPERACIONAIS
LISBOA
R. Dr. José B. de Sousa, 27 - 1500 Lisboa
Tel: 711 30 00 - Fax: 711 30 03

SETÚBAL
Av. D. João II, 6 - 1.º - 2910 Setúbal
Tel: 520 14 10 - Fax: 520 14 19

ALENTEJO
Av. Dinis Miranda, 107 - 7000 Évora
Tel: 740 94 40 - Fax: 740 94 49

PORTO
R. 5 de Outubro, 230 - 4100 Porto
Tel: 607 91 60 - Fax: 607 91 67

CENTRO
R. Miguel Torga, 170 - 3030 Coimbra
Tel: 700 31 00 - Fax: 700 31 09

BEIRA INTERIOR
R. Cidade da Covilhã, 47-1.º - 6200 Fundão
Tel: 770 10 00 - Fax: 770 10 09

O BELCOM-ROIS de tecnologia híbrido-celular tem o preço semelhante aos vulgares sistemas telefónicos, em virtude das nossas fábricas do Japão, EUA e Suíça serem totalmente robotizadas, obtendo-se assim, baixos custos de produção. Se pode, porque não ter o melhor? Consulte-nos!

R BELTRÓNICA
DIVISÃO DE SISTEMAS TELEFÓNICOS DIGITAIS

RIBATEJO
Av. 24 de Setembro, 4 - 2000 Santarém
Tel: 300 56 00 - Fax: 300 56 09

ALGARVE
Av. José da Costa Meaia, 161 - 8100 Loulé
Tel: 410 10 60 - Fax: 410 10 69

MADEIRA
R. Dr. Brito da Câmara, 26 - 9000 Funchal
Tel: 740 41 00 - Fax: 740 41 09

ARQUIVO DISTRITAL PRECISA DE NOVAS INSTALAÇÕES

JN - 16.5.96

Instituição acaba de editar o "Recenseamento dos Arquivos Locais"

O Arquivo Distrital de Viana do Castelo precisa de mais espaço e de espaços mais adequados.

Segundo a directora da instituição, Maria Olinda Alves Pereira, só um edifício construído de raiz resolverá aqueles problemas, mas falta o terreno.

Abílio Faria

Ultimamente, o Arquivo Distrital esteve na ordem do dia. Depois de Eisboá, o arquivo vianense editou um volume com o "Recenseamento dos Arquivos Locais - câmaras municipais e Misericórdias - Distrito de Viana do Castelo", obra que faz parte de um projecto global, a concretizar, progressivamente, em todos os distritos do continente.

A cerimónia pública de apresentação dessa obra, dirigida pela responsável do arquivo desde 1989, a dr. Maria Olinda Alves Pereira, fez atrair as atenções sobre a sede da instituição, no Palácio da Vedoria, e sobre a situação em que encontram os documentos confiados à sua guarda e conservação, bem como sobre todos os outros existentes no distrito.

Para clarificar a situação, o JN avisou-se com a directora do "Arquivo", que, para além do regozijo pela obra acabada de editar, se mostrou muito preocupada, pela sua experiência dos últimos anos, não quanto aos arquivos espalhados pelo distrito, mas, também, em relação às próprias instalações do Arquivo Distrital.

Com efeito, apesar da sua beleza arquitectónica, o Palácio da Vedoria, adaptado a arquivo a partir de 1985, não serve aos fins a que está destinado, não só pela falta de espaços - apenas dispõe de 3500 metros quadrados de espaço útil, quando só para os documentos dos tribunais seriam precisos quatro mil metros quadrados -



Maria Olinda Alves Pereira, directora do Arquivo Distrital, reclama um edifício novo para o arquivo.

mas, também, porque a sua estrutura não é adequada funcionalmente a um arquivo.

Por estas e outras razões, concluiu Maria Olinda Pereira, será necessário construir, no distrito, um edifício destinado especificamente para arquivo, como já aconteceu em Portalegre, no Porto e noutras localidades.

Embora os responsáveis por este departamento, bem como as entidades de tutela, como a Torre do Tombo e o Ministério da Cultura, equacionem já esta necessidade, tem havido dificuldade em encontrar um terreno adequado para o efeito, a exigir uma colaboração mais intensa de todos, sobretudo do Poder Local.

ESTADO DEPLORÁVEL DE MUITOS ARQUIVOS

É intenção desses responsáveis que a obra esteja pronta, o mais tardar, dentro de 10 anos, não só para permitir a reinstalação do seu actual acervo documental, mas, também,

trado, muita dessa documentação é, por vezes, extramente valiosa e, na maior parte dos casos, corre riscos de desaparecer, ou de se deteriorar irreversivelmente.

Aliás, pela actividade que teve que desenvolver ao longo do distrito para elaborar o recenseamento dos arquivos locais (câmaras e misericórdias), Maria Olinda Pereira ficou espantada e "alarmada" com o deplorable estado em que alguns se encontram, a exigir intervenções cautelares dos órgãos de gestão dessas instituições.

ARQUIVOS LOCAIS

Entretanto, apesar destas dificuldades, acrescidas com o número escasso de pessoas ao seu serviço, o Arquivo Distrital, com a dedicação das suas funcionárias - até ao momento, ali só trabalham mulheres -, tem vindo a cumprir as suas missões de recolha, preservação e conservação do espólio documental colocado à sua guarda, curiosamente, muito procurado pelos investigadores.

Para além dessa missão, a instituição, por força de um projecto global para todo o Portugal continental, mas que terá também dimensão europeia, tem vindo a desenvolver trabalhos que levarão, no seu conjunto, ao rastreamento dos arquivos nacionais.

Lançado no princípio desta década, o projecto, que a certa altura foi "metido na gaveta", para dar lugar a outros trabalhos, já começou a dar os seus frutos, depois de retomado a sua orientação inicial.

Fruto desse trabalho, o Arquivo Distrital de Viana já conseguiu editar o seu "Recenseamento dos Arquivos Locais", estando já a dedicar-se, para futuras publicações, à análise do acervo documental que se encontram em poder do Governo Civil, ao mesmo tempo que expande a sua acção de sensibilização para a defesa e conservação de todo o tipo de arquivos, públicos ou particulares, que existam na região.

para poder receber toda a documentação que, por lei, lhe deverá ser confiada.

Com efeito, para o Arquivo Distrital terão de ser transferidos os documentos notariais com 30 anos, transferência que se fará de cinco em cinco anos, registos paroquiais com mais de 100 anos - muitos deles ainda se encontram em mão de particulares -, bem como a documentação dos tribunais (50 após o trânsito em julgado dos processos) e de todos os serviços que vão sendo extintos, para além de todos os registos que os particulares queiram confiar à guarda da instituição.

Até ao momento, apenas a Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo confiou a sua documentação ao "Arquivo", o mesmo acontecendo com as freguesias de Afife, do concelho de Caminha, e de Brandara, do município de Ponte de Lima.

A directora do Arquivo Distrital espera que estes casos se multipliquem, pois, como a experiência tem demons-

Directora pela «ponta dos cabelos»

Torre do Tombo não liga ao Arquivo Distrital de Guimarães

L.M. meiros.

A directora do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta não compreende "o completo desinteresse" da Torre do Tombo pelo centro de documentação vimezanense.

Isabel Sousa frisa a propósito que, apesar do arquivo que dirige - classificado como Arquivo Distrital - estar na dependência do Arquivo Nacional, a Torre do Tombo "ignora a existência do Arquivo Alfredo Pimenta e nem sequer convoca os seus responsáveis para as reuniões de carácter distrital".

Aquela responsável, recorda que o primeiro director do Arquivo Municipal de Guimarães foi precisamente o então director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, mas acusa a instituição de "preferir convocar para as suas reuniões outros Arquivos que nem sequer fazem parte da rede" de ligação ao Arquivo Nacional.

Isabel Sousa que dirige também a Biblioteca Municipal Raúl Brandão, acrescenta que da Torre do Tombo "tão pouco respondem aos inúmeros ofícios que para lá enviamos", chegando ao ponto de "nem sequer devolver algumas dezenas de microfílm de Fundos Paroquiais que lhe foram remetidos para limpeza".

A indefinição do Arquivo Nacional relativamente às competências, atribuições e responsabilidades legais dos arquivos sob a sua dependência - sublinha Isabel Sousa - gera outras "consequências graves", nomeadamente no que concerne à incorporação da documentação judicial no espólio dos arquivos municipais. Uma incorporação que a directora do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta afirma ser "à margem da lei", mas contra a qual os arquivos sob a dependência da Torre do Tombo "nada podem fazer", uma vez que "é o Arquivo Nacional a quem compete pronunciar-se" e definir, "de uma vez por todas, se é ou não da exclusiva competência dos arquivos municipais" incorporarem os Fundos Judiciais no seu espólio.

DISPERSÃO DE DOCUMENTOS. Advertiu ainda Isabel Sousa que, caso a Torre do Tombo não se predisponha à clarificação, muita da documentação judicial será repartida pelo Arquivo Distrital e pelos arquivos municipais. Uma distribuição que "acabarà por se alargar aos arquivos das misericórdias ou de outras instituições", quando já não houver espaço nos pri-

O grande problema de semelhante distribuição de documentos tão importantes como são os judiciais reside no modo como a distribuição irá ser feita.

Aquela responsável acredita mesmo que, "por certo, ela será efectuada sem qualquer critério, organização ou inventário, a não ser as remessas de incorporação" que acompanham os próprios documentos.

"Quem vai sofrer com estas situações são os cidadãos, que não saberão onde consultar os processos ou solicitar as certidões de que precisam".

FALTA DE ESPAÇO. Para além dos problemas descritos, o centro documental enfrenta outros de "considerável gravidade", a começar pela falta de espaço para incorporação de nova documentação. E como se não bastasse estar a «rebentar pelas costuras», o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta encontra-se em permanente situação de risco, no que concerne à segurança de pessoas e bens.

Integrado numa dependência da Câmara Municipal de Guimarães e ladeado por uma carpintaria e um parque de estacionamento, o arquivo vimezanense não tem alarme contra incêndios ou roubos, nem sequer saídas de emergência que assegurem a segurança dos seus funcionários. Problemas que se fundamentam nos parcos recursos financeiros do seu orçamento, pois todas as despesas, incluindo as de manutenção, têm sido asseguradas exclusivamente pela Câmara Municipal de Guimarães. Uma postura que contrasta com o alheamento que tem sido manifestado pelo Governo, apesar de também ele ser "parte interessada no processo", uma vez que o Arquivo Municipal faz parte da rede distrital do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Isabel Sousa espera que melhores condições de preservação da documentação e do funcionamento do próprio arquivo vão surgir, quando as instalações forem transferidas para um edifício do centro histórico - a casa de Martins Sarmento -, já disponibilizado para o efeito.

O problema é que escasseia o dinheiro imprescindível às obras de restauro e de adaptação que o prédio precisa. Motivo por que o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta vai continuar a debater-se com o vasto leque de problemas que enfrenta, como se estivesse esquecido numa das prateleiras empoeiradas da Torre do Tombo.

Guimarães

TORRE DO TOMBO IGNORA ARQUIVO ALFREDO PIMENTA

É o único municipal com funções distritais mas rebenta pelas costuras e está em situação de risco

Armindo Cachada

O Arquivo Municipal Alfredo Pimenta assume um carácter singular no conjunto dos arquivos municipais do país, pois, além de ter sido o único criado por Decreto-Lei, foram-lhe atribuídas funções análogas às de um arquivo distrital na área correspondente ao concelho de Guimarães. O seu primeiro responsável, em 1931, foi o próprio director da Torre do Tombo, mas, hoje, este organismo ignora completamente a existência do arquivo, apesar de estar sob a sua dependência, e nem sequer convoca os seus responsáveis para as reuniões de carácter distrital, preferindo chamar outros que não fazem parte da rede.

A recente visita ao arquivo, promovida pela Associação de Guimarães para a Defesa do Património (Muralha), permitiu, mais uma vez, chamar a atenção para as más condições de instalação dos fundos documentais ali guardados e para o retardamento das soluções a implementar, que passam pela mudança de instalações para um imóvel do centro histórico da cidade, a Casa de Sarmento, já disponível mas ainda por recuperar e adaptar.

O arquivo está em fase de reestruturação e a receber a incorporação de cerca de um quilómetro de documentação do Tribunal Judicial, não havendo espaço absolutamente para mais nada, segundo disse ao JN a directora, Isabel Sousa. Entre outra documentação, tem incorporados os Fundos Municipais (séculos XIV a XX, em 250 metros de prateleiras), Fundos Judiciais (séculos XVI a XIX, 100 metros), Fundos Notariais (1539/1957, 96 metros), Fundos Paroquiais (1537/1888, 19 metros), documentos da Colegiada da Oliveira (séculos XII a XIX, 68 metros), Fundos Monásticos (séculos XVI a XIX,



Um aspecto interior do Arquivo Municipal.

seis metros), Fundos Particulares (séculos XVIII a XX, um metro) e Fundo da Junta de Turismo de Vizela (século XX, dois metros).

O problema da falta de espaço condiciona não só a incorporação legal obrigatória de novos fundos documentais, de âmbito municipal ou distrital, mas também o trabalho de tratamento arquivístico e de consulta pública dos documentos.

O arquivo está numa situação de risco, pois enquadra-se num local de segurança deficiente, junto a uma carpintaria e a um parque de estacionamento municipal, não tem alarme contra incêndios, nem contra roubos, nem saídas de segurança que permitam pôr em segurança pessoas ou documentos no caso de haver um incêndio ou qualquer ocorrência do género.

Durante muitos anos, o espólio do arquivo ocupou várias instalações, sujeitas à chuva e humidades, e muita documentação importante perdeu-se

definitivamente ou degradou-se, a ponto de nem sequer se poder abrir. Essa situação foi em parte ultrapassada, mas persistem sérias condicionantes à preservação do espólio. Estas só serão definitivamente resolvidas quando se avançar com a recuperação da Casa de Sarmento, onde o arquivo deverá ficar definitivamente instalado.

Até ao momento, a Câmara de Guimarães tem aguentado as despesas de manutenção do Arquivo Alfredo Pimenta, mas o Governo é também parte interessada no processo, uma vez que o arquivo faz parte da rede distrital e depende da Torre do Tombo.

Isabel Sousa disse ao JN que a Câmara tem insistido, vezes sem conta, junto do Ministério da Cultura, para a resolução deste problema, mas os contactos não têm resultado e a indefinição mantém-se.

Enquanto existiu o Instituto Português de Arquivos, efectuou-se algum

trabalho técnico e de acompanhamento aos arquivos distritais, mas, com a extinção deste organismo e passagem das suas competências para a Torre do Tombo, tudo voltou à estaca zero.

"Não há qualquer relação com a Torre do Tombo, que continua a ignorar a existência do Arquivo Alfredo Pimenta. Não responde aos inúmeros ofícios que para ali enviamos e nem sequer nos devolve algumas dezenas de microfímes de Fundos Paroquiais que para ali foram enviados para limpeza", disse.

Esta falta de indefinição da Torre do Tombo, em relação às competências, atribuições e responsabilidades legais dos arquivos sob a sua dependência, traz consequências graves também a outros níveis, como é a da incorporação de documentação judicial em arquivos municipais à revelia da lei. Na Vila da Feira, por exemplo, a documentação judicial está a ser incorporada na Câmara e em Famalicão já foi integrada no Arquivo Municipal.

"É à Torre do Tombo que cabe pronunciar-se sobre esta matéria e definir de uma vez por todas se é ou não da exclusiva competência dos arquivos distritais incorporarem os fundos judiciais, caso contrário, o que vai acontecer é que esta documentação, no caso concreto do distrito de Braga, andrà repartida, pelo Arquivo Distrital e arquivos municipais e, quando faltar espaço nestes, talvez vá também para os arquivos das misericórdias ou de outras instituições, sem qualquer critério, organização ou inventário, a não ser as remessas de incorporação", diz Isabel Sousa.

Quem vai sofrer com estas situações, segundo esta responsável, são os cidadãos, que não saberão onde consultar os processos, buscar as certidões ou a informação de que precisam.

PJH. 4.4.93

Vila Real

Arquivo Distrital vai sofrer obras

CINCO ANOS após ter sido aberto ao público depois de sofrer profundas obras de remodelação, o Arquivo Distrital de Vila Real vai ser alvo, novamente, de alguns melhoramentos. Desta vez é o terreno anexo ao alçado posterior (nascente) do edifício que vai ser arranjado, para dar lugar a uma área de lazer de utilização pública.

Para este espaço abandonado e degradado, que conflui com a Avenida 1º de Maio, marginal ao rio Corgo, esteve prevista a construção de um bloco habitacional, destinado a albergar os funcionários da Câmara Municipal de Vila Real. A autarquia, a que preside o social-democrata Armando Moreira, chegou mesmo a realizar o projecto e só não avançou com a obra porque, entretanto, o antigo IPPC (Instituto Português do Património Cultural) resolveu intervir, acabando por comprar o terreno à autarquia, sob a ameaça de decretar a sua classificação como imóvel de interesse público. Ficou assim inviabilizada a construção de mais uma torre de cimento, completamente desenhada do local, como é o caso do "esboço de hotel" que

existe mesmo em frente — mas do lado de lá da estrada —, há muitos anos à espera de ser concluído.

A nova área verde ficará ligada à Avenida 1º de Maio através de uma escadaria e será ornamentada com diversas aplicações em granito, em perfeita harmonia com a arquitectura neoclássica do edifício do Arquivo Distrital, uma antiga casa senhorial do fim do século XVIII. Esta obra, que vem contrariar uma prática autárquica marcada por uma quase total inoperância em termos de criação de novos espaços verdes, orça por cerca de 15 mil contos, que serão suportados em partes iguais pela Câmara local e pelo AN/TT (Arquivos Nacionais/Torre do Tombo). Uma verba irrisória, se comparada com os mais de 250 mil contos gastos na remodelação do edifício principal do Arquivo Distrital, mas que, por não estar definida no Orçamento camarário, obrigou o executivo de Armando Moreira a ir buscar aquele montante a uma rubrica do Plano destinada à construção da nova Biblioteca Municipal, que, deste modo, sofrerá um novo atraso. ■ P.G.

Vila Real

EXTERIOR DO ARQUIVO COM ARRANJOS À VISTA

Inaugurado em Dezembro de 1988 pelo primeiro-ministro, Cavaco Silva, o Arquivo Distrital de Vila Real vai finalmente ver completado o arranjo da área envolvente das suas traseiras. Trata-se de um conjunto de obras que valorizarão a arquitectura neoclássica daquela que foi a Casa dos Vilaços.

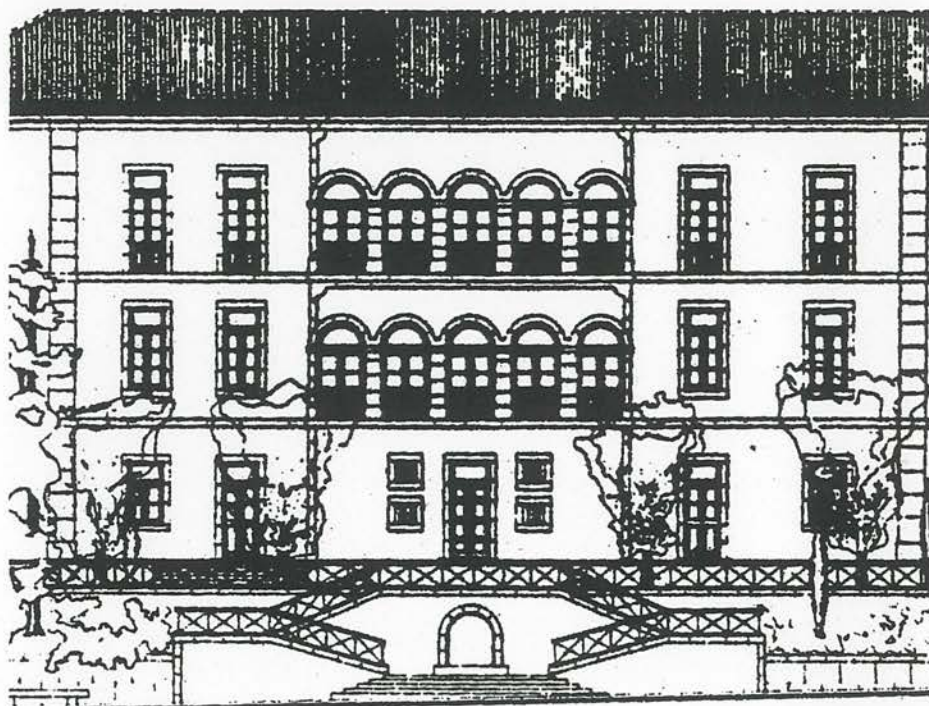
Foi sede da Mocidade Portuguesa e, pós-25 de Abril, recebeu a instalação da Reitoria do então Instituto Politécnico, hoje Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

Tratava-se de um palacete inacabado e, dada a necessidade de instalar a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital, foi decidido recuperá-lo e completá-lo com uma ala direita que, embora não tenha as mesmas dimensões da da esquerda, dá uma aparência de simetria ao conjunto do edifício. Se a arquitectura e construção civil, além dos acabamentos e divisões interiores, representam uma obra de vulto e da mais alta qualidade, já o mesmo se não pode dizer dos espaços envolventes.

Na fachada posterior, virada à Avenida Aureliano Barrigas e Parque Florestal, imperou durante algum tempo um diferendo sobre os terrenos confinantes, então destinados à construção de habitações para funcionários da Edilidade.

Resolvido este problema, iniciou-se o estudo dos arranjos e enquadramentos daqueles espaços. Foi responsável pelos mesmos o arquiteto Mário Santos, autor do projecto de reconstrução/ampliação, e o prof. Torres de Castro, no que diz respeito à arquitectura paisagística e das zonas verdes.

O projecto tem demorado a ser executado, mas, após deliberação autárquica que se responsabiliza pela execução das obras, a 1 de Outubro passado, procedeu-se à selecção das firmas com capacidade para o executar. Trata-se de uma obra que requer algumas qualificações específicas, pois tem um conjunto elevado de aplicações em granito, elemento dominante na arquitectura neoclássica do edifício, conhecido como a Casa dos Vilaços.



O custo total das obras está estimado em 15 mil contos, valor que será pago, em partes iguais, pela Câmara Municipal e pelo Arquivo Distrital, que, como se sabe, está na dependência da Secretaria de Estado da Cultura e dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

De acordo com o director do Arquivo, Silva Gonçalves, trata-se de um projecto "de grande qualidade urbanística e de óptima integração nas áreas envolventes".

Este espaço "abandonado e degradado vai dar lugar a uma área de lazer e a uma zona verde, em perfeita harmonia com a arquitectura", sendo assim "devolvido aos cidadãos para readquirir a dignidade patrimonial e simbologia histórico-cultural que lhe está inerente".

Aquele responsável está convicto que, durante o corrente ano, "a obra em apreço constituirá um voltar de página na história de Vila Real e o assumir de valores sagrados de identidade a que todos estamos obrigados".

Mas não é só a fachada posterior que necessita de arranjos, pois, embora com obras de menor vulto, também a área da fachada principal, na Avenida Almeida Lucena, junto ao Jardim da Carreira,

merecerá a atenção e empenho da Autarquia.

Já há vários anos que a Edilidade deliberou alterar o trânsito automóvel naquela zona, mesmo antes da colocação dos semáforos, mas até hoje não se verificou qualquer alteração, salvo a necessária à instalação dos reguladores luminosos de tráfego. Pretendia-se então que o trânsito oriundo da Rua Alexandre Herculano pudesse voltar à esquerda, sem ter de prosseguir em frente para a já referida avenida.

Destá forma, e embora não estivesse contemplado naquela medida, seria retirado o tráfego da porta principal do edifício. Poderia também ser refeita a placa ajardinada aproximando-a da fachada, retirando-lhe assim o aspecto inestético dos veículos ali estacionados, a dificultar a "leitura" do alçado principal.

Para além disso, o passeio ali existente necessita que as lajes de granito sejam niveladas, pois o estacionamento tem-nas danificado. Quanto às guias de cimento da placa ajardinada, para condizer a "cara com a careta", não ficaria mal que as mesmas fossem substituídas por outras de granito, já que as obras sugeridas vão obrigar à sua retirada.

PAÍS

Arquivo Distrital de Bragança já tem onde ficar

Convento escapa à ruína

MÁRIO MANGUES



Diz a lenda que S. Francisco, no regresso de Santiago de Compostela, teria passado por aqui

Pedro Garcias

O subsecretário de Estado da Cultura, Sousa Lara, acaba de dar luz verde ao lançamento do concurso para a execução das obras de instalação do Arquivo Distrital de Bragança, projectado para o antigo Convento de S. Francisco. Uma boa nova que culmina um processo iniciado há já seis anos, mas que chega numa altura em que a ameaça de ruína que paira sobre uma parte daquele edifício é cada vez maior.

O subsecretário de Estado da Cultura, Sousa Lara, já remeteu à direcção dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (AN/TT) o despacho que autoriza o lançamento do concurso para a execução das obras de instalação do Arquivo Distrital de Bragança no antigo Convento de S. Francisco, situado junto ao castelo daquela cidade. De acordo com a subdirectora dos AN/TT, Manuela Mendonça, o concurso deverá ficar concluído ainda este ano, estando o arranque das obras previsto para o início de 1993.

Com a deliberação agora tomada, chega ao fim um processo iniciado em 1986, altura em que começou a ser elaborado o projecto de restauro do Convento de S. Francisco, tendo em vista a instalação definitiva do Arquivo Distrital, que já ali funcionava, embora provisoriamente, desde 1985.

Em 1988, tiveram início as primeiras obras, a cargo da construtora ERG, que havia ganho o concurso. Cerca de 190 mil contos era o custo da empreitada, que viria a ser interrompida pouco tempo depois, "por se verificar que as estruturas interiores do convento estavam piores do que se pensava", recorda o padre Belarmino Afonso, responsável pelo Arquivo Distrital de Bragança. O contrato com a ERG é então rescindido, procedendo-se à reformulação do projecto. Só que, entretanto, a pasta da Cultura mudava de titular, passando Santana Lopes a ocupar o lugar de Teresa Gouveia, o que fez com que o processo ficasse interrompido.

Decisão
ainda a tempo?

E foi durante uma visita que Sousa Lara efectuou, no ano passado, a Bragança que o projecto acabou por ser de novo recuperado, tendo, na altura, o subsecretário de Estado empenhado a sua palavra junto das autoridades brigantinas, a quem prometeu retomar, o mais depressa possível, as obras. Duas semanas depois de

Santana Lopes lhe ter delegado as competências relativas à instalação dos Arquivos Distritais, o que aconteceu em meados do passado mês de Outubro, Sousa Lara começa, finalmente, a cumprir o prometido.

Resta saber se a decisão agora tomada vem ainda a tempo de evitar o desmoronamento de parte do convento, que ameaça ruir desde que um forte vendaval levantou uma grande extensão do telhado, deixando uma ala do edifício a céu aberto. Esta situação tem trazido preocupados quer o presidente da edilidade brigantina, o socialista Luís Mina, quer Belarmino Afonso, que por várias vezes têm alertado para a necessidade de se realizar, com a máxima urgência, obras de beneficiação.

No caso de Belarmino Afonso, a preocupação em recuperar o mais rapidamente possível o convento tem também a ver com a situação de degradação crescente em que se encontram inúmeros livros e documentos importantes que fazem parte do espólio do Arquivo Distrital, que desde 1986 tem vindo a funcionar no rés-do-chão de um bloco habitacional, "em condições ambientais péssimas", segundo aquele responsável.

De 1983 a 1985, o arquivo funcionou, embora de forma deficiente, no Convento de S. Francisco. Até aí, o seu riquíssimo espólio esteve encaixotado no Museu do Abade de Baçal, em Bragança. Situação que durou quase um século, pois desde o momento em que aquele conhecido historiador nordestino

se jubilou — corria o ano de 1935 —, nunca mais o Arquivo Distrital, que dirigia e a que recorreu para publicar os 11 volumes que constituem a sua obra, abriu as suas portas. "Durante este período, Bragança viveu como que um vazio cultural, que começou com a morte do próprio abade de Baçal e de outros mecenas, como José Montanha e Raul Teixeira", sublinha Belarmino Afonso, que foi quem retomou a obra deixada pelo primeiro.

Com a instalação do Arquivo Distrital no Convento de S. Francisco, "não só se proporciona à população docente e discente do distrito melhores condições no seu trabalho de consulta e investigação, como se salva um edifício bonito, situado num lugar tranquilo e bem enquadrado com o castelo e a Escola Secundária de Miguel Torga", salienta o prelado.

Apesar de apresentar uma construção pobre, o Convento de S. Francisco poderá, de acordo com algumas referências históricas, ter nascido de um convento medieval. Diz a lenda que S. Francisco, no regresso de Santiago de Compostela, teria passado por ali.

O que se sabe, concretamente, é que a sua frontaria remonta ao século passado, enquanto o seu interior deverá datar do século XVII. Existem documentos que provam que, em 1834, ainda havia frades no convento, que acabaria, contudo, pouco tempo depois por ficar abandonado, com a expulsão das ordens religiosas do país decretada entretanto. ■

ARQUIVO ALFREDO PIMENTA RECEBE DOCUMENTAÇÃO JUDICIAL

Criado novo piso para instalar um quilómetro de documentos, o mais antigo dos quais data de 1820

O Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP) vai receber brevemente cerca de um quilómetro de documentação proveniente do Tribunal Judicial e Cível de Guimarães, tendo a Câmara Municipal adquirido já o equipamento necessário para a instalação.

Armindo Cachada

Quando a Câmara tomou conhecimento do ofício da Direcção-Geral dos Serviços Judiciários, a informar da necessidade de transferência do cartório judicial, cuja documentação mais antiga se reporta ao ano de 1820, a falta de espaço nas actuais instalações obrigou à construção de um novo piso, em estrutura metálica, por cima das actuais estantes e à compra de novos modelos, no valor de 3 000 contos, a fim de preservar o referido espólio, cuja entrada está prevista para Fevereiro próximo.

A incorporação dos cartórios judiciais neste arquivo deve-se ao carácter particular que assume no contexto dos arquivos municipais portugueses. Além de ser o único a ter sido criado por Decreto-Lei, em 27 de Junho de 1931, foram-lhe atribuídas funções análogas à de um arquivo distrital na área correspondente ao concelho de Guimarães, com a incorporação dos cartórios paroquiais, notariais e judiciais, bem como os das extintas corporações religiosas.

Os principais fundos públicos actualmente existentes no AMAP são os arquivos judiciais dos séculos 14 a 19, os cartórios notariais dos anos de 1539 a 1957, os registos paroquiais do período de 1537 a 1888 e o espólio da Administração Local do século 16 ao século 20.



O espólio documental do Tribunal Judicial e Cível da Comarca de Guimarães vai ser incorporado, a partir de Fevereiro, no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.

Entre os arquivos privados contam-se os da Colegiada de Guimarães (séculos 14 a 19), os Monásticos (séculos 16 a 20) e Particulares (séculos 13 a 20).

O Arquivo de Guimarães guarda ainda um fundo especial constituído por pergaminhos dos séculos 10 a 19.

Entretanto, a Direcção da instituição acaba de divulgar a estatística de frequência do AMAP referente a 1994, que registou um total de 723 utilizadores e 1 230 documentos pedidos para consulta, dos quais 111 são referentes a certidões notariais e 40 a certidões paroquiais.

Ao longo de 1994 foram realizadas diversas visitas de estudo ao Arquivo Municipal de Guimarães, por grupos de alunos dos estabelecimentos de ensino de Guimarães.

Em Fevereiro, estiveram ali duas turmas de 25 alunos cada uma, da Universidade do Autodidata e da Terceira Idade; em Abril foram duas turmas de História da Escola Martins Sarmento, num total de 52 alunos e, em Maio, estiveram ali os alunos do 12.º ano do Curso Técnico-Profissional de Práticas de Secretariado da Escola Secundária Francisco de Holanda.

O Arquivo Municipal Alfredo Pimenta deverá ser futuramente instalado na casa onde viveu Martins Sarmento, no Largo do Carmo, cedida para o efeito, há cerca de dois anos, no âmbito de um protocolo assinado entre esta instituição e a Câmara de Guimarães.

A recuperação da casa já deveria ter-se iniciado, mas o processo está bastante atrasado

22
1
95

P. J.

3
11
92

Obras nos arquivos

O SUBSECRETÁRIO de Estado da Cultura, Sousa Lara, autorizou na sexta-feira a abertura de um concurso público para as obras das novas instalações dos Arquivos Distritais de Faro e Bragança. Segundo um comunicado da Secretaria de Estado da Cultura, esta medida inscreve-se na tentativa de prosseguir, "a ritmo acelerado", o Plano de Instalações de Arquivos e Bibliotecas Públicas no país, um projecto iniciado pelo extinto Instituto Português do Livro e da Leitura e que está agora confiado aos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo. ■

Lei dos Arquivos esteve anos na gaveta

O REGIME Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico, ontem aprovado em Conselho de Ministros, é o projecto de lei de bases dos arquivos elaborado pelo professor José Mattoso em 1989 e que há vários anos se encontrava na gaveta. "Recuperei o projecto", disse Sousa Lara, subsecretário de Estado da Cultura.

O Governo terá descoberto, subitamente, que não havia motivo para não aprovar o projecto já existente, tanto mais que a falta de um diploma desta natureza dava azo a largas críticas. Há meses, o Partido Socialista divulgara um projecto de lei de bases dos ar-

quivos que era também, fundamentalmente, o projecto de lei de José Mattoso.

Sousa Lara disse que a ideia partiu de si: "Era uma coisa que já estava feita e é uma lei da maior importância, uma lei estruturante dos arquivos nacionais. Que me interessa a mim que seja o Mattoso o seu autor, se ele sabe tanto disto!" Por sua iniciativa, o diploma foi apreciado por juristas da SEC e da Presidência do Conselho de Ministros, e posto à consideração de vários ministérios. Sofreu ligeiras alterações até que se chegou à versão final, "menos intervencionista na parte dos arqui-

vos privados". E referiu-se à necessidade de ser tida "mais em conta" a sensibilidade da Igreja, tradicionalmente avessa a qualquer espécie de ingerência no seu património. Esse factor já fora motivo de grandes cautelas por parte do próprio José Mattoso, que expurgara do seu projecto de lei de base dos arquivos quaisquer intenções nacionalizantes em relação aos arquivos privados.

A lei de bases dos arquivos de José Mattoso ou, como lhe chamou agora o Governo, o Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico, enuncia a regulamentação geral do sistema

de arquivos, um conjunto de regras claras mas genéricas sobre o que são arquivos de interesse histórico, e também as regras de acessibilidade dos arquivos portugueses. Estabelece ainda quais as responsabilidades do Estado e dos particulares no que respeita aos arquivos.

"Era importante legislar nesta matéria, para evitar que o nosso património arquivístico desapareça para o estrangeiro. Ainda há pouco me informaram que, numa universidade americana, estão actas de 30 anos de funcionamento do Conselho Ultramarino (do tempo de D. João

III)", disse o subsecretário de Estado da Cultura.

Grande parte da lei é, segundo Sousa Lara, "de aplicação directa", pelo que pode entrar em vigor logo que for publicada em "Diário da República". Teoricamente, assim é. Mas falta o principal, um organismo vocacionado para a pôr em prática. Existiu um até Julho passado, o Instituto Português de Arquivos (IPA), mas a sua actividade ficou reduzida ao zero absoluto desde que foi integrado nos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (ANTT). A situação ainda ficou mais confusa com a demissão, há cerca de uma

semana, da subdirectora da Torre do Tombo, Judite Paixão, que tinha a seu cargo a política arquivística do ANTT.

O subsecretário de Estado da Cultura enjeitou quaisquer responsabilidades no problema. "Não tenho a tutela do ANTT, nem nunca tive. Sob a minha responsabilidade estão apenas os arquivos distritais e respectivos PIDDAC. E os arquivos distritais estão todos a mexer." Para sublinhar o seu empenhamento nesta matéria, anunciou a abertura, ontem, de dois concursos públicos, um para a recuperação do Convento de São Francisco, em Bragança, que alberga o arquivo distrital desta cidade, e outro para a construção de um edifício novo para o arquivo distrital de Faro. ■

Isabel Braga

31.10.92

Factos e razões para muita apreensão

A reforma dos arquivos

José Subtil

1 As medidas «correctivas» que, presentemente, estão a ser tomadas no sector dos arquivos impõem que o trabalho desenvolvido durante os últimos quatro anos seja divulgado publicamente¹.

Este meu depoimento só se justifica, pois, pela especificidade da actual conjuntura, dado que na representação lógica das reestruturções aparece, cada vez com mais frequência, a recorrência de que o que foi, ou vai ser extinto, é, exactamente, por não ter prestado ou não prestar. O meu testemunho diz respeito à experiência como coordenador de uma notável equipa, com valores extraordinários tanto técnicos como intelectuais e culturais, nomeadamente como coordenador do GPA (Grupo de Pré-Arquivagem) e como responsável da DSAT (Direcção de Serviços de Apoio Técnico) do IPA (Instituto Português de Arquivos)².

Deixo ao leitor o comentário técnico, político e cultural, já que preferi conferir a este testemunho a veste asséptica do positivismo empírico.

2 - Caracterização da situação dos arquivos em Portugal até 1986

2.1 - Plano institucional

Dependem da secretaria de Estado da Cultura (SEC), através do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), os arquivos distritais (em número de 15), o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)³, este último com a dignidade orgânica de Direcção-Geral. Mas, para além deste pequeno núcleo, variadíssimos arquivos públicos estavam sob tutela de outros organismos. Ao nível distrital, os arquivos de Coimbra e Braga dependiam das universidades de Coimbra e do Minho e, portanto, do Ministério da Educação. Ao nível da administração central, eram vários os ministérios que possuíam os seus respectivos arquivos com plena autonomia administrativa e técnica como, entre outros, o arquivo do Ministério das Obras Públicas, dos Negócios Estrangeiros, dos Hospitais Cívicos, das Alfândegas, do Banco de Portugal, da Assembleia da República, Marinha, Histórico-Militar, Histórico-Ultramarino, Tribunais, etc.

Desta pluralidade de autonomias orgânicas, a que se juntavam, ainda, os arquivos das misericórdias e das autarquias, resultava a ausência de qualquer colaboração ou cooperação técnica arquivística e o total desconhecimento da situação em que se encontravam os arquivos privados (particulares e de empresas).

De realçar, ainda, as carências em pessoal, tanto a nível qualitativo como quantitativo. Só nos arquivos dependentes da SEC os quadros de pessoal estavam preenchidos apenas em cerca de metade, dos quais somente 40 por cento eram técnicos superiores. A esmagadora maioria dos edifícios onde se instalavam os arquivos não oferecia condições mini-



Todo o trabalho de reforma arquivística empreendido nos últimos quatro anos é posto em causa com as recentes «medidas correctivas» adoptadas pela SEC

mas de trabalho, consulta e preservação dos documentos⁴.

2.2 - Plano normativo e regulamentar

Ao contrário da maioria dos países europeus em que, a partir da década de sessenta, se assistiu a um esforço legislativo no sentido de criar instrumentos privilegiados de intervenção, Portugal regulava-se praticamente pelo Decreto 19 952 de 27 de Junho, que se confinava, exclusivamente, aos arquivos distritais como arquivos históricos. A prática da microfotografia e a eliminação de documentos era da competência de cada responsável ministerial de acordo com o Decreto-Lei n.º 29/72, de 24 de Janeiro⁵. No que respeitava aos estágios e aos modelos de formação, só em 1982, com a criação do Curso de Especialização em Ciências Documentais, é que se estipulam modelos de formação consentâneos com as exigências da moderna arquivística.

Esta esterilidade normativa e regulamentar era, afinal de contas, o reflexo da especificidade da área arquivística medida como uma função de apoio estrito do investigador, subvalorizada como actividade administrativa e praticamente inexistente como disciplina no nosso país. Um dos efeitos mais graves desta situação legislativa era, sem dúvida, o facto de não permitir o aparecimento de normas nacionais de descrição arquivística que compatibilizassem a informação e divulgar os acervos documentais existentes. Outro dos efeitos diz respeito à desenfreada reprodução de documentos, tanto pela via do microfilme como das fotocopia-

doras, sem qualquer política de normalização, critérios de execução e/ou eliminação e, especialmente, a política de «avestruz» seguida em relação às novas tecnologias⁶.

2.3 - Plano teórico-prático

Não houve produção teórica arquivística respeitante à realidade portuguesa. Esta «miséria» está bem marcada, ainda nos nossos dias, na visão patrimonial do arquivo em que, desde responsáveis políticos até técnicos superiores, se mede o valor do documento pela referência ao raro, ao velho, à marca. Está representado sobre o documento de arquivo conduziu à uma prática de valorização do arquivo definitivo, ao *habitus* de tudo conservar como relíquia do tempo bem como ao entendimento dos arquivos como instituições fechadas⁷.

Este descrédito teve várias consequências. Em primeiro lugar, na imagem criada na sociedade civil do arquivista como colecionador de papel velho (antiquário), o que separou a profissão da actividade administrativa ou, na melhor das hipóteses, a tornou bizarra. Ao nível internacional e, particularmente, no Conselho Internacional de Arquivos (CIA), os representantes portugueses aos congressos e às reuniões de trabalho não entenderam o alcance das reformas que se procuravam implementar e esqueceram-se, para si e para os outros, de divulgar as experiências que se ensaiavam tanto no domínio dos arquivos históricos como, e sobretudo, nas experiências de pré-arquivagem e gestão de documentos.

Uma outra consequência, porventura a mais gravosa, foi

o facto de se não assimilar a indispensabilidade da colaboração entre arquivistas, administrativos, especialistas de organização e métodos, juristas, investigadores, etc., num amplo concerto de posições onde fosse possível pensar formas articuladas para solucionar os problemas vindos do passado, enfrentar os do presente e diminuir os riscos e os perigos que, num futuro próximo, levantarão as tecnologias da nova sociedade comunicativa.

3 - A emergência orgânico-funcional da reforma arquivística

3.1 - A Comissão de Reforma e Reinstalação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (CRRANTT)

Em 1984, o Governo consideraria de «interesse nacional» a reinstalação do ANTT e a sua transferência de uma das alas do Palácio de S. Bento para um novo edifício, construído de raiz para a função de arquivo. Com as obras já em curso, em Julho de 1986, entendeu a Secretária de Estado da Cultura, Maria Teresa Gouveia, que, para além da mera transferência, havia necessidade de repensar a função do Arquivo Nacional no âmbito da reforma de uma rede «racionalizada de arquivos»⁸. Este conjunto de novos problemas, desde a orgânica e funções do ANTT até à definição das linhas gerais de uma política arquivística integrada, levaram a responsável pela Cultura a criar uma Comissão para a Reforma e Reinstalação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo para «coordenar os estudos ou acções conducentes tanto à transferência (...) como às reformas de orgânica (...)»⁹.

As primeiras reflexões tidas na CRRANTT elegeram como tarefa prioritária o levantamento da situação arquivística, sobretudo a nível da administração central, e o tratamento imediato dos conjuntos documentais que, eventualmente, pudessem vir a ser incorporados no novo edifício do ANTT. Este programa de emergência assumido pela CRRANTT levou a que, passados cerca de cinco meses, fosse criado na sua dependência um grupo de trabalho para «apoiar, do ponto de vista técnico, as tarefas de pré-arquivagem da documentação dos serviços centrais»¹⁰.

Como medida estruturante da reforma, e atendendo às inúmeras e complicadas tarefas que o ANTT tinha que enfrentar, viria a ganhar corpo, no seio dos constrangimentos conjunturais mas também estruturais do ANTT, pensar e concretizar a melhor estratégia para solucionar os mais variados problemas postos pelos arquivos em Portugal¹¹. Admitia-se que, de futuro, o ANTT assumiria, fundamentalmente, funções de Arquivo Histórico Nacional, procedendo ao tratamento técnico da documentação incorporada, divulgando inventários que permitissem o conhecimento e o acesso à documentação bem como fomentar apoiar e coordenar actividades de investigação e acção cultural¹². À nova instituição caberiam tarefas no domínio normativo, na superintendência técnica, na inspecção, na definição dos fundos arquivísticos a incorporar em arquivos definitivos, no apoio à formação de técnicos de arquivo (superiores e auxiliares) e, em última instância, a articulação dos esforços para a constituição de uma rede nacional de arquivos, o que equivaleria a estruturar a rede, definir legalmente a sua inserção e acionar mecanismos para cativar os particulares, as empresas públicas, os institutos privados de utilidade pública, a Igreja e as autarquias a aderirem ao projecto constituindo, assim, um verdadeiro campo «magnético».

O novo organismo acabaria por aparecer em finais de Abril de 1988 tomando a designação de Instituto Português de Arquivos (IPA)¹³ e acabando, também, por tutelar administrativa e tecnicamente os arquivos distritais que saíram, desta forma, da alçada do IPPC¹⁴.

Alguns meses após a instalação do IPA numa das alas do edifício da Biblioteca Nacional seria criada, na dependência da CRRANTT, uma subcomissão de informática com a incumbência de agregar os problemas postos pelas novas tecnologias, e propor projectos intersectoriais¹⁵.

3.2 - O Grupo de Pré-Arquivagem

O termo de *pré-arquivagem* significa um conjunto de actividades a desenvolver em depósitos acumulados de documentação com o objectivo de seleccionar a documentação com valor permanente e definitivo preparando a sua incorporação em arquivo definitivo, e proce-

der à eliminação da restante. Esta frente de trabalho tinha e tem plena justificação no panorama dos arquivos portugueses, dado que praticamente deixaram de se fazer incorporações no ANTT desde os anos trinta devido à exiguidade do espaço das instalações do Palácio de São Bento¹⁶.

Durante praticamente dois anos (1987 e 1988), o Grupo de Pré-Arquivagem (GPA) foi coordenado pelo dr.ª Maria José Leal, dirigente durante longos anos do ANTT e que a arquivística portuguesa muito ficou a dever¹⁷. Face às inúmeras tarefas que cabiam ao GPA, coube a este primeiro núcleo definir os critérios de avaliação e selecção, posteriormente aprovados pela CRRANTT, e actuar nalguns organismos da administração central¹⁸. Ficou, ainda, a dever-se a este primeiro grupo o estudo orgânico-funcional dos governos provisórios e constitucionais a partir de 1974 e levantamentos sectoriais relativos aos Ministérios da Justiça e Obras Públicas e Direcção-Geral do Turismo¹⁹. E das primeiras reflexões teóricas ressaltou a necessidade da elaboração de uma tabela geral de avaliação e selecção para as chamadas funções-meio da administração pública. Era, sem dúvida, o primeiro sinal de que era fundamental associar ao programa de pré-arquivagem outros programas suplementares e mais envolventes da gestão de documentos.

Este primeiro GPA, a partir de meados de 1988, ou seja, desde a entrada em funcionamento do IPA, passou a trabalhar mais directamente com esta instituição por duas ordens de razão: a primeira pelo facto de a SEC atribuir ao IPA a função de apoiar administrativamente o GPA; a segunda pela coincidência de o presidente do IPA (prof. dr. José Mattoso) ser, também, presidente da CRRANTT, em pareceria com o director do ANTT (prof. dr. Humberto Baquero Moreno).

Nos inícios de 1989, o núcleo coordenador deste GPA foi praticamente desfeito devido ao regresso ao ANTT das funcionárias destacadas, do fim da requisição da dr.ª Luísa Medeiros e da impossibilidade da dr.ª Isabel Machado poder continuar a colaborar em regime parcial.

Constituiu-se, então, em segundo GPA, com coordenação do dr. Gil de Matos,²⁰ e dr.ª Maria Antónia Anes²¹ vindo posteriormente a ser apoiados pela dr.ª Isabel de Sousa²². Este GPA duraria cerca de seis meses, período durante o qual iniciou a intervenção de avaliação nas Companhias Nacional de Navegação e Companhia Portuguesa dos Transportes Marítimos, Alfândega do Porto e EPAC. Em Maio do mesmo ano, necessidades de serviço obrigaram o dr. Gil de Matos a regressar ao Banco de Portugal e a dr.ª Antónia Anes ao Centro de Estudos Judiciários.

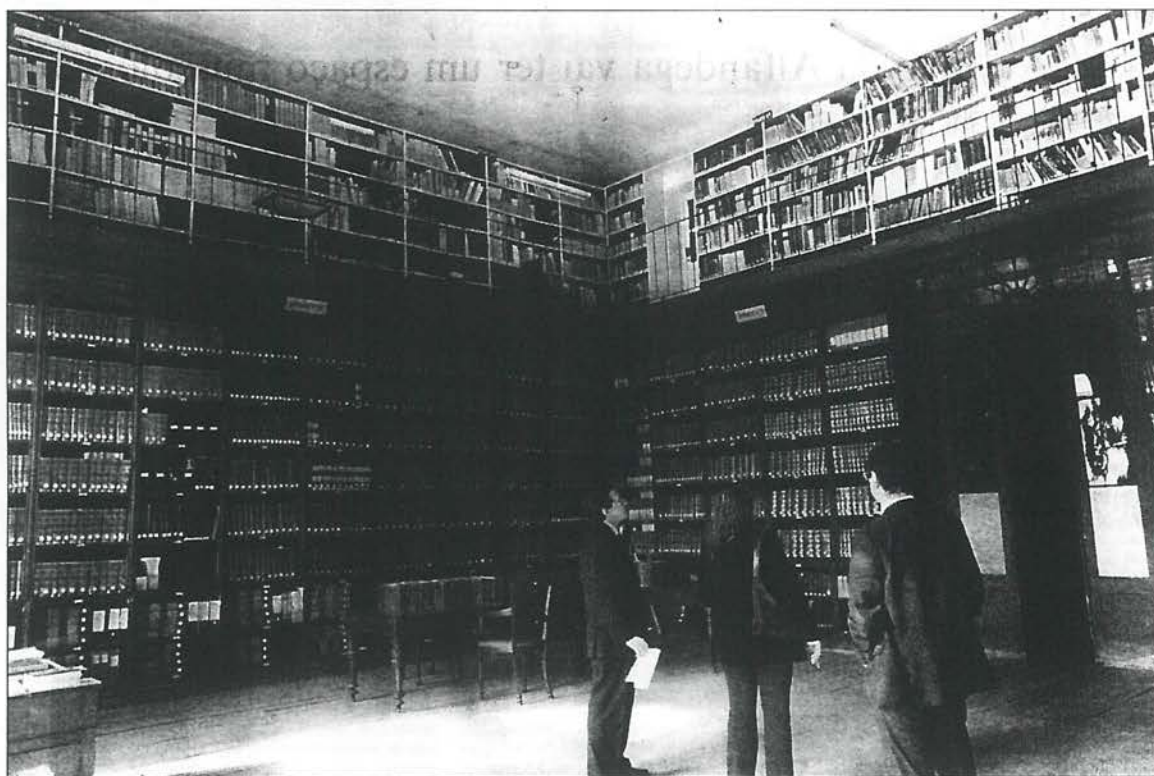
Neste segundo grupo operaram-se algumas mudanças nos contratados, em virtude de uns terem deixado o grupo e outros

in

Arquivo da Alfândega aguarda espaço museológico

Memórias do Porto mercantil

Com documentação datada desde o século XVII, o arquivo da Alfândega do Porto terá um espaço museológico próprio, à luz de toda a remodelação do imóvel, projectada por Souto Moura. Legislação pombalina, «divros de receitas» para o Estado Novo – onde impera a taxa de Salvação Nacional – e «registro de contrabandistas» são curiosidades num acervo de séculos à espera, não só de um espaço renovado, mas também de uma inventariação adequada. Espalhada por três salas, a documentação da Alfândega do Porto está imbuída da História de quatro séculos no Porto mercantil de outras eras.



Arquivo histórico da Alfândega do Porto

O arquivo, e de um modo lato todo o acervo pertencente à Alfândega do Porto, será parte integrante de um espaço museológico – tutelado pela própria Alfândega – a

conceber pelo arquitecto Souto Moura, à luz de toda a reconversão do imóvel feita para a realização da Cimeira Ibero-Americana do Porto, no próximo mês de Outubro. «Um espaço onde tudo

aquilo que identifique o passado da instituição possa ser perpetuado» – resumiu a «O Comércio do Porto» o director da Alfândega, Casanova Moreira.

Alvo de consulta – sempre que solicitado – o espólio resultante de longas décadas de trabalho e fiscalização de fronteiras poderá assim encontrar nobreza acrescida na sobriedade do imóvel que hoje alberga, para além da Alfândega, o Museu dos Transportes e Comunicações.

Num espólio que, admite a própria Torre do Tombo, «não é de incorporação obrigatória nos Arquivos Nacionais ou no próprio Arquivo Distrital» e onde pontua o «Livro de Registo de Todas as Ordens de Sua Majestade de 1733 a 1752», há documentação datada desde o século XVII até ao início do século XX.

Numa visita guiada ao arquivo pelo actual director da Alfândega do Porto, Casanova Moreira, foi deixado um claro plano de intenções: «Pretendemos criar aqui um espaço museológico, estritamente conexas com a alma da própria Alfândega, já que, afinal, estamos inseridos num museu em sentido lato» – elucidou.

Um espaço com vocação para acolher todo o acervo de séculos, entre documentos das mais diversas proveniências e objectos de inusitada singularidade como relógios e «barulhentas» máquinas de

escrever e calcular, que outrora pintalgaram páginas de ofícios do Estado com apreensões, contrabando, casos de descaminho e processos fiscais.

Uma curiosa máquina para medir a grossura de fios e até a evolução dos extintores – através de verdadeiras relíquias presentes – lanternas, antigas placas e bonés podem patentear a actividades dos aduaneiros noutras décadas em que o «salto» e até a penetração de literatura proibida era filtrada pelas malhas da Alfândega.

Um mundo que extravasa a mera quantificação e acumulação de documentação administrativa e que nos faz o «retrato» de uma Alfândega «fervilhante», repleta de aspectos desconhecidos para o grande público: «A Alfândega não aglutinava, nessas épocas, tão-só, a faceta da cobrança de impostos. Era um verdadeiro filtro que de resto a distinguia e autonomizava perante a restante Administração Pública. Tinha funções importantes no âmbito da saúde pública e segurança, que ainda hoje têm o seu espaço» – frisou a «O Comércio do Porto» Casanova Moreira.

Uma inventariação que urge

Três vastas salas – uma das quais preserva o arquivo histórico – aglutinam actualmente o património docu-

mental da Alfândega. O destaque vai para os testemunhos nobres de um passado que atesta a importância da instituição Alfândega no Porto mercantil de outros séculos.

Da documentação de inestimável valor histórico aos documentos que retratam o dia-a-dia da Alfândega neste século «e que podem, indubitavelmente, adquirir valor histórico» – como realçava Casanova Moreira, este património, não obstante estar quantificado, fica talvez à espera de inventariação.

Casanova Moreira admite a coerência dessa necessidade: «A inventariação é feita por colegas aduaneiros que fizeram um levantamento, mas nunca tivemos um técnico ligado ao sector arquivístico, embora admita que possa existir com o intuito de dar outra grandeza ao sector, mas nunca foi preconizado».

Segundo Eugénia Matos Fernandes, técnica do Arquivo Distrital do Porto, que conhece de perto a enorme valia, do ponto de vista histórico, do arquivo da Alfândega, existiu um trabalho pioneiro no final da década de 80, através de uma técnica estagiária que fez a triagem de toneladas de documentação, «deixando instrumentos de natureza técnico-arquivística para a inventariação futura».

Esta técnica destaca particularmente o interesse suscitado por pesquisadores relativamente a navios naufr-

gados e à movimentação de emigrantes em finais do século XVIII. Existem, indesmentivelmente, as fontes, «mas há uma necessidade de tratamento e inventariação».

Casanova Moreira não vê restrições à consulta e não tem directivas no sentido de a impedir, mas a pesquisa pode ser, indubitavelmente, morosa e complexa.

«Admito que o tratamento dado por um técnico seria diferente, é natural que fosse mais proveitoso e que ajudasse mais quem viesse aqui procurar informação. Admito isso perfeitamente», mas esse técnico nunca foi contratado. Talvez o núcleo museológico passe a colocar um cenário diferente.

Para libertar o espaço – prevenindo a realização da Cimeira Ibero-Americana – foi recentemente retirada uma parte do arquivo corrente, actualmente «armazenada» no Freixo. Um pretexto para lançar no fio da discussão a legislação que prevê o prazo para conservação de documentos do arquivo corrente.

«Está neste momento em estudo uma portaria que perfila um prazo durante o qual esses documentos devem permanecer na instituição. Em média são dez anos. A legislação que regulamenta este tipo de matérias está por ora suspensa. Cada Direcção-Geral, detentora de documentação específica, está a equa-

«O Comércio do Porto» - N.º 312 - 11/4/98



*Câmara Municipal
de Vila Nova de Gaia*

DIVISÃO DE SALUBRIDADE PÚBLICA

AVISO

Torna-se público que nos próximos dias 10 e 11 de Abril, respectivamente sexta-feira Santa e Sábado de Aleluia, proceder-se-á apesar da solenidade das datas, à recolha dos resíduos domésticos, nos horários habituais, quer diurno quer nocturno.

Salvuarde o Ambiente e a sua Saúde não expondo os resíduos na via pública fora dos dias e horários estipulados.

VOTOS DE UMA SANTA PÁScoa

O Vereador do Pelouro,
Dr. Delfim de Sousa

cionar o prazo ideal de conservação e o tipo de documentação existente» - frisou Casanova Moreira.

Uma grande quantidade da documentação transferida para o Freixeiro «já estaria destruída, caso se mantivesse em vigor a portaria suspensa» - especificou o director da Alfândega do Porto, vincando a natureza da documentação transferida: «Eram unicamente os chamados bilhetes de despacho (documentos do dia-a-dia - comprovativos de importação). Têm 10 a 15 anos, foram toda a vida vendáveis e acho que os serão no futuro».

Dos livros de receitas ao «registo» de contrabandistas

Sobrancela ao rio, a Alfândega é parcela integrante e inalienável do burgo, da sua peculiar faceta mercantil, do seu travo ao mosto do néctar generoso e da fleuma «very british» de importadores e exportadores, com entrepostos a bordejar as margens de Miragaia e Massarelos.

«Esta é a alma da Alfândega, pelo que o arquivo deve aqui permanecer, não podemos esvaziar de sentido este edifício» - vinca o director da Alfândega do Porto.

O actual arquivo consubstancia como que a memória de uma instituição «que era praticamente auto-suficiente. Tinha nos seus quadros operários que faziam tudo, desde o trabalho com o ferro e a madeira à encadernação» - recorda Casanova Moreira.

A memória da Alfândega - guardada mesmo em alguns volumes lacrados - é a de um arquivo-geral sediado no burgo e que recebia a documentação de toda a raia de Espanha, desde Vilar Formoso até ao Nor-



Casanova Moreira, director da Alfândega do Porto

te - Monção e Melgaço.

O conjunto das alfândegas portuguesas era responsável, no século passado, por 80% das receitas do Estado. Já neste século, bem perto da década de 60, as alfândegas detinham, à sua conta, mais de metade das receitas estatais. Actualmente, esse volume de receitas ronda apenas os 25%.

A «memória» pode ser revisitada num projectado espaço museológico, que, por ora, se confina a salas à espera de soalhos e telhados renovados, susceptíveis de

acolher com a nobreza que se impõe as leis do Marquês de Pombal e toda a legislação portuguesa desde 1811.

Livros antigos sobre matéria aduaneira e as memórias de barcos que outrora demandaram o Brasil são herança de outras épocas e dispares gerações. Há jurisprudência de carácter técnico de permeio com a documentação do foro interno.

Livros de ponto de 1920, registo de correspondência, mapas de faltas, processos de contencioso e a actividade de vendedores ambulantes

perfilam-se, empoirados, ao lado de imponentes «livros de receitas», pejados de alíneas de inúmeros impostos, incluindo a salazarista «taxa de salvação nacional».

As ordens de Salazar, os anos de 34, 35 e 36 foram de «saneamento» entre a Administração Pública. A «conduta imoral» era o argumento invocado e a Alfândega do Porto conserva os registos desses tempos turbulentos.

De 1891 «chegam» as licenças para cultura de tabaco no Douro e respectiva lista de cultivadores, a par de um

curioso «registo de contrabandistas», onde eram anotadas as «infracções» cometidas por merceeiros, tintureiros e recadeiras, apanhados nos montes com mercaderia a «salto».

Um património quase genésico à espera de espaço com dignidade acrescida. Perpetua-se na memória colectiva do Porto, desta feita mercantil, e com todas as matri-

zes que escreveram as páginas dos últimos quatro séculos, até chegar ao Estado Novo e à integração na União Europeia. Os trilhos da História do Porto e do País passam necessariamente pela Alfândega, vetusta e cúmplice do rio.

*Paula Esteves (texto)
Ricardo Pereira (fotos)*



Registo de contrabandistas

-O Comércio do Porto- - N.º 312 - 11/4/98



Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Presidência

ORDEM DE SERVIÇO N.º /98

Considerando, que a Câmara Municipal realiza mensalmente uma reunião pública que inclui, nos termos legais, um período de intervenção destinado ao esclarecimento de questões colocadas pelos municípios;

que para o cabal esclarecimento de tais questões pelo executivo no decurso da reunião, satisfazendo, assim, as legítimas expectativas dos municípios, se impõe o conhecimento prévio das mesmas por forma a que os serviços camarários as possam informar devidamente;

que se impõe, com tal objectivo, regulamentar a intervenção do público;

que tais regras estão a ser aplicadas com sucesso em outras Câmaras, nomeadamente na Câmara Municipal do Porto.

Assim, ao abrigo do n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento da Câmara Municipal de Gaia, determino:

- 1 - A intervenção do público na reunião pública mensal da câmara é ordenada mediante inscrição dos municípios, junto do Gabinete de Apoio à Presidência, na 3.ª semana de cada mês e até às 14 horas do dia imediatamente anterior à reunião.
- 2 - Nessa inscrição o município colocará a questão que pretende ver esclarecida pela Câmara que será encaminhada para os Srs Directores de Departamento e que, por sua vez, canalizarão as informações respectivas para os senhores vereadores antes das reuniões públicas.
- 3 - O público que não se tenha inscrito previamente só poderá colocar as suas questões, na reunião pública, desde que tenham sido já prestados os esclarecimentos solicitados pelos municípios devidamente inscritos e não se tenha, ainda, esgotado o tempo fixado para a intervenção do público.
- 4 - O Departamento Administrativo e Financeiro publicitará e dará execução à presente Ordem de Serviço.

Paços do Concelho de Vila Nova de Gaia, 11 de Março de 1998

O Presidente da Câmara,
Luís Filipe Menezes

Câmaras do Porto e Gaia abrem arquivos ao público

Obras na Casa do Infante começam este ano

A Casa do Infante, na Ribeira, vai passar por grandes transformações. O concurso para adjudicação das obras está prestes a ser lançado, prevendo-se que comecem ainda este ano. A intervenção vai permitir criar um percurso museológico, assim como acomodar quer o

arquivo histórico, quer parte do municipal. Entretanto, as Câmaras do Porto e Gaia e a Universidade assinaram um acordo de cooperação no domínio da gestão dos arquivos, o que vai permitir uma melhor qualificação e tratamento do material depositado.

MIGUEL ÂNGELO

A ampliação da Casa do Infante, no Porto, vai avançar ainda este ano, criando-se, ao mesmo tempo, um percurso museológico mesmo no coração do Centro Histórico. Em declarações a «O Primeiro de Janeiro», Manuela de Melo, vereadora do Pelouro da Cultura da Câmara do Porto, afirmou que vai ser lançado o concurso para adjudicação das obras e que estas terão o seu início ainda durante o ano em curso. O espaço da intervenção compreenderá, para além da Casa do Infante propriamente dita, o edifício onde se encontra instalado o CRUAR, assim como outra dependência onde está o Posto de Turismo. Assim, muita da documentação do arquivo municipal vai passar para o histórico, com as obras a permitirem a criação de zonas periféricas onde serão colocados os depósitos es-

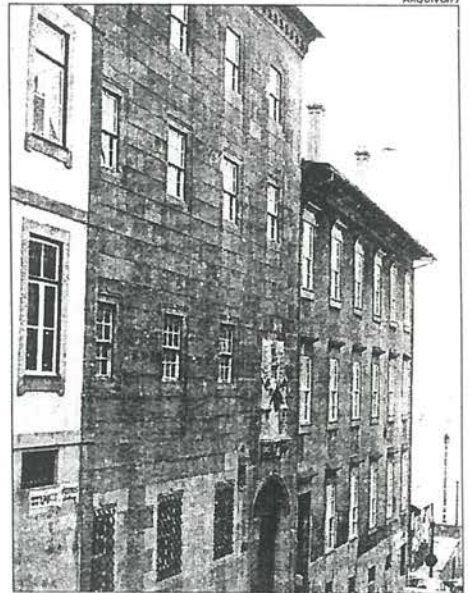
pecíficos. Isto irá permitir fazer na Casa do Infante um percurso museológico, que, conforme referiu Manuela de Melo, "com a classificação do Centro Histórico como Património Mundial assume particular importância".

Entretanto, no sentido de uma correcta preservação dos arquivos colocando-os à disposição do público em geral, a Câmara Municipal do Porto assinou um acordo de cooperação com a sua congénere de Vila Nova de Gaia e a Universidade, que visa prosseguir o desenvolvimento do projecto Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo (GISA). Concebido em Março de 1995, o GISA obedece a um modelo teórico que configura a organização arquivística como um sistema baseado numa estrutura coerente de funções e de relações. Desta forma, a cadeia de operações num arquivo pode ser concebida à semelhança

da linha de produção de uma fábrica e deve, por sua vez, respeitar o carácter relacional da documentação, seja qual for a sua idade. No caso de coexistirem diversos arquivos, o sistema deve estar preparado para delimitar o respectivo âmbito, descrevendo-os autonomamente. Para Manuela de Melo, este acordo significa "mais um passo na qualificação e tratamento de arquivos, que constituem um aspecto terível da administração pública, já que cada departamento produz diariamente milhares de papéis que acabam por ficar em prateleiras às quais o público não tem acesso". Com o projecto a rolar, Manuela de Melo revelou que "já há outras câmaras interessadas em aderir", referindo que "este é um dia marcante, até porque existe muito trabalho invisível por detrás disto tudo".

Vitor Afonso, vereador da Câmara de Gaia, adiantou que

a organização dos arquivos "deve ser prioritária", acrescentando o facto de a autarquia galega ter vindo a manter uma ligação privilegiada com o serviço de arquivos da Câmara Municipal do Porto e, desde há pouco tempo, com o município de Espinho". Ao mesmo tempo, salientou que a associação à Universidade "é uma forma de garantir o rigor exigido e o caminho a seguir deve ser o de estandar esta iniciativa a toda a Área Metropolitana". Em representação da Universidade do Porto esteve o seu vice-reitor,

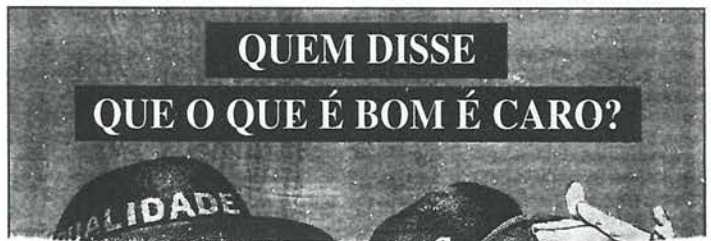


A Casa do Infante está prestes a entrar em obras

Manuel Miranda, referiu que "há arquivos guardados da formas mais incríveis e a Universidade

tudo fará no sentido que este acordo atinja os objectivos a que se propõe".

Festival Imperial do Vinho de 2011



JN - 9-7-99

Recuperação da Casa do Infante

Obras no valor de um milhão de contos mostram rosto novo do imóvel em 2001

O presidente da Câmara Municipal do Porto e responsáveis do fundo de Turismo visitam, esta manhã, as obras em curso na Casa do Infante/Arquivo Histórico do Porto, que deverá estar inteiramente renovado em 2001.

Orçadas em cerca de um milhão de contos, as obras, que incluem a recuperação de dois prédios anexos, entretanto adquiridos (por 160 mil contos) pelo Município, são complementadas por apetrechamento de equipamentos no valor de 600 mil contos.

O investimento é financiado pelo Fundo de Turismo, no âmbito de um 'Protocolo de Valorização Turística do Centro Histórico do Porto', com uma dotação global de 1,2 milhões de contos, metade dos quais se destina a este projecto.

Exposição

Após a visita de trabalho à Casa do Infante, a comitiva inaugura, na Torre Medieval, uma exposição sobre os trabalhos de reabilitação em curso no Centro Histórico do Porto.

Durante a visita, será feito um balanço dos trabalhos arqueológicos que decorrem há vários anos no imóvel a que alguns autores atribuem o berço do Infante D. Henrique. Recordou-se que aquelas pesquisas arqueológicas permitiram recolher vestígios de valor científico apreciável. Contam-se, designadamente, meio milhão de fragmentos de cerâmica datados de várias épocas.

Ampliação do Arquivo

A intervenção na Casa do Infante visa a ampliação e remodelação do Arquivo Histórico Municipal. Entre que no início deste ano à 'Soconstrói - Sociedade de Construções, SA', a obra encerra um processo iniciado em Fevereiro de 1990, com a adjudicação, ao arquiteto



Fernando Gomes visita hoje as obras na Casa do Infante

Tasso de Sousa, do projecto de ampliação do imóvel.

Nessa altura, equacionava-se a possibilidade de manter o Arquivo Histórico na Rua da Alfândega, expandindo-o para os edifícios vizinhos - incluindo a sede do CRU-ARB - Projecto Municipal para a Renovação do Centro Histórico do Porto, ou de construir uma estrutura de raiz. Esta opção enfrentaria, no entanto, a dificuldade de encontrar um terreno disponível na zona.

Elementos preciosos

Prevaleceu, então, a primeira opção, até porque as escavações arqueológicas, orientadas pelo próprio director do Arquivo, Manuel Real, decorriam nos espaços a remodelar.

Note-se, ainda, que as pesquisas forneciam elementos preciosos sobre a história da cidade, em particular sobre a estrutura medieval da Alfândega Velha, da Casa da Moeda e dos Armazéns Régios, que ali funcionaram.

Aliados a pesquisas documentais, tais trabalhos aumentam a probabilidade da tradição popular que faz nascer naquele imóvel o

Infante D. Henrique e permitiram adiantar o processo de reconstrução do Centro de Serviços Régios no Porto (tempos medievais e modernos) e desenvolver a ideia de musealização das estruturas e peças encontradas. Este circuito incluirá o projecto de Museu da Cidade como núcleo do 'Porto Antigo e Medieval'.

"Porto Medieval"

'Um Olhar Sobre o Porto Medieval' é, justamente, o título de uma exposição inaugurada, ontem à noite, no Centro Regional de Artes Tradicionais (CRAT).

Organizada pela Câmara Municipal, mostra uma maquete do Porto medieval realizada com base em investigações de especialistas. Com vocação didáctica, a maquete - a primeira representação a três dimensões de uma cidade medieval portuguesa à escala 1/500, visa aproximar o visitante do cenário do burgo naquela época.

A maquete, realizada de propósito para o sexto centenário de D. Henrique e patente na exposição até 7 de Novembro, tem destinado um lugar de relevo na Casa do Infante.

Alargamento do Arquivo Histórico, transferência de instalações e reorganização do CRUARB e conclusão das obras na Sé — eis algumas das grandes prioridades da Câmara do Porto para o centro histórico da cidade, para 1998, segundo o vereador responsável pelo pelouro, Oliveira Dias.

A intervenção municipal no centro histórico do Porto vai prosseguir este ano, quer mediante o lançamento de novas obras, quer concluindo as que foram iniciadas no passado. Quer ainda ao nível da remodelação orgânica e mudança física dos serviços que mais directamente se ocupam delas, como é o caso do Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo (CRUARB). Este serviço municipal vai transferir-se para um edifício na Rua da Fonte Taurina, abrindo caminho à ampliação do Arquivo Histórico.

O vereador Oliveira Dias, que governa os pelouros da Reabilitação Urbana e do Centro Histórico da cidade, começou por enfatizar ao PÚBLICO a existência de um plano para a frente fluvial que vai do que resta da antiga ponte pênsil, à ilharga do tabuleiro inferior da Ponte de D. Luís, ao Cais da Estiva, onde atracam as embarcações ao serviço das empresas que exploram o turismo ao longo do Douro. “Há um projecto do arquitecto Manuel Fernandes de Sá para o efeito”, revela o autarca, que faz questão de sublinhar que, consigo ao leme, a “eficácia do CRUARB cresceu de 40 por cento para mais de 90 por cento”.

O projecto prevê um novo mercado e a reconstrução das “Escadas das Padeiras”, “mais ou menos em frente do Restaurante D. Tonho”, em nome da revalorização da história da cidade. Trata-se de uma escadaria antiga destruída por umas cheias, mas cujas pedras foram guardadas.

Foi o mesmo arquitecto que, recorde-se, em parceria com Francisco Barata Fernandes, elaborou o Plano de Urbanização da Marginal do Douro, abrangendo o corredor que vai do edifício da Alfândega ao Passeio Alegre (ver PÚBLICO de 31/8/97). Mas as intervenções mais pesadas na área do centro histórico estão reservadas para a zona da Sé — se excluirmos o caso da operação-relâmpago delineada para a zona envolvente da Alfândega, em Miragaia, que claramente beneficia da “boleia” da realização da Cimeira Ibero-Americana em Outubro próximo (ver PÚBLICO de 4/1/98). A grande obra em curso na Sé visa a recuperação do Largo do Colégio, diante da Igreja dos Grilos, e na Viela do Anjo. É um trabalho de engenharia cirúrgica, complexo por estar a ser feito numa zona densamente habitada, onde predominam os velhos edifícios, as ruas apertadas e sinuosas.

Oliveira Dias, porém, afirma que as obras devem ficar concluídas “até meados deste ano”. Na mesma altura poderão acabar os trabalhos de reabilitação da memória da antiga Casa da Câmara, que se erguia ao lado da Torre Medieval, bem perto do terreiro da Sé. Fernando Távora assina o projecto desta intervenção e propôs uma solução surpreendente: uma torre com dois lados em cimento armado e outros dois em vidro. Quanto à Torre Medieval, tudo indica que ela albergue uma loja municipal para venda dos seus produtos culturais.

Duas outras “obras emblemáticas” são citadas por Oliveira Dias como fazendo parte das suas prioridades para 1998: o alargamento do Arquivo Histórico à custa das instalações do CRUARB, o que levará transferência deste para um edifício a recuperar na Rua da Fonte Taurina, à beira do futuro Hotel Carlton (do grupo Sonae). Refira-se que esta unidade hoteleira ocupará um prédio com frente para aquela rua, Praça da Ribeira e Cais da Estiva. Segundo o mesmo vereador, “a mudança do CRUARB está marcada para Janeiro de 1999”.

Especulação imobiliária

Para as obras de expansão do Arquivo, a autarquia confiou o projecto ao arquitecto Tasso de Sousa. Estas mudanças são favorecidas por “as actuais instalações do CRUARB não disporem de condições nenhuma”. Este serviço dependente do orçamento municipal vai ser reorganizado em 1998, “em questões ligadas com a sua orgânica e com o seu território”. Segundo Oliveira Dias, a zona histórica deve ser encarada como “a soma da zona classificada [pela UNESCO] como Património Mundial e a zona de protecção”.

É uma área que vai de Massarelos (Alameda de Basílio Teles) às Fontainhas e do rio Douro à zona da Estação da Trindade, nas traseiras dos Paços do Concelho. “As exigências da UNESCO para a zona de protecção são tão fortes como para a classificada. É tão perigoso fazer asneiras na zona de protecção como na zona classificada”, refere o edil. Segundo ele, o alargamento da área de actuação do CRUARB à zona de protecção irá funcionar como “travão à especulação imobiliária”.

Há a salientar ainda o projecto de renovação comercial, no âmbito da iniciativa do Ministério da Economia denominada Procom, a aplicar no quarteirão delimitado pelas Ruas de Mouzinho da Silveira e das Flores. Trata-se de um investimento de 1,6 milhões de contos em beneficiações de várias ordens (renovação de fachadas, passeios, equipamentos, infra-estruturas, etc). A Câmara do Porto entra com 12,5 por cento daquele valor, cabendo aos comerciantes e ao Governo assegurar o restante. Este projecto abrange 227 casas comerciais e poderá começar ainda este ano, mas só ganhará “visibilidade em 1999”.

LP01CX01 3786

\$Centro histórico de “interesse público”

Custou mais foi. Mais de um ano depois do reconhecimento, por parte da UNESCO, como Património Mundial, o centro histórico da cidade do Porto viu finalmente concluído o processo relativo à sua classificação com património de “interesse público”. O Diário da República do último dia de 1997 publicou, enfim, o mapa de delimitação da zona classificada pelo Estado português, a qual corresponde, grosso modo, à área classificada pela UNESCO, acrescida da área de protecção estipulada por aquele organismo das Nações Unidas.

A zona classificada é delimitada, segundo aquele mapa, pela Rua da Restauração, a poente, estendendo-se, a nascente, até próximo da Ponte de Maria Pia e incluindo, por exemplo, todo o perímetro do Hospital de Santo António. A zona classificada exclui, por exemplo, os paços do concelho, bem como a quase totalidade da grande praça formada pela Avenida dos Aliados.

O decreto-lei 67/97 não se limita, todavia, a classificar como monumento “de interesse público” a parte mais antiga da cidade do Porto, abrangendo igualmente vários “monumentos nacionais” de outras zonas do país. Assim boa parte do texto diz respeito à envolvente da igreja de Paços de Sousa, em Penafiel, ao conjunto de elementos românicos da Igreja de Soalhães, no Marco de Canavezes, à Casa do Cruzeiros, em Canas de Senhorim, Nelas, e à Capela de Nossa Senhora dos Anjos, na Nazaré, Leiria, cujas classificações passaram a ter uma redação diferente. Reclassificadas foram, entretanto, a igreja de Salzedas, em Tarouca, e o Palácio da Graciosa, em Anadia.

Como monumentos nacionais, ao abrigo do anexo I daquele decreto-lei, foram ainda classificados o conjunto arquitectónico e arqueológico de Idanha-a-Velha, a Igreja da Graça, em Coimbra, a Igreja Matriz da Vestiaria, em Alcobaça, e a Real Fábrica de Gelo de Montejuento, no Cadaval (Distrito de Lisboa). Ainda em Lisboa, foi igualmente classificado o conjunto Palácio Vale Flor, incluindo a Casa de França. Em Mangualde, o decreto distinguiu o Castro do Bom Sucesso.

A lista dos imóveis classificados como “de interesse público” é mais vasta e inclui a Capela de Nossa Senhora das Lezírias, na Anadia, a Mamoá dos Açores, em Albergaria-a-Velha, a Casa dos Arcos e a Casa do Major Pessoa, em Aveiro, a Casa-Museu Egas Moniz, em Estarreja, a mamoá da Quinta da Lage, na Feira, e o castro de Ossela, em Oliveira de Azeméis. Esta prenda de ano novo distinguiu ainda lugares dos municípios de Alvito, Cuba, Torre de Moncorvo, Vinhais, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Condeixa-a-Nova, Góis, Montemor-o-Velho, Alandroal, Borba, Évora, Montemor-o-Novo, Vendas Novas, Vila Viçosa, Alcoutim, Faro, Monchique, Silves, Almeida, Fornos de Algodres, Pinhel, Seia, Trancoso, Alcobaça, Pombal, Porto de Mós, Alenquer, Azambuja, Cadaval, Cascais, Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Sintra e Torres Vedras. No distrito de Portalegre, a classificação distinguiu, por exemplo, quinze antas do concelho de Castelo de Vide e outras dez do concelho de Elvas.

No distrito do Porto, a vila Romana de Sendim, em Felgueiras, e a anta do padrão, em Paredes, foram igualmente classificadas, destacando-se ainda, na lista dos imóveis de “interesse público”, a estação de São Bento. Coruche, Rio Maior, Tomar, Barreiro, Grândola, Caminha, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Alijó, Chaves, Vila Pouca de Aguiar, Carregal do Sal, Lamego, Mangualde, Nelas e Viseu viram também alguns dos seus lugares distinguidos pelo diploma.

Como imóveis de “valor concelhio”, foram ainda distinguidos 34 sítios. No concelho do Porto, foi classificado, refira-se, o “quiosque da STCP, na Praça da Liberdade”. Na Póvoa de Varzim, o decreto-lei distinguiu o “coreto da Praça do Almada”, no jardim público com o mesmo nome.

Jorge Marmelo

—

96-05-22√ [Pg 58]

DÆDiário

SÆLocal

TÆUm milhão para remodelar Arqui. Hist.

Gomes Fernandes suspende de novo o mandato

\$Um milhão para remodelar Arquivo Histórico do Porto

O Arquivo Histórico do Porto, instalado na Casa do Infante, na zona ribeirinha da cidade, vai ser ampliado e remodelado, prevendo-se que dentro de três anos os trabalhos estejam concluídos. O projecto é municipal e ontem o executivo da Câmara do Porto aprovou por unanimidade a abertura do concurso público internacional para a realização desta empreitada, no valor de 950 mil contos.

A vereadora do pelouro da Cultura e Animação da Cidade, Manuela Melo, explicou, no final da reunião do executivo, as linhas essenciais deste projecto, que deverá vir a ser apoiado em 75% do seu custo total pelo Pronorte (Programa Operacional do Norte), e referiu que esta intervenção, pensada há já algum tempo, é uma necessidade premente, dado a grandeza do espólio do arquivo da cidade, que é, garante, “valiosíssimo”. A este propósito, lembrou que, no edifício medieval da Casa do Infante, realizaram-se várias escavações arqueológicas “importantíssimas” que contam a história da cidade desde tempos muito antigos até à época medieval e posteriores. E é, acrescentou, graças a esse trabalho que o arquivo vai dispor de um circuito museológico — que será instalado na cave e no rés-do-chão do imóvel — que conta a história do Porto antigo.

Revelou também que o espaço disponível para documentos vai ser substancialmente aumentado, passando o arquivo a dispor de 4,5 quilómetros de prateleiras. No âmbito desta intervenção, Manuela Melo anunciou que vão ser criados gabinetes específicos, nomeadamente de cartografia (não existia, mas vai ser criado por que o espólio é valioso), fotografia (para tratamento, exposições e para acesso público) e de restauro de documentos (o que existe é “incipiente”, segundo afirmou). Paralelamente, será construído um auditório.

maquete do Porto medieval para integrar este módulo —, “A casa do Infante”, “O Infante D. Henrique” e “O século da partilha do mundo”, onde se pretende historiar os cem anos que distam do nascimento do Infante, em 1394, à assinatura do Tratado de Tordesilhas, em 1494. Luís Miguel Queirós

93-12-10√ [Pg 8]

DÆDiário
SÆCultura
TÆCasa do Infante

Escavações revelam o passado de uma casa cheia de história
Sob o tecto do Infante
David Pontes

Residência romana, habitação de reis, alfândega, casa da moeda, arquivo histórico. Por camadas, a terra revela a história de um edifício único da Ribeira portuense, onde se supõe ter nascido o Infante D. Henrique. É a Casa do Infante, que está a ser objecto de uma intervenção exemplar com o intuito de trazer à vida o seu património histórico e adaptar o edifício à função de Arquivo Histórico Municipal do Porto. E também porque, para o ano, há as comemorações do sexto centenário do nascimento do Infante.

Corria o ano de 1325 quando o rei D. Afonso IV decide construir no burgo do Porto a Alfândega, hoje conhecida como Casa do Infante. Comprou diversos terrenos e casas e mandou edificar um imponente edifício (para a época) com aparência militar. Respondia, assim, à tendência crescente do poder régio para tributar mercadorias, mas, também, à vontade de afrontar o bispo que continuava a dominar uma cidade cada vez mais importante devido ao seu porto no Douro.

Uma torre a Norte e outra a Sul. Com ameias e um pátio fechado a uni-las. Funcionava como uma espécie de “centro de serviços” abrigando a Alfândega, a Casa da Moeda e a Contadoria da Fazenda, mas também é muito provável que possa ter servido de residência régia. Os vestígios encontrados pelas escavações e as marcas ainda visíveis no actual edifício apontam para que na torre mais alta, a Norte, existisse um espaço para habitação. Sendo este o mais imponente edifício civil durante a Idade Média no Porto é de crer que fosse o escolhido para abrigar D. João I.

Alguns dados recolhidos pela equipa coordenada por Manuel Real, director do Arquivo Histórico e Municipal do Porto (AHMP), e dirigida pelos arqueólogos Paulo Dórdio Gomes e Ricardo Teixeira, se não podem prová-lo, vêm, pelo menos, dar força à crença popular de que o Navegador teria nascido sob o seu tecto.

A equipa de investigação, apoiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, pela Câmara do Porto e pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, deverá terminar as escavações até ao final do ano. O trabalho começou em 1991 perante a necessidade de recuperar o edifício para mais funcionalmente corresponder à sua função de Arquivo Histórico do Porto, numa altura em que se perfilam no horizonte as comemorações do Infante/94 (ver caixa). O projecto do arquitecto Tasso de Sousa — que irá, também, incluir no conjunto do edifício um armazém de bacalhau situado nas traseiras — teve assim que ir integrando os achados mais importantes da equipa de arqueólogos de forma a que possam continuar a ser vistos pelo público, musealizando diferentes áreas. Uma preocupação que se manteve durante as investigações, abertas a visitas, e que até há bem pouco tempo tiveram uma exposição, permanentemente renovada, com os objectos que iam sendo encontrados.

As escavações foram objecto de uma empreitada — algo inédito no nosso país — e da utilização de modernos métodos de investigação, como a fotogrametria ou a prospecção geofísica. Da terra crivada vão surgindo os vestígios das anteriores ocupações: cerâmica de várias épocas e de diferentes proveniências, os selos de chumbo da selagem das mercadorias, moedas, objectos de vidro e mesmo uma ponta de seta em sílex que se poderá situar na Idade do Bronze. A profundidade a que se escava, que em alguns locais chega a atingir os sete metros de profundidade, vai marcando a viagem no tempo.

Entre todos os vestígios, a descoberta mais inesperada foi a de um mosaico romano com desenhos similares aos que se podem ver em Conímbriga, que irá ser reconstituído, como outras peças, para posterior exibição. Um mosaico que deveria ornar uma residência romana e que atesta a importância da cidade na altura dos séculos III e IV d. C., que se estendia pela Sé acima como atestam vestígios encontrados em outras escavações. Em contraste, afirma Ricardo Teixeira, “existe um hiato no espólio já que os materiais encontrados a seguir pertencem ao século XIV”.

A remoção de toneladas de terra vai revelando os diferentes pisos utilizados, as marcas das construções de um edifício que ao longo do tempo sofreu diferentes alterações, a última das quais nos anos 60, pela mão insensível do Estado. A Alfândega estende-se em direcção a poente com diversos edifícios ao longo da parede e as fundações de uma escada de pedra atestam, segundo afirma Manuel Real, a constante dignificação de que o edifício foi sendo objecto. As torres desaparecem na segunda metade do século XVII e o edifício é ampliado alterando-se a localização da casa da moeda de que existem ainda vestígios do forno e do local dos foles. No século passado, o edifício, já na mão de particulares — a Alfândega havia sido transferido para Miragaia —, foi objecto de novas transformações que o levaram ao alinhamento de hoje. Lentamente foi envelhecendo de forma que, em 1834, a Associação Comercial concluiria que não estava em condições de aí instalar a sua sede.

Por outro lado, a área de leitura pública, que até agora estava confinada a uma sala bastante escura dentro da própria Casa do Infante, vai passar para o edifício onde se encontra instalado o Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira Barredo (CRUARB), estando já garantida a transferência do Gabinete de Arqueologia Urbana, responsável por toda a intervenção de pesquisa arqueológica na cidade do Porto, para a parte de cima, no imóvel que fica situado em frente ao Mercado Ferreira Borges.

O executivo aprovou também ontem, com a abstenção da vereadora comunista, Ilda Figueiredo, a abertura do concurso público para a realização da terceira fase da empreitada de “Beneficiação do Rivoli - Teatro Municipal”, relativa à instalação de equipamentos especiais de palcos, como sejam a luz, o som, sistemas de vídeo e projecção de cinema. O prazo de execução desta obra, que a autarquia admite que venha também ser comparticipada pelo Pronorte, é de nove meses. Pouco depois, os vereadores davam o seu voto à adjudicação de trabalhos a mais referentes à empreitada “Rivoli- Teatro Municipal, demolições e betão armado” — relativa a trabalhos — à firma Teixeira Duarte.

Câmara e Universidade estudam Beco do Paço

O realojamento dos moradores da ilha do Beco do Paço, no Jardim do Carregal, que pertence à Universidade do Porto (UP), esteve ontem uma vez em cima da mesa na reunião do executivo, que aprovou a homologação do auto de vistoria àquele local. Esta é a segunda vez que é feita uma vistoria às condições de segurança em que vivem aquelas famílias, cujas casas estão bastante danificadas por causa das obras que estão a ser feitas pela empresa de construção civil Edifer num terreno contíguo às habitações dos moradores.

A vereadora Maria José Azevedo, da Acção Social e Protecção Civil, disse que o município está a estudar com a UP a questão do realojamento dos moradores. “A Câmara poderá estar disponível para realojar as famílias que lá vivem, desde que haja contrapartidas da UP”, declarou a vereadora, adiantando que a Universidade pode vir a ceder à edilidade aquele espaço, que tem capacidade construtiva.

No mês passado, os moradores no Beco do Paço receberam uma recomendação da Reitoria da UP que os deixou assustados. Era um documento baseado num relatório da Divisão de Segurança, Salubridade e Edificações da Câmara do Porto, que propunha o “despejo e posterior demolição de todas as habitações, e, virtude do etdo de degradação das casas e da falta de condições higio-técnicas”. Depois disso, a Univeridade a Câmara fizeram um acordo que apontava no sentido do realojamento, a médio prazo, dos moradores, pondo de lado o cenário do despejo

Entretanto, no período antes da ordem do dia, o presidente da Câmara informou o executivo de que o vereador Gomes Fernandes apresentou novo pedido de suspensão de mandato por mais 60 dias.

Margarida Gomes

—

94-01-14√ [Pg 9]

DAE Diário

SAE Cultura

TAE Infante 94

Em casa do Infante

Das inúmeras iniciativas que marcarão, no Porto, as comemorações henriquinas, a mais ambiciosa é, porventura, a exposição “Henrique o Navegador”, que ficará patente de Março a Setembro na Fundação Engenheiro António de Almeida. Co-promovida pela Câmara do Porto, pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e pela referida fundação, a mostra é comissariada por Manuel Real, actual director do Arquivo Histórico do Porto, que promete enriquecer a interminável polémica em torno do local de nascimento do Infante com algumas novas e importantes descobertas.

O Arquivo Histórico do Porto está instalado num edifício a que os portuenses chamam a Casa do Infante, com base na tradição que afirma ter sido aqui que D. Filipa de Lencastre deu à luz D. Henrique. Começado a construir em 1325, na zona ribeirinha, o edifício serviu de “almazem” régio, ou alfândega, função que só abandonou já no século XIX. Em torno da Alfândega foram-se concentrando outros serviços da Coroa, designadamente a Casa da Moeda, e a urbanização do local completar-se-ia no reinado de D. João I com a abertura da Rua Nova.

As investigações arqueológicas em curso no edifício do Arquivo Histórico vieram agora confirmar, segundo Manuel Real, que a Casa do Infante era, de facto, o mais imponente exemplar da arquitectura civil do Porto medieval. Mais significativa é, no entanto, a descoberta de que a torre norte do edifício serviu, indubitavelmente, de zona de habitação, hipótese que muitos autores haviam contestado. Manuel Real adianta mesmo a identificação do inquilino, nada menos do que o almoxarife do Porto, ou seja, o principal oficial régio no burgo. Admitindo que sempre encarara com “cepticismo” a tese de que o Infante nascera na casa que tomou o seu nome, o director do Arquivo Histórico inclina-se agora para a aceitar, tanto mais que — como notou — ela é reforçada pelo precedente do nascimento de D. Duarte, que veio ao mundo na propriedade do almoxarife de Viseu.

A mostra comissariada por Manuel Real, que será acompanhada por um luxuoso catálogo, dividir-se-á em quatro núcleos principais, respectivamente intitulados “A cidade onde nasceu o Infante” — está a ser ultimada uma

Parque de estacionamento do Infante vai arrancar

§Câmara do Porto acelera encerramento do Dallas

A Câmara do Porto reafirmou ontem a intenção de encerrar "o mais rapidamente possível" o Centro Comercial Dallas, na Avenida da Boavista, por considerar que aquele espaço comercial não reúne as condições mínimas de segurança. A discussão sobre o fecho do Dallas, já determinado pela autarquia, surgiu no período de antes da ordem do dia da reunião privada do executivo, por sugestão da vereadora comunista, Ilda Figueiredo. Ao desafio respondeu o vereador do Urbanismo, Nuno Cardoso, que explicou com algum pormenor a situação de ilegalidade em que se encontra aquele centro comercial, um dos mais antigos da cidade do Porto.

Segundo revelou aos jornalistas, no final da reunião, a vereadora do pelouro da Acção Social, Maria José Azevedo, "o Centro Comercial Dallas é completamente ilegal". A única coisa que lhe foi atribuída foi uma licença de construção, "mas apenas para metade do edifício e nem mesmo essa foi respeitada". No seu entender, "esta situação só por si é grave, mas mais grave do que isso é o facto de as várias peritagens feitas pelo Batalhão de Sapadores Bombeiros do Porto indicarem que o Dallas constitui um perigo público".

Ao que o PÚBLICO apurou, "o Dallas nunca cumpriu" o projecto de segurança exigido pelos bombeiros e nunca reuniu as condições mínimas de segurança. Para além de "não possuir extintores, o Dallas não tem, por exemplo, bocas-de-incêndio, a iluminação de emergência não está assegurada, o sistema automático de detecção de incêndios não funcionava". Ao mesmo tempo, "não tem energia eléctrica em algumas zonas comuns", o circuito eléctrico do gerador estava desligado e as portas corta-fogo não fechavam porque estavam avariadas.

Em finais de Agosto do ano passado, e na sequência de uma vistoria, o Batalhão de Sapadores Bombeiros, alegando que não eram cumpridas as condições mínimas de segurança, propõe: "O centro deve ser encerrado porque põe em perigo os seus utentes e funcionários". Dias depois, as conclusões do relatório chegam ao conhecimento da Câmara do Porto e é nessa altura que o vereador Nuno Cardoso decide pôr um ponto final na ilegalidade do Dallas, propondo o seu encerramento temporário para a realização de obras.

Enquanto a situação não se resolve, a Câmara do Porto deverá pronunciar-se sobre o projecto de reconversão profunda que foi apresentado recentemente por um comerciante e que, segundo a vereadora Maria José Azevedo, é proprietário de cerca de 70 por cento da área do "shopping". "Da parte da câmara existe a firme determinação de encerrar o local, mas também de se manter disponível para facilitar a vida a um projecto de alteração que ajude a requalificar significativamente aquele espaço", declarou. "Dentro daquilo que é sua competência, a câmara está disposta a acelerar a aprovação do projecto e criar todas as condições para que não só as obras comecem o mais rapidamente possível como demorem o menor tempo possível", acrescentou a vereadora.

Em relação aos 28 pontos da ordem de trabalhos da reunião, há a destacar três propostas com incidência no centro histórico do Porto. Uma delas tem a ver com a adjudicação da ampliação e remodelação do Arquivo Histórico Municipal do Porto à firma Soconstrói, por 998 milhões de escudos. A aprovação deste ponto põe um ponto final num longo processo que começou oficialmente em Fevereiro de 1990, com a adjudicação do respectivo projecto ao arquitecto Tasso de Sousa. A conclusão dos trabalhos de remodelação está prevista para meados de 2001 e considera a autarquia que esta obra contribuirá para a requalificação urbana e para a criação de equipamentos culturais ligados ao projecto Porto Capital Europeia da Cultura.

O arranque para a construção de um parque de estacionamento subterrâneo na Praça do Infante D. Henrique, no centro histórico, foi dado ontem com a entrega da empreitada ao agrupamento constituído pelas firmas Spel e Contacto.

Mais polémica foi a proposta de venda dos estabelecimentos renovados do centro histórico aos actuais ocupantes. Oliveira Dias ficou incomodado com as observações que o vereador Nuno Cardoso (PS) fez à sua proposta, criticando-a pelo facto de não ser acompanhada de informação pormenorizada.

Margarida Gomes

LP01 5273

Câmara do Porto quer alargar esfera de influência do CRUARB

§Arquivo Histórico vai crescer

António Moura

Miragaia —, foi objecto de novas transformações que o levaram ao alinhamento de hoje. Lentamente foi envelhecendo de forma que, em 1834, a Associação Comercial concluiria que não estava em condições de aí instalar a sua sede.

95-03-05√ [Pg 12]

L-Mem.Cidade/Infante 6039
O Mistério da Casa do Infante

“Naceo depois o Ifamte dom Amrique, na cidade do Porto, hua quarta feira de cimza, III dias do mes de Março de IIIIc e XXXXVIII annos, o quoall foi Duque de Viseu e senhor de Covilhã” — a passagem da “Crónica de D. João I”, de Fernão Lopes, é um dos dois testemunhos de que o “Navegador” nasceu nesta cidade. O outro é o recibo das despesas que a Câmara fez com as festividades que animaram o baptizado: 440 libras de cordas “pera o tavollado”, 150 libras ao latoeiro judeu que fez, para o mesmo tabulado, uma “maçaam” e uma cruz; 150 libras a cada um dos sete homens que andaram “tangendo nas matinadas”.

D. Henrique era o sétimo dos dez filhos do rei da “Boa Memória”: dois — D. Afonso, futuro conde de Barcelos e duque de Bragança, e D. Beatriz, que seria condessa de Arundell — teve-os de uma Dona Inês, mais tarde comendadora do Mosteiro de Santos; da rainha D. Filipa de Lencastre, os restantes: D. Branca, que morreu com oito meses, D. Afonso, falecido aos 12 anos, D. Duarte, que faria assim figura de primogénito e sucessor, D. Pedro, futuro regente. Depois do Infante de Sagres nasceriam ainda D. Isabel, que haveria de ser condessa de Borgonha, D. João e D. Fernando.

Encerrou-se ontem, oficialmente, o ano em que se comemorou o 6º centenário deste nascimento. Oportunidade para visitar um “enigma histórico”: sabido que os reis não tinham, no Porto, paços privativos (talvez os tivessem a sul do Douro, já que há referência a um misterioso “Paço do Rei” em Gaia), onde podia nascer um príncipe, em 1394? Que edifícios, religiosos ou civis, havia na cidade, com espaço, conforto e dignidade suficientes para acolher o monarca e uma esposa prestes a dar à luz? A questão, parecendo menor, tem interesse para a história da cidade. Quantos edifícios?, perguntava. Poucos; cabiam nos dedos de uma mão... e talvez ainda sobrassem dedos. A saber: o Paço Episcopal; o mosteiro de S. Francisco; o mosteiro de S. Domingos; a Alfândega do Rei.

Lembremos, antes de mais, as circunstâncias: D. João I chega ao Porto nos últimos dias de Fevereiro de 1394, vindo dos Paços da Serra da Atouguia, onde ficou D. Filipa, já no período final da gravidez. A rainha veio para a cidade muito pouco antes do parto, que teve lugar a 4 de Março. E o soberano só partiu de cá com o mês de Novembro a acabar. Isto é, uma estadia prolongada, cerca de nove meses.

Vamos então à primeira hipótese: o Paço Episcopal. Fortíssima possibilidade: o monarca já lá ficara duas vezes (em Abril de 1385, logo após ter sido aclamado rei nas Cortes de Coimbra; em 1387, quando casou: a câmara nupcial foi no Paço). Sabe-se pouco do primitivo edifício, mas era talvez o que melhores condições de conforto e dignidade tinha para albergar os reis; nele residiam os que há três séculos eram senhores do burgo — os bispos. Muito mais tarde, Garibay e Pereira de Novaes dizem-nos que aí nasceu o Infante, sem adiantarem qualquer prova. Outra hipótese, o mosteiro de S. Francisco: já lá “morara” o rei D. Fernando, em 1372, e nele se instalou o próprio D. João I, em 1387, até à cerimónia do casamento (depois da qual, como vimos, se juntou à esposa no Paço do Bispo). Instalou-se — e parece que gostou: segundo a “História Seráfica”, o rei chamava ao mosteiro “a minha casa de S. Francisco no Porto”. O facto de ao tempo estar em obras não me parece argumento decisivo contra a opção por este mosteiro; nem a grande duração da estadia régia, pois duvido que estivesse prevista.

Nunca se falou em S. Domingos: não há exemplo de que lá tenham ficado reis. No entanto, atrevo-me a juntar ao rol de possibilidades este magnífico mosteiro, amplo, imponente, com

água abundante, situado no coração da cidade: o Largo de S. Domingos será, durante muitos anos, um ponto nevrálgico das comunicações e sociabilidade do burgo. Para o fim deixei uma das boas "apostas": a "Casa do Infante", onde hoje funciona o Arquivo Histórico Municipal do Porto (na foto, reconstituição em maquete do que terá sido a primitiva "Casa do Infante"). O edifício é a antiga Alfândega ou Armazém do rei, elemento-chave da estratégia de D. Afonso IV no sentido de enraizar, no burgo dos bispos, um sólido património para a Coroa, que até então apenas dispunha de um punhado de casas na Rua das Congostas. Começado a construir em 1325, estará concluído por meados do século, embora receba constantes melhoramentos e modificações. No século XIX, uma tradição oral dizia que naquela casa, ao tempo em ruínas, nascera D. Henrique. As escavações arqueológicas a decorrer trouxeram novidades, resumidas pelo seu responsável máximo e director do Arquivo Histórico, Manuel Luís Real (em textos excelentes do catálogo da exposição "Henrique, o Navegador"): a alfândega era um edifício civil de grande envergadura, um dos maiores (se não o maior) do Porto daquele tempo; centralizava a cobrança dos mais importantes direitos régios. Funcionava ainda como armazém. E, na imponente Torre Norte, os andares superiores foram usados como habitação, talvez de prestigiados funcionários régios. Isso levou Manuel Real a afirmar que é provável que a "Casa do Infante" mereça o seu nome; que era o melhor local para o rei e a rainha se instalarem, com espaço, condições e o à-vontade de quem está em coisa sua, nesse Fevereiro de 1394. Tal como se teriam instalado em Viseu, na casa do almoxarife, aquando do nascimento de D. Duarte.

A dúvida persiste. Com as informações disponíveis, diria que a rainha se hospedou no Paço do Bispo. Apesar de tudo, a alfândega ou "almazem" era isso mesmo: um armazém. Julgo que havia soluções mais atraentes para uma dama da Casa de Lancaster e o seu numeroso séquito, por certo inflacionado por a rainha "estar de esperanças". Não sei se a questão virá a ser solucionada. Para a história da cidade importa, sobretudo, inventariar os edifícios que possam ter sido palco deste parto. E lembrar que, pelo facto de aqui ter dado à luz o príncipe, D. Filipa reforçou os laços simbólicos entre o burgo e o fundador da dinastia de Avis.

Luís Miguel Duarte

-

91-11-20√ [Pg 24]

-
LP-ruas

2224

Arquivo Histórico do Porto
vai ter novas instalações

A Câmara do Porto decidiu ontem adquirir um edifício para ampliação das actuais instalações do Arquivo Histórico do Porto. O prédio em causa vai ser comprado por 65 mil contos ao Entrepósito dos Açúcares Coloniais e permitirá ultrapassar uma situação de grave carência em que se encontrava o Arquivo Histórico da cidade. A Câmara decidiu ainda apoiar o grupo de teatro Seiva Trupe, através da aquisição por dois mil contos de 9 mil entradas para o espectáculo em cena "O Conde Barão". Os bilhetes serão oferecidos às várias escolas da cidade para que as crianças possam ir ao teatro. A Associação dos Comerciantes do Porto e o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços do Porto vão, por seu lado, receber subsídios, no valor global de 40 mil contos, para financiar as respectivas escolas profissionais de comércio. A reunião de ontem do executivo camarário iniciou-se com uma informação prestada pelo presidente Fernando Gomes sobre o congresso das Eurometrópoles, realizado na semana passada em Turim e onde o Porto esteve representado. Um exemplar dos estatutos do Clube foi distribuído aos vereadores.

Em matéria de intervenção nos arruamentos citadinos, a Câmara deliberou adjudicar as obras de beneficiação das ruas do Rosário, Boa Hora, Aníbal Cunha, Campo Lindo, João de Deus, Vanzeleres, Augusto Rosa, Saraiva de Carvalho e Vímara Peres, cujos custos ascendem a 180 mil contos. O seu início está previsto para Janeiro próximo e os trabalhos vão incluir a colocação de novas infra-estruturas, para além do novo piso alcatroado.

Ainda no domínio das obras, uma fonte camarária informou que a primeira fase dos trabalhos de renovação da rua de Cedofeita — entre Álvares Cabral e os Bragas — estará pronta no final de Dezembro. Mas quer estas obras, quer as da rua da Boavista serão interrompidas na quadra natalícia.

A Câmara deliberou ainda ceder um terreno situado na rua de Cervantes e Alameda Capitães de Abril à Junta de Freguesia de Cedofeita, para ali ser construído um centro de dia para idosos. Por último, o executivo camarário decidiu desenvolver os estudos para uma intervenção urbanística no Horto das Virtudes/Vale do Rio Frio.

J.A.L.

-

Câmara adquire prédio medieval por cem mil contos

Arquivo Histórico vai ficar na Ribeira

Margarida Gomes

Junto à Casa do Infante, na zona da Ribeira, existe um imóvel do século XV que a autarquia acaba de comprar por cem mil contos. É neste edifício que ficará instalada uma boa parte do Arquivo Histórico do Porto, que se encontra espalhado, por falta de instalações condignas, por diversos locais da cidade.

A Câmara Municipal do Porto adquiriu recentemente, por 100 mil contos, um edifício medieval, situado na zona da Ribeira, no lado norte da Casa do Infante, para aí instalar parte do Arquivo Histórico da cidade, que se encontra espalhado por um conjunto de locais.

O Gabinete de Arqueologia Urbana da Divisão de Museus e Património Histórico e Artístico, até agora situado numa casa antiga, situada na zona do Barredo e entretanto cedida ao Clube de Jornalistas do Porto, vai ser o primeiro organismo a ser transferido para o novo espaço. O secretariado das comemorações do Infante D. Henrique/94 vai ser

instalado num dos pisos da nova casa da Câmara, que chegou a ser propriedade da família Sandeman no século passado.

Devoluto há cerca de meio ano, o novo edifício de cinco andares, um dos quais é subterrâneo, situa-se na esquina da Rua da Alfândega com a Rua do Infante D. Henrique e está pronto a ser ocupado. A autarquia aguarda apenas que o executivo municipal aprove a proposta de compra do imóvel a uma companhia de seguros, o que deve acontecer na próxima reunião de terça-feira, para aí instalar um conjunto de serviços, espalhados por alguns núcleos.

O imóvel — o segundo que a autarquia adquire em meio ano na zona do centro histórico da cidade — tem uma ligação directa à Casa do Infante, através de uma porta gótica que também dá acesso ao outro edifício, igualmente medieval, que o município comprou no ano passado, por cerca de 65 mil contos, situado nas traseiras da Casa do Infante, onde está instalada grande parte do Arquivo Histórico do Porto.

Um edifício do século XV

Manuel Real, do Arquivo Histórico, afirmou ao PÚBLICO que, graças à compra do novo prédio, a Câmara do Porto, proprietária da Casa do Infante, recuperou para a cidade um valioso património com grande senti-

do histórico. A propósito, disse que o novo prédio, que data do século XV, sofreu a sua primeira grande transformação em 1887, quando era proprietário Thomas Glass Sandeman. Já neste século, por volta de 1923, foi de novo recuperado pela firma Lind Y Couto, que, entretanto, o adquiriu. Curiosamente, referiu ainda Manuel Real, foi nesse mesmo ano que foi construído o terceiro e último andar da Casa do Infante, onde chegou a funcionar a Casa da Moeda.

No edifício das traseiras da Casa do Infante estão instalados os sectores da conservação e restauro de documentos gráficos do arquivo, os laboratórios de microfílmagens e fotografia e ainda os serviços de informática. Restaurado e adaptado na sequência de um projecto do arquitecto Nuno Tasso de Sousa, este espaço representa apenas uma parcela da intervenção projectada para o Arquivo Histórico, que inclui uma série de alterações arquitectónicas destinadas a recuperar a memória histórica do edifício e a criar, no seu interior, dois circuitos independentes, respectivamente para os utentes dos serviços e para os turistas.

O projecto de alargamento do Arquivo Histórico contempla ainda a instalação de uma cafetaria e a criação de um grande anfiteatro, susceptível de ser utilizado para projecção de cinema e para a realização de concertos e representações teatrais. ■



Um prédio do século XV transformado, em 1887, por Thomas Glass Sandeman

Alargamento do Arquivo Histórico leva Gomes à Casa do Infante

Onze milhões de contos em investimentos culturais

FERNANDO GOMES deslocou-se ontem ao Arquivo Histórico do Porto, na Casa do Infante, onde foi informado do andamento de dois projectos que deverão beneficiar decisivamente aqueles serviços: a instalação de um sistema informático que permitirá a consulta de documentos através de um disco óptico e o processo de recuperação de um prédio contíguo ao edifício da Rua da Alfândega, já adquirido pela autarquia, para onde se prevê que venham a transitar os sectores da conservação e restauro.

No final da visita, o presidente da Câmara do Porto divulgou as verbas que irão ser aplicadas, nos próximos três anos, em investimentos culturais, e que ascenderão, segundo Fernando Gomes, a 11 milhões de contos, quatro dos quais deverão ser despendidos pela autarquia, cabendo à administração central disponibilizar os restantes sete.

Os investimentos destinam-se a obras de remodelação no Teatro Rivoli, no Palácio de Cristal, no Museu Guer-

ra Junqueiro e na Biblioteca Pública Municipal — para a qual está previsto um novo pólo, a construir de raiz —, e à criação do Museu da Cidade, que a autarquia pretende instalar no actual edifício da EDP da Praça de Carlos Alberto. Uma parcela de 300 mil contos será ainda reservada para a construção de anfiteatros em jardins públicos e para outras estruturas ao ar livre.

Recuperar a memória histórica

As obras de remodelação em curso no Arquivo Histórico estão orçadas por 650 mil contos, que incluem 150 mil destinados a estantes e outros equipamentos. O restauro e adaptação do prédio que faz traseiras com a Casa do Infante — cujo projecto está a ser desenvolvido pelo arquitecto Tasso de Sousa — representa apenas uma parcela da intervenção projectada para o Arquivo Histórico, que inclui uma série de alterações arquitectónicas destinadas a recuperar a me-

mória histórica do edifício e a criar, no seu interior, dois circuitos independentes, respectivamente para os utentes dos serviços e para os turistas.

O projecto prevê ainda a instalação de uma cafetaria e a criação de um grande anfiteatro susceptível de ser utilizado para projecção de cinema, concertos e representações teatrais.

Continuam, entretanto, a desenvolver-se escavações arqueológicas no pátio interior do edifício, que trouxeram já à luz restos de um mosaico romano cuja origem se situará entre os séculos III e VI — o primeiro a ser descoberto nesta zona da cidade — e vestígios da desaparecida Casa da Moeda fernandina, erguida no século XVII.

O circuito turístico a instalar na Casa do Infante, que incluirá uma exposição permanente dos achados arqueológicos, pretende alertar os visitantes para os elementos ainda hoje visíveis da Alfândega medieval, que ali funcionou desde o século XIV, e para a tradição que associa o edifício

ao local de nascimento do Infante D. Henrique.

Disco óptico para consulta

A par das intervenções arquitectónicas, o Arquivo Histórico colocará em breve à disposição do público um novo sistema de consulta que, através de um disco óptico ligado a uma base de dados, permitirá ao utente a visualização imediata, num ecrã de computador, do documento que pretende consultar.

Antes de visitar a Casa do Infante, Fernando Gomes passou pela vizinha sede do CRUARB — Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo —, onde se encontra patente uma exposição de cartografia portuense destinada a comemorar o centenário da célebre carta topográfica da cidade levantada, em 1892 — à escala 1/500 — por Augusto Gerales

PAULO RICCA



Para conhecer o Porto de há cem anos

Telles Ferreira. Além de diverso material referente à carta de 1892, cuja versão original, dada a sua gigantesca escala, compreende quase meio milhar de

folhas, a
mais e
cartas
longo

mostra re
origina
e
Reprodu
dos v
Cartas

anteriores, realizadas ao longo do

ARQUIVO HISTÓRICO VAI SER AMPLIADO E REESTRUTURADO

PROJECTO ÚNICO DESVENDA ORIGENS DA CASA DO INFANTE

A Casa do Infante – Arquivo Histórico do Porto – possuirá, dentro de aproximadamente quatro anos, um organigrama arquitectónico completamente diferente, recuperando-se o espírito e as marcas do passado, num verdadeiro retorno às origens. Um projecto de ampliação e reestruturação, da autoria do arquitecto Tasso de Sousa, revivificará a história do local, depois de nos últimos anos se terem descoberto, «de surpresa em surpresa» as estruturas originais do edifício.

A remodelação profunda prevê a aquisição do armazém da alfândega contíguo, um imóvel do século XIX (que efectua uma ligação com a Casa do Infante e ainda do edifício do CRUARB «para alargar a área na direcção do rio», no sentido de obter um conjunto interligado, restabelecendo as antigas aberturas.

Segundo Manuel Real, director do Arquivo Histórico, com estas aquisições, a Câmara acabou por reagrupar a antiga propriedade régia».

O projecto de execução ficará concluído este ano

e, no início de 1993, as obras estarão já em fase avançada, tendo em conta que será efectuada uma empreitada preliminar relativa à análise das fundações e preparação da frente do edifício recentemente adquirido.

Previendo-se um investimento aproximado de 300 mil contos, a primeira fase estará concluída em 1994, altura em que terão lugar as Comemorações ao Infante D. Henrique e onde serão revelados dados históricos e artefactos da época em que o Infante nasceu.

Projecto sublinha o espírito primitivo da Casa do Infante

«Por ser muito complexa, esta remodelação implica um cuidado especial, já que se realiza num edifício com carácter histórico, classificado como monumento nacional. Houve, desde o início, grande preocupação de conhecer bem a história da casa e os antecedentes da ocupação humana no local» – salienta Manuel Real.

De facto, já em 1991 se começaram a processar escavações arqueológicas



A remodelação profunda da Casa do Infante inclui a conexão com o edifício contíguo do CRUARB, sendo restabelecidas as antigas ligações e visando «alargar a área na direcção do rio»

que «deram resultados bastante surpreendentes». Material anterior à

Romanização e testemunhos da ocupação romana são elementos que conferem informações sobre a evolução local.

«O arquitecto Tasso de Sousa tem acompanhado todos os estudos levados a cabo no edifício e detém uma série de soluções que visam sublinhar detalhes da organização espacial primitiva do edifício» – frisa Manuel Real.

Recuperar alinhamentos antigos, pisos que entretanto desapareceram e ligações entre as diversas partes do imóvel que foram sendo anuladas ao longo dos tempos e que ainda hoje deixam testemunhos – como uma porta medieval de ligação à Casa da Moeda ou a conexão com o edifício do CRUARB – são metas a atingir com a operação de recuperação.

Estas ligações, que então existiram, foram fechadas pelos «Monumentos Nacionais» que, ao procederem a remodelações na área, apagaram junções fulcrais existentes.

Musealização do imóvel

Neste momento, pode-se já ter certeza relativamente à estrutura original das casas, podendo observar-se certas marcas de pisos e portas então existentes. A parte exterior, o pavimento interior e o resto da forja da antiga Casa da Moeda podem já ser revelados.

Para o director do Arquivo Histórico, outro as-

pecto interessante do projecto «é a reserva de determinadas áreas para a musealização da história do imóvel, com possibilidade de visitas a ruínas arqueológicas».

Relativamente à estratégia a adoptar, Manuel Real sublinha a importância de «realçar a função nuclear do pátio central como elemento gerador do edifício». Nessa medida, toda a circulação de pessoas que se dirigem a

vários pontos do imóvel será canalizada a partir desse pólo.

«As actuais coberturas laterais vão retomar a sua antiga função como espaços fechados e através delas passa a efectuar-se a admissão do público. Enquanto que o utilizador turista ou visitante passa pelo lado norte, os frequentadores do arquivo

(Continua na pág. seguinte)



«Reagrupar a antiga propriedade régia» é um dos objectivos do projecto. Além da aquisição do armazém da alfândega contíguo, um outro imóvel, do século XIX (que efectua uma ligação com a Casa do Infante), situado na Rua do Infante, foi também adquirido neste sentido

UMA CASA DE PESO

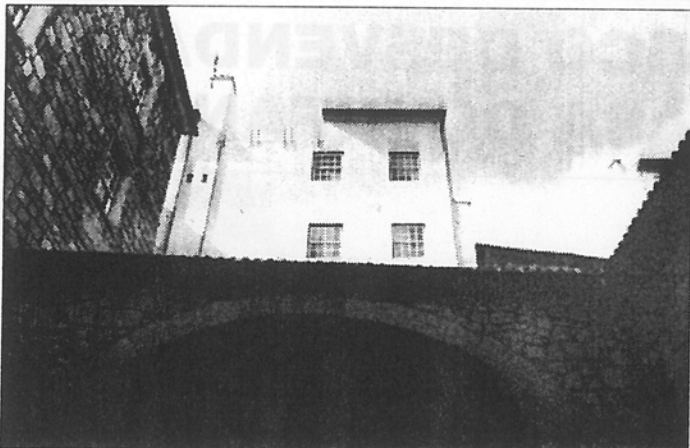
A Casa do Infante foi mandada construir por Afonso IV, para garantir a soberania da Coroa sobre os direitos cobrados com a acostagem de navios, tendo em conta que a zona da Ribeira era pólo de comércio fluvial.

Apesar do Bispo e do Cabido protestarem, o monarca, perseverante, mandou construir a Alfândega e adquire no local várias casas.

Foi nesta altura que, segundo reza a história, nasceu o Infante de Sagres, em 1394. Apesar de não haver certezas, tudo leva a crer que o Infante terá ali nascido. E na Casa do Infante existe o documento mais antigo que se conhece sobre o Infante D. Henrique – um pergaminho que comprova a origem portuguesa do Infante e refere as despesas feitas pelo município do Porto com o baptizado do príncipe.

No Arquivo Histórico encontram-se documentos ligados à actividade camarária desde as suas origens. Há originais dos finais do século XIII e um do século XI (um pergaminho que faz parte de uma capa manuscrita do século XVI) e, para além do espólio de manuscritos, existe ainda grande riqueza documental de imagens, desenhos, plantas cartográficas e projectos de obras, além de dezenas de milhar de fotografias.

Paralelamente, existe ainda um Centro de Documentação da História Local (Biblioteca de Assuntos Portugueses) e um conjunto de documentos iconográficos.



Previendo-se um investimento aproximado de 300 mil contos, a primeira fase das obras de reestruturação da Casa do Infante estará concluída em 1994, altura em que têm lugar as Comemorações ao Infante D. Henrique e onde serão revelados dados históricos e artefactos da época em que o Navegador nasceu

(Continuação da pág. anterior)

municipal passam pelo lado sul» — especificou o responsável.

As áreas técnicas e administrativas ficarão concentradas em dois pólos — na actual casa virada para a Rua do Infante e no novo edifício já adquirido. «Os espaços com função de armazém vão, de facto, tornar-se armazéns, dentro do espírito do retorno às origens, tendo em conta a entrada de luz natural e climatização».

Imóvel contíguo com auditório e salas de leitura

Em relação ao imóvel onde actualmente funciona o CRUAR, comprado em 1973 pelo Arquivo Histórico, terá papel preponderante como estrutura destinada ao público, com duas salas de leitura, um espaço para exposições temporárias e um auditório.

A zona posterior do imóvel será destinada ao depósito de manuscritos, aproveitando-se o espaço dos antigos armazéns.

Presentemente, a falta de espaço é preocupante e a ampliação há muito que se impunha. O trabalho técnico de restauro de documentos gráficos está

a ser feito num laboratório, agora em fase de crescimento.

Aliás, a informatização é uma das apostas do Arquivo que, segundo um protocolo existente entre a Câmara Municipal do Porto e o INESC (Instituto Nacional de Sistemas de Computadores), está a proceder à organização de várias bases de dados sobre licenças de obras de particulares.

Definir uma estratégia para o disco óptico

«É uma quantidade enorme de processos. Neste momento, foi efectuada já uma parcela reduzida e foram tratados 12 mil processos...».

Tendo em conta que uma série equivale a mais de 700 metros de prateleiras pode imaginar-se o trabalho exaustivo que os técnicos têm ainda pela frente.

O «interface» da base de dados em disco óptico é outra valência que permite seleccionar os processos sem recorrer aos originais, evitando a sua deterioração. Essa técnica está a ser aplicada à série «Licenças de Obras», colecção de «Iconografia», «Pergaminhos», «Editais» e «Vereações».

Mas, como refere Manuel Real, «há que definir ainda uma estratégia, pois além de ser um trabalho muito caro, para tratar uma primeira série necessitamos de seis pessoas a trabalhar na matéria seis ou oito anos».

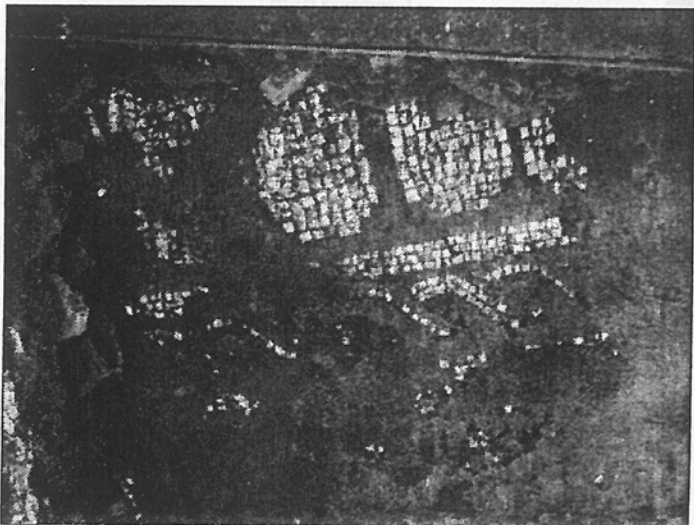
Mosaico romano descoberto no pátio

Relativamente às escavações arqueológicas que estão a ser desenvolvidas no pátio da Casa do Infante, fulcrais para proceder à realização do projecto de remodelação, têm sido obtidas informações surpreendentes, segundo os arqueólogos e Manuel Real.

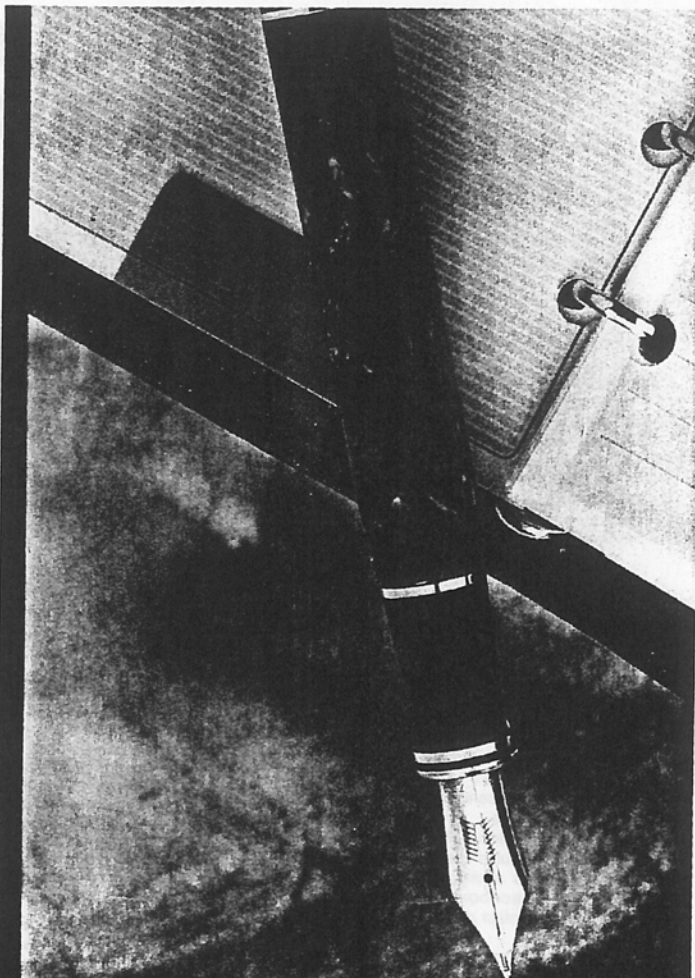
A última concerne à descoberta de um mosaico romano e ainda de cerâmicas que revelam informações sobre a evolução da Alfândega desde o século XIV até ao século XIX.

Os pedaços de cerâmica encontrados, que fazem parte do espólio a ser reunido para uma exposição destinada às escolas, são os primeiros exemplares do género que apareceram, até hoje, em Portugal.

Fátima Dias Iken (texto)
José Albino (fotos)



O mosaico romano descoberto há pouco tempo no pátio da Casa do Infante



Ouvem a Rádio Renascença!

Segundo os dados da Markttest (Barême Fevereiro/Março 1992), há 242 000 quadros médios e superiores que ouvem a Rádio Renascença, ou seja, **49%** dos quadros que ouvem rádio.

É a maior percentagem de audiência das rádios portuguesas, seguida da RDP, com 163 000, isto é, 33%, e das diversas rádios locais e regionais, num total de 316 (Rádio Press, Correio da Manhã Rádio, I.S.F., Rádio Cidade, etc.), com 229 000 no conjunto, correspondente a 46,5%.

RR
Rádio Renascença
RFM.

A Rádio dos Portugueses.

Câmara quer comprar prédio do «Interposto dos Açúcares»

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL PODERÁ VER INSTALAÇÕES AUMENTADAS

O Arquivo Histórico Municipal poderá, a curto prazo, ver as suas instalações aumentadas. Isto se for aprovada a proposta da Câmara Municipal no sentido da aquisição do prédio onde funcionou o Interposto dos Açúcares Coloniais do Norte, cujo armazém é contíguo à Casa do Infante.

ANA VITÓRIA

Texto

MALACÓ

Fotos

O imóvel permitirá ao Arquivo Histórico aumentar a sua capacidade de armazenamento e, simultaneamente, repensar a sua remodelação em termos estruturais e de funcionamento.

A proposta da compra do imóvel em questão, avaliado em 65 mil contos, foi aprovada pelo Executivo faltando agora a anuência da Assembleia Municipal.

O referido armazém, que «se encontra implantado numa área de grande significado histórico», chegou já a ter serventia

comum com a Casa do Infante, pois existem portas entapadas que davam para a actual viela que contorna as traseiras do edifício».

O dr. Manuel Real, director do Arquivo Histórico, sublinhou a necessidade do aumento de instalações dos serviços. «O arquivo municipal tem uma dimensão bastante grande. É necessário remodelá-lo de modo a permitir dotá-lo com uma maior capacidade de depósito, mas também para melhorar as condições de trabalho e de serviço».

O nosso interlocutor recordou que, apesar de o Arquivo Histórico ser muito rico, «um estudo levado a efeito há cerca de 10 anos permitiu chegar à conclusão que na Casa do Infante se encontrava apenas cerca de 2,5 por cento do conjunto da documentação municipal. Na altura

esta foi avaliada em cerca de sete quilómetros de prateleiras com documentos».

• Salvar o património

Para salvar, o mais rapidamente possível, todo o património histórico ainda existente fora do arquivo definitivo, e tendo em vista resolver tecnicamente os problemas com que se debate o sistema de arquivos do Município, foi decidido, em 1983, alargar o âmbito da Divisão, integrando nela o chamado Arquivo Geral. Isto significa um esforço muito grande da nossa parte».

Por tudo isto, aquele responsável sublinhou que «a melhoria de condições deve ser também entendida de uma forma global, que implica o aumento do espaço de armazenagem, dos lugares de leitura, a criação de novas modalidades de modo a que, progressivamente e no futuro, o Arquivo Histórico veja cada vez mais aumentada a sua área pública. Esse é o objectivo principal que não deve ser descurado,

o da abertura à cidade e ao público deste espaço nobre».

Para o dr. Manuel Real, «o desenvolvimento de uma política arquivística coerente implica a criação de novos espaços e a dotação dos meios necessários ao funcionamento dos serviços, nas suas mais variadas vertentes. Tudo gira em torno de uma plataforma global».

• Política de extensão cultural

Paralelamente, para que toda esta visão global tenha sentido é necessário dar continuidade e desenvolvimento a algumas actividades já em curso «no âmbito da pré-arquivagem, no domínio da selecção e eliminação de documentos de somenos importância ou de informação duplicada e ainda no âmbito da microfilmagem e do tratamento informático. É fundamental criar condições novas para o desenvolvimento de uma política de extensão cultural consentânea com o

Arquivo Histórico».

Esta nova vocação implica a criação de uma área para o serviço educativo, e de espaços reservados à realização de conferências e de exposições.

E, pois, para realizar todos estes projectos de intenções que a Câmara Municipal do Porto acordou na compra de um prédio localizado no quarteirão onde se insere a Casa do Infante e onde funcionou o Interposto dos Açúcares Coloniais do Norte, Lda., com frente para a Rua do Infante D. Henrique.

Curiosamente, o imóvel está inserido na zona que foi o limite oriental da área de propriedade régia, junto à qual se encontrava a Casa da Moeda e a Alfândega.

O processo de aquisição, que será agora apreciado na Assembleia Municipal, contempla ainda a possibilidade de a mesma vir a ser substituída no âmbito de candidaturas ao PRORAMP, que está a ser elaborado pelo Arquivo Histórico, a respeito da remodelação e ampliação das suas instalações.

99-07-10√ [Pg 50]

Edifício romano descoberto sob a Casa do Infante

Uma construção romana, semelhante àquelas cujas ruínas se podem apreciar em Conímbriga, existiu no mesmo local onde hoje fica a Casa do Infante, no Porto. Desse edifício com mais de 3000 anos de idade existem apenas vestígios, revelados pelos trabalhos de escavações arqueológicas em curso naquele local, no âmbito da empreitada da remodelação e ampliação da Casa do Infante e do Arquivo Histórico da cidade. O mais importante desses achados é o primeiro mosaico romano descoberto na cidade do Porto, e a sua revelação permitiu já, como ontem explicou o director do Arquivo Histórico do Porto, Manuel Real, “corrigir” um erro histórico: a chamada “Rua Nova”, que se julgava ser uma invenção do rei D. João I, afinal segue o traçado de um antigo caminho romano.

Era praticamente certo que os trabalhos de investigação arqueológica a realizar no edifício da Casa do Infante permitiriam fazer uma série de descobertas importantes acerca da história da cidade do Porto. Mas o que tem sido descoberto pela equipa de arqueólogos contratada pela câmara é quase surpreendente. Além de várias provas da presença romana na cidade — “os mosaicos no Norte eram tantos como no Sul, só que o granito deu cabo deles”, explicou Manuel Real —, foram encontrados, sob várias camadas até ao máximo de cinco metros de profundidade, milhares de fragmentos que permitirão desenvolver estudos tão díspares como, por exemplo, a produção metalúrgica medieval, os materiais e processos construtivos ou os hábitos alimentares da população do Porto há seis séculos. Numa área de 1500 metros quadrados de escavação, foram resgatados cerca de 500 mil fragmentos de cerâmica, 250 mil fragmentos metálicos e escória e 1200 moedas e chapas cunhadas (correspondentes a toda a actividade de amoeadação que se desenvolveu na Idade Média), cerca de 35 mil fragmentos de vidro e ainda mais de duas mil unidades estratigráficas. De acordo com Manuel Real, “as escavações permitiram a leitura de todo o espaço e cronologias absolutas muito densas”. Os trabalhos dividem-se em três estudos: arquitectónicos, arqueológicos e documentais.

Sobre o edifício onde nasceu, a 4 de Março de 1394, o Infante D. Henrique, sabe-se praticamente tudo. A sua construção remonta a 1325, por ordem do rei D. Afonso IV, e aí foi instalada a antiga Alfândega medieval, cuja parte da estrutura permanece ainda intacta. Além de alfândega, o edifício foi utilizado para habitação do almoxarife, Casa da Moeda e Contadoria da Fazenda. E fez estender a sua “zona de influência”, promovendo a instalação de outras construções e a abertura de ruas e do próprio cais de embarque.

Só em 2001 é que o público terá acesso ao passado da Casa do Infante. Ontem, durante uma visita às obras, Fernando Gomes admitiu um ligeiro atraso na empreitada — cerca de seis meses, por causa de um contencioso aquando do lançamento do concurso público —, mantendo, porém, a expectativa de que os trabalhos estejam concluídos em Março de 2001. O arquitecto Tasso de Sousa explicou a essência do projecto, que está a ser orientado no sentido de tornar compreensíveis os 3000 anos de ocupação daquele espaço. “Fez-se um esforço por mostrar o conjunto monumental e, simultaneamente, dotar das melhores condições o Arquivo Histórico do Porto”. Assim, a Casa do Infante terá uma dupla função e dupla utilidade pública, tanto como “museu vivo” mas também como armazém de uma importante colecção documental.

O projecto do circuito museológico vai apresentar várias leituras diacrónicas do edifício. Uma série de patamares são cruzados numa recriação das várias ocupações: predominantemente vertical na Idade Média, mais horizontal a partir do século XVII. O Arquivo Histórico, instalado do lado sul, vai ter uma estrutura de vidro para permitir a observação do interior do quarteirão.

As obras na Casa do Infante terão um custo final de 1,5 milhões de contos, dos quais 600 mil contos são provenientes do Fundo de Turismo. Além da remodelação do edifício, a câmara vai ainda instalar um posto de turismo numa parcela situada no ângulo com frente para a Praça do Infante D. Henrique, parcela adquirida para o efeito por cerca de 160 mil contos. Este núcleo, para Fernando Gomes, será uma “marca internacional muito forte” e vai desempenhar um papel central no decurso da Capital Europeia da Cultura.

Rita Siza

00-07-27√ [Pg 49]

Museu e arquivo da cidade do Porto reunidos no mesmo edifício

§Dois em um na Casa do Infante

Ana Cristina Pereira

As obras em curso na Casa do Infante devem ficar prontas em meados do próximo ano, dez anos depois depois do projecto ter sido lançado. Nessa altura, o Porto ficará com um museu e arquivo reunidos no mesmo edifício. Razão

99-07-10√ [Pg 50]

Edifício romano descoberto sob a Casa do Infante

Uma construção romana, semelhante àquelas cujas ruínas se podem apreciar em Conímbriga, existiu no mesmo local onde hoje fica a Casa do Infante, no Porto. Desse edifício com mais de 3000 anos de idade existem apenas vestígios, revelados pelos trabalhos de escavações arqueológicas em curso naquele local, no âmbito da empreitada da remodelação e ampliação da Casa do Infante e do Arquivo Histórico da cidade. O mais importante desses achados é o primeiro mosaico romano descoberto na cidade do Porto, e a sua revelação permitiu já, como ontem explicou o director do Arquivo Histórico do Porto, Manuel Real, “corrigir” um erro histórico: a chamada “Rua Nova”, que se julgava ser uma invenção do rei D. João I, afinal segue o traçado de um antigo caminho romano.

Era praticamente certo que os trabalhos de investigação arqueológica a realizar no edifício da Casa do Infante permitiriam fazer uma série de descobertas importantes acerca da história da cidade do Porto. Mas o que tem sido descoberto pela equipa de arqueólogos contratada pela câmara é quase surpreendente. Além de várias provas da presença romana na cidade — “os mosaicos no Norte eram tantos como no Sul, só que o granito deu cabo deles”, explicou Manuel Real —, foram encontrados, sob várias camadas até ao máximo de cinco metros de profundidade, milhares de fragmentos que permitirão desenvolver estudos tão díspares como, por exemplo, a produção metalúrgica medieval, os materiais e processos construtivos ou os hábitos alimentares da população do Porto há seis séculos. Numa área de 1500 metros quadrados de escavação, foram resgatados cerca de 500 mil fragmentos de cerâmica, 250 mil fragmentos metálicos e escória e 1200 moedas e chapas cunhadas (correspondentes a toda a actividade de amoeadação que se desenvolveu na Idade Média), cerca de 35 mil fragmentos de vidro e ainda mais de duas mil unidades estratigráficas. De acordo com Manuel Real, “as escavações permitiram a leitura de todo o espaço e cronologias absolutas muito densas”. Os trabalhos dividem-se em três estudos: arquitectónicos, arqueológicos e documentais.

Sobre o edifício onde nasceu, a 4 de Março de 1394, o Infante D. Henrique, sabe-se praticamente tudo. A sua construção remonta a 1325, por ordem do rei D. Afonso IV, e aí foi instalada a antiga Alfândega medieval, cuja parte da estrutura permanece ainda intacta. Além de alfândega, o edifício foi utilizado para habitação do almoxarife, Casa da Moeda e Contadoria da Fazenda. E fez estender a sua “zona de influência”, promovendo a instalação de outras construções e a abertura de ruas e do próprio cais de embarque.

Só em 2001 é que o público terá acesso ao passado da Casa do Infante. Ontem, durante uma visita às obras, Fernando Gomes admitiu um ligeiro atraso na empreitada — cerca de seis meses, por causa de um contencioso aquando do lançamento do concurso público —, mantendo, porém, a expectativa de que os trabalhos estejam concluídos em Março de 2001. O arquitecto Tasso de Sousa explicou a essência do projecto, que está a ser orientado no sentido de tornar compreensíveis os 3000 anos de ocupação daquele espaço. “Fez-se um esforço por mostrar o conjunto monumental e, simultaneamente, dotar das melhores condições o Arquivo Histórico do Porto”. Assim, a Casa do Infante terá uma dupla função e dupla utilidade pública, tanto como “museu vivo” mas também como armazém de uma importante colecção documental.

O projecto do circuito museológico vai apresentar várias leituras diacrónicas do edifício. Uma série de patamares são cruzados numa recriação das várias ocupações: predominantemente vertical na Idade Média, mais horizontal a partir do século XVII. O Arquivo Histórico, instalado do lado sul, vai ter uma estrutura de vidro para permitir a observação do interior do quarteirão.

As obras na Casa do Infante terão um custo final de 1,5 milhões de contos, dos quais 600 mil contos são provenientes do Fundo de Turismo. Além da remodelação do edifício, a câmara vai ainda instalar um posto de turismo numa parcela situada no ângulo com frente para a Praça do Infante D. Henrique, parcela adquirida para o efeito por cerca de 160 mil contos. Este núcleo, para Fernando Gomes, será uma “marca internacional muito forte” e vai desempenhar um papel central no decurso da Capital Europeia da Cultura.

Rita Siza

00-07-27√ [Pg 49]

Museu e arquivo da cidade do Porto reunidos no mesmo edifício

§Dois em um na Casa do Infante

Ana Cristina Pereira

As obras em curso na Casa do Infante devem ficar prontas em meados do próximo ano, dez anos depois depois do projecto ter sido lançado. Nessa altura, o Porto ficará com um museu e arquivo reunidos no mesmo edifício. Razão

pela qual o presidente da Câmara, Nuno Cardoso, que ontem visitou os trabalhos, referiu que se trata de um caso de "dois em um".

A Casa do Infante – Arquivo Histórico do Porto encheu-se ontem de pequenos capacetes de várias cores. É que o presidente da autarquia, Nuno Cardoso, quis ver o andamento dos trabalhos e arrastou atrás de si uma comitiva com engenheiros, arqueólogos, arquitectos e outros técnicos. Cardoso rotulou o projecto de ampliação e remodelação dos edifícios centenários de "dois em um". Isto porque uma parte assumirá as funções de guardião dos documentos históricos da cidade e a outra de museu — dedicado especialmente a evocar a História Antiga e Medieval do Porto . O projecto já se arrasta desde 1991, mas as obras só deverão ficar concluídas em meados de 2001. Tudo porque os trabalhos arqueológicos que se têm desenvolvido naquele conjunto de edifícios régios — classificado de património nacional em 1924 — proporcionaram descobertas contínuas de diferentes épocas.

A ideia inicial era apenas ampliar o arquivo histórico. Com os novos achados arqueológicos, optou-se, já em 1995, por rever o projecto de execução e valorizar o espaço a nível patrimonial e turístico. Assim, a Casa do Infante — que já tem um posto de turismo a funcionar desde Setembro do ano passado — terá dois circuitos autónomos, com a mesma entrada. Em comum há apenas o "hall" — que praticamente conserva a sua forma original — e que é amplo e convidativo.

A sul da entrada fica futura área museológica, que fará parte do Museu da Cidade. A missão daquela zona não é só a de oferecer aos visitantes uma interpretação dos achados arqueológicos (dos cachimbos, das moedas, das peças de cerâmica), mas também de lhes proporcionar o conhecimento do significado histórico do lugar. Estão previstas áreas de descanso, de cafetaria, uma zona multimédia e um pequeno auditório ao ar livre. Para norte está o arquivo — na qual se destacam as amplas salas de leitura, sectores previstos para fotografia, cartografia, salas para exposições, conferências, acções de formação, restauro e encadernação de documentos. A título de exemplo, note-se que o espólio de fotografia ultrapassa os seis mil negativos.

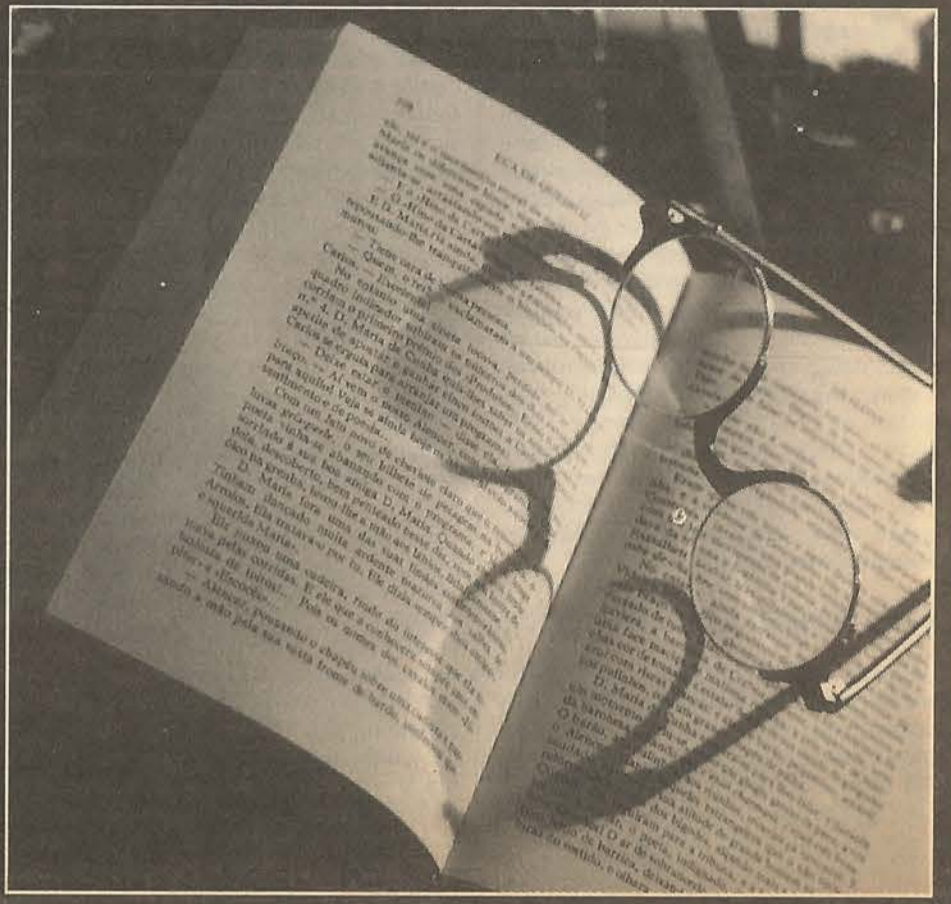
Na opinião de Cardoso, a obra em curso é "particularmente interessante, na medida em que permite que se possa ver a própria evolução da cidade do Porto". Cardoso não avança uma data precisa para o final da obra, orçada em mais de um milhão de contos. "Este é um caso em que o arquitecto, Nuno Tasso de Sousa (Faculdade de Letras do Porto), tem vindo a fazer o projecto na própria obra, porque todos os dias há novos achados", salientou.

Contudo, garante que lá para o final do ano a zona de arquivo estará pronta e que em meados de 2001 o museu abrirá as portas ao público. No entender do presidente da Câmara do Porto, este é "um projecto muito importante para 2001", na medida em que permitirá uma certa afirmação à Capital Europeia da Cultura. Além de que irá valorizar o centro histórico da cidade.

REDE NACIONAL DE LEITURA PÚBLICA

A Revolução das Bibliotecas

As tradicionais bibliotecas, pasto de traças e leitores extravagantes, passaram à História. Hoje, um pouco por todo o País, elas estão a ceder lugar às belas, modernas e muito aprazíveis unidades do programa da Rede Nacional de Leitura Pública, criado pela Secretaria de Estado da Cultura. Sete anos depois de iniciado o projecto, o balanço não podia ser mais positivo: cada uma destas bibliotecas regista uma média de 150 visitantes diários, no mínimo. Perante tal sucesso, o «JL» visitou alguns desses estabelecimentos, traçou as linhas gerais que distinguem o projecto de tudo o que antecedeu e entrevistou o subsecretário de Estado da Cultura, Manuel Frexes.



Manobras de sedução

MARIA JOÃO MARTINS

Na Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim, uma criança cigana entretém a tarde mais quente do ano com livros de banda desenhada. Veste uns calções largos, calça umas chinelas, provavelmente as mesmas que usará quando, mais tarde, for à praia, situada a poucos metros de distância. Na Biblioteca do Seixal, com vista para a baía, uma menina a perder os dentes de leite disfarça-se de fada e parte para os reinos da sua imaginação. Os estudantes atrevem-se entre as estantes, procuram a música que lhes arrebatou o coração e dão a mão aos namorados, que os acompanham nessas aventuras tão diferentes da 24 de Julho e dos Bon Jovi. Não há laços mais fortes para os corações do que os das descobertas feitas a dois. Em ambos os casos (exemplos possíveis do que começa a acontecer um pouco por todo o País) parecemos estar em pleno território descrito por Umberto Eco. Na sua famosa conferência, «A Biblioteca», o pensador italiano preconizava este cenário extremamente agradável, não muito diferente do que podemos observar: «(...) se a biblioteca é, como pretende Borges, um modelo do Universo, tentemos transformá-la num biblioteca à medida do homem, quer dizer também alegre, com a possibilidade de se tomar um café, com a possibilidade de dois estudantes numa tarde se sentarem num maple e, não digo de se entregarem a um amplexo indecente, mas de consumarem parte do *flirt* na biblioteca, enquanto retiram ou voltam a pôr nas estantes alguns livros de

interesse científico, isto é, uma biblioteca onde nos apeteça ir, e que se vá transformando gradualmente numa grande máquina de tempos livres, como é o Museum of Modern Art, onde se vai ao cinema, se passeia no jardim, se vêem as esculturas e se toma uma refeição completa.»

UM CASO DE SUCESSO

As bibliotecas do Seixal e Póvoa de Varzim fazem parte do projecto a que a Secretaria de Estado da Cultura (SEC) chamou Rede Nacional de Leitura Pública. Iniciada nos anos de 1987/88, quando Teresa Gouveia estava à frente daquele organismo, esta rede conta já com unidades espalhadas pelas seguintes localidades: Abrantes, Alijó, Almeirim, Ansião, Arouca, Arruda dos Vinhos, Aveiro, Barreiro, Beja, Campo Maior, Cantanhede, Castro Verde, Chamusca, Constância, Crato, Esposende, Grândola, Guimarães, Lagos, Lousã, Matosinhos, Mértola, Mirandela, Montemor-o-Novo, Montijo, Moura, Nisa, Oliveira de Frades, Palmela, Pedrógão Grande, Penafiel, Ponte de Lima, Portimão, Porto de Mós, Póvoa de Varzim, Proença-a-Nova, Seia, Seixal, Setúbal, Sousel, Viana do Castelo, Vila Flor, Vila Franca de Xira, Vila Nova de Famalicão e Vimioso. Até ao ano 2000 — promete o subsecretário de Estado da Cultura, Manuel Frexes (ver entrevista) —, o território nacional estará completamente coberto por este ambicioso programa. As inaugurações mais próximas terão lugar em Alcácer do Sal, Gouveia e Barcelos.

Para já, as bibliotecas incluídas na rede são casos evidentes de sucesso. Os números ainda não existem (segundo Teresa Calçada, vice-presidente do Instituto do Livro e da Biblioteca Nacional, há um grupo a estudar a *performance* destes estabelecimentos, prevendo-se para o fim de 95 a divulgação dos primeiros dados), mas a observação empírica e atenta permite extrair ilações felizes. A Biblioteca de Beja — sem dúvida o caso mais extraordinário (v. reportagem de Susana Neves) — assinala qualquer coisa como uma média diária de 600 leitores. No coração de uma região tão esquecida pelos poderes como negligenciada pelos agentes culturais, uma biblioteca novinha em folha desperta em jovens e menos jovens a ansiosa vontade de folhear páginas e descobrir sons. Beja não está sozinha no seu sucesso. Nenhuma destas bibliotecas — frisa ainda Manuel Frexes — tem menos de 150 leitores diários. O balanço não podia ser mais positivo. A esse propósito, Teresa Calçada afirma ao «JL»: «Em algumas localidades, as bibliotecas já se impuseram como locais de referência. Consequentemente, desdramatiza-se a relação com o livro, que, assim, chega muito mais facilmente à população.» Um sinal exterior desse sucesso é o próprio interesse das autarquias locais pelo projecto: todos querem uma biblioteca daquelas, tão bonita, tão dinâmica, tão bem apetrechada. No último processo de candidaturas (o quinto), concorreram oitenta e sete câmaras, das quais dezassete serão seleccionadas. O Instituto do Livro não tem dúvidas quanto à interpretação deste dado: as autarquias estão completamente conquistadas para a causa.

Maria José Moura, vice-presidente do Instituto do Livro (tal como Teresa Calçada), considera que esta Rede Nacional de Leitura Pública assenta em três grandes princípios. «Ao negociarmos com as câmaras — afirma — não prescindimos do livre acesso dos leitores às estantes, do empréstimo domiciliário e da existência de pessoal especializado. Com a aceitação destes princípios, discutimos o resto.» A liberdade é, com efeito, uma das características fundamentais destas bibliotecas, tão diferentes dos tristes e policiais lugares a que nos habituáramos. A quase ausência de compartimentação dos interiores (variável conforme o projecto arquitectónico) e uma força de segurança reduzida ao mínimo proporcionam ao leitor uma liberdade que torna o acto da leitura duplamente aliciante. No princípio, as autarquias temiam pelo futuro dos seus fundos bibliográficos, tão expostos aos apetites do grande público, mas o Instituto do Livro esforçou-se por passar a mensagem: os males da liberdade são sempre menores que os da repressão. Neste esforço foi auxiliado por alguns bibliotecários «conhecedores da realidade sociológica e psicológica com que estão a lidar», salienta Maria José Moura. Nesta situação estão, por exemplo, Manuel Lopes e Manuel Brandão, da Biblioteca da Póvoa de Varzim. O primeiro, responsável já pela antiga Biblioteca Municipal que precedeu a da rede, faz questão de declarar que «nunca teve os livros presos ou escondidos. Há que correr riscos». A esta liberdade acrescenta-se uma nova concepção arquitectónica, que privilegia a luminosidade e o conforto do utente. Começam a ▶

► estar distantes os tempos em que Manuel Lopes exortava os possíveis leitores a preferirem a praia, tal era a escuridão e a tristeza do antigo edifício da biblioteca. A conquista de novos públicos para o livro passa, segundo a SEC, por manobras de sedução, concretizadas nestes espaços tão aprazíveis e elegantes como os antigos fóruns romanos. Maria José Moura afirma a tal respeito: «Uma das dificuldades psicológicas para a entrada numa biblioteca é o impedimento de acessos. Trata-se de um factor intimidatório, uma vez que este não é um equipamento a que as pessoas estejam habituadas. Assim, optámos por uma arquitectura que privilegie a permeabilidade ao olhar. Esta opção torna-se mais difícil quando se recuperam edifícios antigos. Neste caso, as portas desaparecem ou dão lugar a portas de vidro. O átrio deve ser, por sua vez, um espaço aberto, em que ninguém aborde os utentes antes deles se ambientarem. As pessoas devem ser estimuladas a entrar.» E conclui: «No fundo, é o mesmo princípio dos supermercados. Ali compramos dez vezes mais porque estamos em liberdade e a disposição dos produtos é sugestiva. Temos de apreender com o marketing do sector privado.»

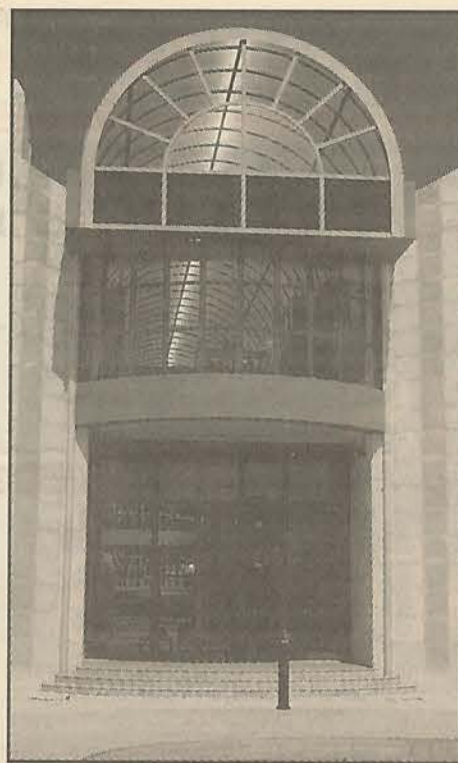
NOVAS TECNOLOGIAS NA BIBLIOTECA

O ideal de Maria José Moura seria trabalhar com bibliotecas que caminhassem à frente da sociedade, preparando os indivíduos para os desafios do futuro. Mas como considera essa uma meta utópica, contenta-se com unidades que «não fiquem atrás dos tempos». «Quando as pessoas já estão noutra, as bibliotecas não po-

dem continuar a ser um fóssil. Queremos que elas sejam um complemento, um corredor da vida de cada um», acrescenta.

As bibliotecas da Rede de Leitura Pública aparecem, pois, invariavelmente dotadas com uma secção de audiovisuais (CD, com os mais diversos géneros de música e vídeos de ficção ou documentários), susceptíveis de serem levados para casa de cada utente, tal como, de resto, acontece com os fundos bibliográficos. O objectivo imediato passa pelo aliciamento das gerações mais jovens, naturalmente vocacionadas para a utilização destes materiais. O objectivo de fundo, mais complexo e ambicioso, passa por aquilo que Maria José Moura diz ser a «necessária conversão tecnológica do nosso país». O aspecto lúdico é, de resto, uma componente bem vincada destas bibliotecas. Na tarde em que a jornalista visita a Biblioteca da Póvoa de Varzim, um considerável grupo, no qual se incluíam muitas crianças em idade escolar, assistia à exibição de um filme no auditório com que o edifício está equipado. Programam-se ciclos voltados para as preocupações dos locais e, quando a afluência de público o justifica, exibem-se dois filmes por dia.

Mas, se na opinião dos responsáveis pelo programa, o seu objectivo último passa por uma revolução de mentalidades e de gostos a médio prazo, a conquista dos públicos mais jovens torna-se tarefa essencial. É isso acontece nas Bibliotecas desta rede. No Seixal, por exemplo, encontramos uma ludoteca que é a consumação dos sonhos das crianças de todos os tempos. Casas de bonecas, fatos de fadas e piratas, carros de dimensões e funções variáveis, muito material de pintura, desenho e trabalhos manuais aglo-



ENTRADA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DO SEIXAL

meram-se ao alcance da mão de leitores com idades compreendidas entre os quatro e os doze anos. Quase ao lado, está a biblioteca infanto-juvenil, devidamente equipada com a bibliografia que interessa a esta faixa etária e com um espaço mágico e quase secreto onde decorre habitualmente a «hora do conto». Alguém lê uma história, num recanto dliberadamente escondido e decorado de acordo com o ambiente em que decorre a acção. A necessidade de informação cada vez mais sentida pelo cidadão é outra tarefa que estas bibliotecas não enjeitam. Em todas elas encontramos uma secção actualíssima de publicações periódicas que vem responder a essa função, na sequência do que há muitos anos acontece nas bibliotecas anglo-saxónicas. Maria José Moura afirma a esse respeito: «Estamos perfeitamente conscientes de que o cidadão informado é muito mais livre. Há, por isso, que pôr à leitura documentos relativos à defesa do consumidor, aos direitos da criança, da mulher, entre outros. Todos os grupos sociais devem ter acesso a essa informação. No entanto, até agora, as bibliotecas não tinham essa vertente.» Da harmonização destes «ingredientes» nascem cidadãos que apreendem a estar e a gostar de estar em bibliotecas. «É a grande novidade deste projecto — afirma Maria José Moura —; as bibliotecas da Gulbenkian foram muito importantes, mas, pelos poucos meios que reuniam, não criavam nos utentes o hábito de estar em estruturas deste tipo.»

LIGAÇÃO À COMUNIDADE

Manuel Lopes, da Biblioteca da Póvoa de Varzim, tem um sonho peculiar: «Espero que esta biblioteca venha a ser tão útil na cidade como o carneiro ou o talho.» Mas sabe, por experiência feita, que essa relação exige da figura do bibliotecário um considerável esforço de inteligência e bom senso. No seu caso, recorda a importância da relação que estabeleceu com a comunidade cigana, vizinha do novo edifício da biblioteca. «Ou os hostilizava ou os integrava», recorda. A opção pela segunda hipótese passou, por exemplo, pela celebração de uma festa cigana. Desde então, os poveiros dessa etnia passaram a olhar o equipamento da biblioteca como coisa sua e a proteger. O prazer evidente com que a tal criança cigana se passeava nos corredores daquele equipamento em dia soalheiro não deixa, aliás, de o confirmar. O Instituto do Livro congratula-se com integrações tão bem sucedidas como esta e estimula a

autonomia dos bibliotecários, no que toca à realização de actividades relacionadas com a vida e as tradições das comunidades. Assim, não admira que cada uma destas unidades conte com um fundo local, que pode ser uma hemeroteca reunindo periódicos da região (como acontece na Póvoa de Varzim) ou um arquivo (como acontece no Seixal, onde os investigadores podem encontrar documentação da administração camarária desde 1835 até à década de 50 deste século). Para acentuar a importância desta ligação com a comunidade local, o Instituto do Livro trata, aliás, de exigir às câmaras que a biblioteca se localize no centro das povoações. Como o hospital, o Palácio da Justiça, os Paços do Concelho ou as lojas tradicionais.

INSTITUTO DO LIVRO/AUTARQUIAS: QUE RELAÇÕES?

Estamos a falar de um «país das maravilhas», sabendo-se à partida que estas bibliotecas-modelo estão a instalar-se nas sedes dos concelhos da Nação com menores índices de leitura da União Europeia? Não há problemas de espinhosa resolução a ensombrar esta realidade?

As críticas que ouvimos são poucas. O Instituto do Livro, a SEC e as autarquias locais, independentemente da sua composição partidária, tratam-se, por uma vez, como cavalheiros, unidos em torno da mesma causa. Visivelmente agradada com esta situação, Maria José Moura diz-nos: «Estamos em estado de graça. Nunca ouvimos uma crítica à estrutura de apoios concedidos ou à forma como as pessoas são tratadas. Temos o máximo cuidado com isso.»

Este equilíbrio está, no entanto, bem longe de se alcançar facilmente e sem esforço. Teresa Calçada acusa alguns autarcas de resistirem à necessária actualização das bibliotecas. «Os autarcas nem sempre compreendem essa necessidade — afirma —, mas as coisas vão-se desenvolvendo com algum esforço de mudança de mentalidades. A verdade é que não estamos habituados a comprar por junto 30 a 40 mil contos de livros. Mas nisso temos de ser muito exigentes, sob pena de não conseguirmos otimizar o investimento.»

Mas o Instituto do Livro também não se livra de críticas, nomeadamente por parte dos bibliotecários. Assunto: a necessidade não satisfeita de dar formação adequada a técnicos auxiliares. Manuel Lopes e Manuel Brandão, da Biblioteca da Póvoa de Varzim, são alguns dos autores dessas críticas. «Não basta ao Instituto do Livro semear bibliotecas», dizem. «Isso é muito importante — acrescentam —, mas não basta. É preciso acentuar a ligação às câmaras para a realização de mais e melhores acções de formação. Acontece que as bibliotecas são inauguradas e, depois, ficam entregues à sua sorte.» Curiosamente, Teresa Calçada e Maria José Moura compreendem e aceitam estas críticas. Esta última chama mesmo ao problema «o calcanhar de Aquiles» da Rede Nacional de Leitura Pública. Mas o Instituto do Livro não parece ser o único responsável pela não resolução deste problema. Maria José Moura afirma que as próprias edificações resistem ao envio de técnicos seus para acções de formação pagas pelo poder central. Por outro lado, os técnicos de Lisboa e do Porto formados nas respectivas universidades não se sentem muito disponíveis para deixarem os grandes centros urbanos e se instalarem na «província». Velhas inércias que nem mesmo o sucesso da Rede Nacional de Leitura Pública consegue vencer.

Com ou sem estes problemas, as bibliotecas continuam, todavia, a receber jovens que, entre estantes, descobrem por si próprios os livros de que os professores não falaram, velhos que não desistiram de se apaixonar e crianças que jogam às escondidas entre Alice Vieira e o Tin-tin. Como num planeta onde só houvesse o melhor da vida.

FUNDAÇÃO DOS DESCOBERTORES
CENTRO CULTURAL DE BELÉM

THE HARLEM GOSPEL SINGERS

com QUEEN ESTHER MARROW

"...For people who like gospel music there is here an awful lot of gospel music to love." NEW YORK POST

Centro Cultural de Belém

3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 14 de Julho 1995

Grande Auditório • 22h00

INFORMAÇÕES PELO TEL. 362 41 90 11/2

MANUEL FREXES

Estamos a fazer uma revolução tranquila

MARIA JOÃO MARTINS

As bibliotecas da rede de leitura pública são o orgulho da Secretaria de Estado da Cultura. Os quinze milhões de contos investidos (metade pela administração central, metade pelas autarquias) encontram compensação no evidente sucesso destas unidades: uma média de 150 visitantes diários para cada uma delas, média que, em casos espantosos como o de Beja, atinge as seis centenas.

Efectivamente, comparar estas unidades amplas, luminosas, tão propícias ao prazer como à aprendizagem, com as bibliotecas sinistras, ocultas em lugares esconços, das nossas vivências, é uma missão impossível. Manuel Frexes, subsecretário de Estado da Cultura, diz ao «JL» que elas fazem parte de uma revolução tranquila, em que também se inclui o que ele chama uma nova política do livro.

«Jornal de Letras» — Que balanço faz a Secretaria de Estado da Cultura destes anos que já leva o programa da rede nacional de leitura pública?

M.F. — É, sem dúvida, um balanço positivo e notável. lançado em 1987/88, já foram inauguradas quarenta e cinco bibliotecas, a última das quais em Matosinhos.

Estão aprovadas 108 estruturas em todo o país, estando para breve a aprovação de mais dezasseis. Trata-se de uma revolução tranquila, a par de outras que a SEC tem levado a cabo em cooperação com as autarquias.

A relação com as câmaras tem sido fantástica. Normalmente, quando se inicia um programa destes, há sempre alguma desconfiança, mas no último concurso que foi aberto concorreram 86 câmaras. Posso dizer que estamos perante um modelo de cooperação entre a administração central e o poder local, procurando-se criar a acessibilidade de todos os portugueses aos bens culturais, nomeadamente ao livro e à leitura.

«JL» — No entanto, nestas bibliotecas, também podemos encontrar bens culturais que não são livros. Estou a falar de CD, vídeos e até de brinquedos. Porquê esta multiplicidade de suportes e objectos?

M.F. — Porque penso que em relação à leitura em Portugal já não é possível dissociar o prazer da leitura dos outros bens que lhe estão associados. Durante anos, o audiovisual foi considerado um inimigo da leitura. Penso que esta é uma visão completamente errada. Hoje, encara-se o audiovisual como o potenciador da leitura. Aquilo que tentámos fazer nas bibliotecas de leitura pública foi criar um sistema moderno e atractivo para as pessoas. Como verifica, são unidades modernas, com salas de leitura, áreas infanto-juvenis, onde são desenvolvidas actividades especialmente dedicadas às crianças. Há sempre uma área de audiovisuais, cafetarias modernas, espaços de lazer, jardins e muito conforto. Já não é mais possível pôr em prática

aquela ideia de que as bibliotecas são lugares fechados, herméticos, a cheirar a mofo.

Este esforço tem obtido dados espantosos. De todas as bibliotecas que já foram inauguradas, nenhuma tem, em média, menos de 150 visitantes diários. O valor mais alto é atingido na biblioteca de Beja que tem a média — verdadeiramente espantosa — de 150 visitantes por dia. Transformou-se num ponto de encontro, num local de convívio, num verdadeiro *ex libris* da cidade.

«JL» — De resto, penso que a localização central da biblioteca na malha urbana das localidades faz parte da filosofia do projecto...

M.F. — Sim, temos a preocupação de que a biblioteca fique o mais perto possível das populações. Não há nenhuma biblioteca nas periferias. Quando as localidades são muito grandes, optamos por colocá-las perto das unidades escolares. Outra componente essencial deste projecto é a construção dos edifícios que acolherão a biblioteca. No caso dos edifícios construídos de raiz, devem obedecer a determinados requisitos de luminosidade e conforto. No entanto, na medida do possível, temos tido a preocupação de associar à construção de uma biblioteca a conservação do património ou de um espaço patrimonial com uma dignidade própria.

«JL» — No fundo, estas bibliotecas são manobras de sedução, dirigidas para o grande público, tendo a leitura como objectivo.

M.F. — Exactamente. Quando eu andava no liceu, as bibliotecas escolares eram raras e as municipais funcionavam de forma muito deficiente. Hoje, pretende-se inverter essa situação e a verdade é que se vêem cada vez mais jovens a frequentar a biblioteca, suprimindo provavelmente a falta dos cafés de Lisboa, onde era possível estudar quando eu próprio era estudante. Temos, por conseguinte, novos pontos de encontro da juventude, onde eles, convivem e, ao mesmo tempo, lhes é despertado o prazer da leitura, porque, como sabe, este não é um prazer inato no ser humano. Acho que é uma forma de sedução, como diz, mas é uma forma de sedução positiva.

«JL» — Falou na existência de uma revolução tranquila. O que é que se está a revolucionar — os hábitos?

M.F. — Exactamente. Revolucionam-se os hábitos, os gostos, os patamares de acesso à cultura e todo o estilo de vida que existia nalgumas cidades. A única maneira de humanizar e vencer a indiferença existente em alguns lugares é reabilitar as estruturas culturais. As bibliotecas estão a servir essa função, mas o nosso programa é muito mais vasto, passa pela reabilitação dos cine-teatros e outras estruturas afins.

«JL» — Estão a surgir excelentes bibliotecas nos chamados dormitórios de Lisboa — Amadora, Seixal, Barreiro, Vila Franca de Xira. Isso tem modificado alguma coisa na vivência dessas localidades?

M.F. — Têm desencadeado um enraizamento que não existiria de outro modo. Claro que nas



MANUEL FREXES: «ESTAS BIBLIOTECAS VAO MUDAR HÁBITOS E GOSTOS»

grandes cidades não basta construir a biblioteca. Estamos, por isso, a construir os *bibliobus*, pólos da biblioteca-mãe, que já estão a ser utilizados em Matosinhos e Setúbal.

«JL» — Isso passa pela recuperação de uma tradição que a Gulbenkian teve?

M.F. — A Gulbenkian deixou de investir neste programa, transferindo para o Estado essa obrigação. É evidente que o Estado não pode assegurar a extensão da rede de leitura pública a todo o território nacional de um momento para o outro. Começámos pelos grandes centros, mas queremos ter essa cobertura feita no final do século. É um processo gradual, que leva algum tempo. Mas creio que estamos no bom caminho.

«JL» — Disse-me que muitas vezes estas bibliotecas eram construídas perto das escolas. Não está a SEC a suprir uma lacuna que cabia ao Ministério da Educação resolver — a falta de bibliotecas escolares?

M.F. — As bibliotecas escolares são indispensáveis. Houve um *boom* do número de estabelecimentos de ensino e, por conseguinte, esse esforço de infra-estruturas terá agora de ser acompanhado por um esforço qualitativo. Nas conversas que temos tido com o Ministério da Educação, temos posto ao dispor toda a nossa infra-estrutura de leitura pública. As bibliotecas já estão todas informatizadas e essa rede pode, por exemplo, ser ligada a uma rede de bibliotecas escolares.

«JL» — A SEC tem vindo a conquistar as autarquias para a importância desta rede nacional de leitura pública? Se calhar, ao princípio, o entusiasmo não seria tão grande como hoje se traduz nessas candidaturas todas...

M.F. — Sem dúvida. Os bons exemplos são

seguidos. Nós fizemos um desafio às câmaras e elas têm-no aceite, cada vez com maior entusiasmo e convicção.

«JL» — Segundo alguns bibliotecários e segundo o próprio Instituto do Livro reconhece, o «calcanhar de Aquiles» deste projecto é a escassa formação de técnicos qualificados. O quem tem a dizer a esta crítica?

M.F. — Compreendo essa objecção, mas não me parece que seja de todo o panorama geral. Nós não autorizamos a abertura de nenhuma biblioteca que não esteja dotada de pessoal qualificado e devidamente formado. Não pode ser de outro modo. Não podemos correr o risco de ter uma estrutura cultural a funcionar deficientemente, sob pena de vacinarmos as pessoas contra a cultura. E não é isso que nós pretendemos. De maneira que todas as unidades devem ser equipadas com pessoal apetrechado. O Instituto do Livro tem protocolos celebrados com universidades para realização de acções de formação de bibliotecários e técnicos. Claro que não poderemos ter uma universidade em todos os concelhos. Tem havido um esforço enorme nesse sentido.

UMA POLÍTICA DO LIVRO

«JL» — Creio que a rede nacional de leitura pública só faz sentido se for inserida numa política mais ampla para o livro e para a leitura. Como é que caracterizaria a política para o livro da SEC?

M.F. — Isto é uma medida com duas faces: por um lado, temos o problema do livro, por outro, o da leitura. As duas questões são distintas. No que respeita ao livro, a questão prende-se essencialmente com os editores, com os livreiros, já para não falar nos criadores.

Tem havido vários problemas. A rede de livrarias existente em território nacional tem vindo a rarear. Na década de 80, mais de metade das livrarias em Portugal fecharam e surgiram vários hipermercados, que comercializam o livro a preço mais baixo. Daí, ser reclamado o preço fixo do livro.

A SEC encetou um programa de apoio às livrarias e aos editores, porque a situação não pode estar apenas dependente dos hipermercados. Foi formada uma comissão e esta optou pela criação de uma convenção que, se fosse hoje assinada pelos editores e livreiros, amanhã teríamos o preço fixo do livro. É um assunto que a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros terá de resolver. Por outro lado, este é um assunto presentemente em discussão na União Europeia.

Mas este pacote de medidas para o livro vai mais longe. Criámos as chamadas linhas de crédito, com juro bonificado, no sentido de reanimar a abertura de novas livrarias e de resolver problemas de tesouraria das editoras.

«JL» — Qual tem sido a resposta?

M.F. — No princípio, foi débil e ténue, mas, de um momento para o outro, disparou.

► Neste momento, está a ser aproveitada a 70%. Susteve-se o encerramento de livrarias e outras têm surgido.

«JL» — Em que pontos do País?

M.F. — Setúbal, Leiria, Castelo Branco, Santarém, Lisboa. Não ainda com o entusiasmo que gostaríamos, mas melhorou-se substancialmente a situação. No âmbito editorial, o número de títulos tem aumentado muito.

«JL» — Que factor foi determinante para essa explosão do número de títulos, digamos assim?

M.F. — Este apoio que a SEC tem dado ao sector, nomeadamente os incentivos no sentido da modernização das instalações, na criação de cursos de formação para um melhor marketing de vendas e atendimento público. Por outro lado, há uma tendência do mercado para se equilibrarem as componentes preço/tiragem, que corresponde a uma mudança nas mentalidades dos editores. Apoiámos a edição da colecção Brevíssima Portuguesa, que é uma colecção em que cada livro custa menos que um maço de cigarros. Publicam-se autores clássicos, portugueses nomeadamente.

«JL»: Isso também é uma estratégia de sedução para a conquista dos leitores?

M.F.: Sim. Temos de reconhecer que o livro, em média, é caro. Continua a ser mais barato alugar um filme do que comprar um livro. Mas o panorama em Portugal tem-se vindo a modificar no bom sentido, paulatinamente. Há dados que demonstram a expansão da comercialização do livro e dos índices de leitura. Há todo um conjunto de situações que permite mostrarmo-nos optimistas.

BEJA

Fazer leitores

SUSANA NEVES

S

exta-feira, 9 de Junho, 14h30. As escadas que levam à porta da Biblioteca Municipal de Beja começam a encher-se de gente. Crianças, jovens e adultos aguardam a chegada dos funcionários. Eis que tal acontece, e a pequena multidão entra alegremente. Em poucos minutos, encontramos-os um pouco por toda a parte. Da sala de consulta local à da leitura de periódicos, passando pela ludoteca, ou pelo foyer, ou, ainda, pelo sector dos audiovisuais. Em poucos minutos, este espaço amplo, fresco e luminoso está cheio.

E não se pense que é por ser sexta-feira, véspera de fim-de-semana. Nada disso, é assim todos os dias do ano. Ou não fosse esta uma biblioteca de sucesso. Na realidade, a afluência tem sido tão grande que se torna impossível aqui concretizar outros projectos e por vezes realizar os existentes. «Segundo as estatísticas, a média de utilizadores diários é de 1500», conta Joaquim Figueira Mestre, director da biblioteca. Não menos surpreendente é o número

de pessoas inscritas. «Beja não tem mais de 30 mil habitantes, nós temos 10 mil inscritos. Ou seja um terço da população», acrescenta.

Como é que isto é possível? As razões estão à vista de todos aqueles que visitarem a biblioteca. Logo à entrada, no átrio, deparamo-nos com dois expositores de livros. Um dá-nos a conhecer um livro sobre Beja, o outro mostra uma vasta colecção de livros policiais, de culinária e bricolage. Sobre eles foi deixado uma mensagem, que aliás encontramos noutros locais da biblioteca. Diz assim: «Leva-me contigo!»

E apetece mesmo! Se não levar, pelo menos consultar. É que estes livros parecem estar vivos. Na sala do sector de adultos e de empréstimo domiciliário, vêmo-los abertos, ou sob a referência de serem «novidades».

UM ESPAÇO CONVIDATIVO

Depois, há qualquer coisa de agradável na disposição do mobiliário. É sempre possível sentar, ficar sozinho, sem nunca perder a visibilidade do conjunto. O mesmo sucede noutros pontos de este espaço. Por exemplo, no foyer.

Situado no segundo andar, é o local onde se pode ler, comer ou ver uma exposição. «O facto deste ser um edifício novo, construído de raiz, é, na minha opinião, um dos motivos de tanta afluência», afirma Figueira Mestre. «Depois, a arquitecta, Francisca Romão, foi feliz no projecto. As bibliotecas devem ser espaços abertos que convidem as pessoas a descobri-los.» Para fomentar o impulso da descoberta tudo foi pensado ao pormenor, muitas vezes ao centímetro. «Evitou-se a forma tradicional de organizar uma biblioteca», conta Figueira Mestre. E explica: «Em vez de colocarmos as estantes umas a seguir às outras, dispusemo-las de forma labiríntica. O que implicou a medição rigorosa das estantes e das colecções.»

A AVENTURA DA LIBERDADE

Claro que a aventura da leitura só é possível num espaço onde a liberdade é um lema e o «fazer leitores» o objectivo principal. «Aqui a pessoa está à vontade!», exclama Gisela Cañamero, professora na Escola Superior de Educação de Beja. E acrescenta: «Ninguém nos pede

ESTORIL JAZZ
PARQUE MARECHAL CARMONA
JUNTO AO PAVILHÃO DO DRAMÁTICO DE CASCAIS

SEXTETO DE MÁRIO BARREIROS
SEPTETO DE MACEO PARKER
JULHO 1 - 22.00h

QUARTETO DE JAMES CARTER
JULHO 6 - 22.00h

QUINTETO DE NAT ADDERLEY
JULHO 7 - 22.00h

JIMMY JOHNSON
BLUES BAND
JULHO 15 - 22.00h

TEATROAUDITÓRIO CASINO ESTORIL

QUINTETO DE GEORGE SHEARING
JULHO 8 - 22.00h

TRIO DE RAY BROWN
JULHO 13 - 22.00h

KEVIN MAHOGANY + TRIO
JULHO 14 - 22.00h

XIV JAZZ NUM DIA DE VERÃO '95 PORTUGAL

ESTORIL Set
SEC
CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS
JAZZ DE VERÃO DE CASCAIS DO 1/1994
PRODUÇÃO MARECHAL

LOCAIS DE VENDA DOS BILHETES
LISBOA: ABEP - Restauradores/DARGIL - Av. 5 de Outubro, 35-B/LIVRARIA ARCO IRIS - C. Comercial Arco Iris
AGÊNCIA ALVALADE - C. Comercial Alvalade/TELECARTAZ - 385 44 19
CASCAIS: LIVRARIA GALILEU - Av. Valbom/DISCOTECA AIFI - Av. 25 de Abril
PARQUE MARECHAL CARMONA (dias dos espectáculos)
ESTORIL: BILHETEIRA DO CASINO (dias dos espectáculos)
Informações - PROJAZZ - 483 10 00

Diário de Notícias CAPITAL

ESTUDOS
GERAIS da
ARRÁBIDACONFERÊNCIAS
DO CONVENTO

SEMINÁRIO FERNÃO MENDES PINTO

A Viagem na
Literatura

COORDENAÇÃO

Maria Alzira Seixo

Departamento de Literatura Comparada,
Faculdade de Letras, Lisboa, Portugal17 A 21 DE JULHO DE 1995
Convento da Arrábida
SetúbalINFORMAÇÕES
Secretariado ExecutivoESTUDOS GERAIS DA ARRÁBIDA
CONFERÊNCIAS DO CONVENTOCasa dos Bicos • R. dos Bacalhóios • 1100 Lisboa
Tel: 888 19 65 • Fax: 887 33 80LES DISCOURS DE VOYAGE ET
LES SENS DE L'ALTÉRITÉ

Wladimir Kryszinski

Département de Littérature Comparée,
Université de Montréal, CanadaTHE PORTUGUESE IN THE PACIFIC:
MYTH AND REALITY

Walter Veit

Department of German Studies,
Monash University, AustraliaVERDADE E VERACIDADE NOS
RELATOS DE VIAGEM AO BRASIL

Leyla Perrone Moisés

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Universidade de S. Paulo, BrasilLE RÉCIT DE MIGRATION: VARIATIONS
COMPARATISTES SUR LE VOYAGE DU RIEN
À PARTIR DE O SENHOR VENTURA DE TORGA

Pierre Brunel

Centre de Recherche de Littérature Comparée,
Université de Sorbonne, FrançaCOLONISATEURS: LES GRANDS VOYAGES
DE LA MYTHOLOGIE CLASSIQUE DANS LEURS
INTERPRÉTATIONS MODERNES

Paola Mildonian

Dipartimento di Iberistica,
Università degli Studi di Venezia, ItaliaLES RÉCITS DE NAUFRAGES: COMBINATOIRES
TRAGIQUES DE LA RÉPRÉSENTATION

Maria Alzira Seixo

Departamento de Literatura Comparada,
Faculdade de Letras, Lisboa, Portugal

TROCA DE MENSAGENS

Para cativar o leitor é preciso saber-lhe responder com simpatia ou sob a forma de brincadeira. Este é um dos princípios da equipa da Biblioteca Municipal de Beja. Assim, é hábito haver troca de mensagens entre leitores e funcionários. Tal acontece quando, por exemplo, um utilizador não encontra o que procura. Neste caso, deixa um bilhete na estante onde era suposto estar o que queria. No dia seguinte, encontrará a resposta.

problema. Segundo ele, a Biblioteca Municipal de Beja é muito frequentada por jovens porque «nas escolas não há nem a abertura nem as condições, por exemplo o ar condicionado, que aqui existem». A diferença está também no modo como se concebe a direcção desta biblioteca. «O bibliotecário não deve ter uma atitude meramente técnica, voltada para a classificação e organização, ele é antes de

o cartão ou exige uma requisição para se poder ler, ver um vídeo ou ouvir um CD. Parte-se do princípio certo — as pessoas são sérias e têm o mínimo de maturidade para frequentar este tipo de sítios. O que não acontece na maior parte destas instituições, no nosso país.» Gisela Cañamero salienta ainda o facto de o trabalho da equipa da biblioteca ser exemplar. Também a este nível, a liberdade de cada um dos funcionários tem-se revelado como chave para o empenhamento pessoal. Não há horários rígidos. Tanto se pode sair, ou entrar mais cedo como o contrário. Ninguém tem a preocupação de assinar o livro de ponto todos os dias. Cada qual deve fazer o que pensa ser correcto, ao invés de aguardar as indicações do director. «As pessoas não andam constantemente a perguntar-me o que vão fazer. É preferível fazer mal feito a esperar para saber como se faz», afirma Figueira Mestre. E acentua: «As pessoas devem ser as criadoras das suas próprias tarefas. Devem fazê-las com responsabilidade e sentindo-se capazes.» Além disso, de todos se espera o contributo do seu saber e vivência, fonte de «valor acrescentado», bem como de realização pessoal e profissional. É que «uma pessoa deve ser um gestor de incentivos e não um dono do saber,

tudo um agente social, um fazedor de leitores», diz Figueira Mestre. Objectivo para o qual todos os esforços têm sido mobilizados, num permanente acto de sedução. Só para a actualização dispõem de 5 mil contos anuais. Mas não basta ter novidades. É preciso saber mostrá-las. Utilizando, se para tal for necessário, as estratégias da publicidade e do *marketing*. «Tentamos apresentar os produtos melhor do que as lojas. Por isso estamos sempre a alterar a fisionomia da biblioteca», conta Figueira Mestre. «Mudamos a posição dos livros, eles ocupam as posições mais insuspeitas, e humanizamos a relação com os leitores.» Tudo para que a biblioteca se torne não só num meio de comunicação simpático como também numa espécie de «grande livraria de empréstimo».

DA «MARIA» A SHAKESPEARE

E de empréstimos a biblioteca vai bem de saúde. Este ano, o número de requisições foi superior ao acervo disponível. Sendo a literatura a área mais solicitada. O que significa que esta equipa está a conseguir estender a sua acção a



BIBLIOTECA INFANTO-JUVENIL DE BEJA

das outras pessoas ou da biblioteca», resume Figueira Mestre, revelando uma abertura pouco comum à antiga classe de bibliotecários.

SEDUZIR COMO NAS LIVRARIAS

E é também de arejamento que precisam muitas das bibliotecas escolares. Ainda é frequente verem-se livros por detrás de grades ou vidros. Depois, a diversidade é pouca, e a actualidade quase nenhuma. No fundo, continua-se a ver o livro como algo a conservar, estando reservado a uma elite culta. Além disso, muitas das bibliotecas escolares não têm sistema de ar condicionado, imprescindível em terras alentejanas. António Viegas, leitor assíduo, reconhece este

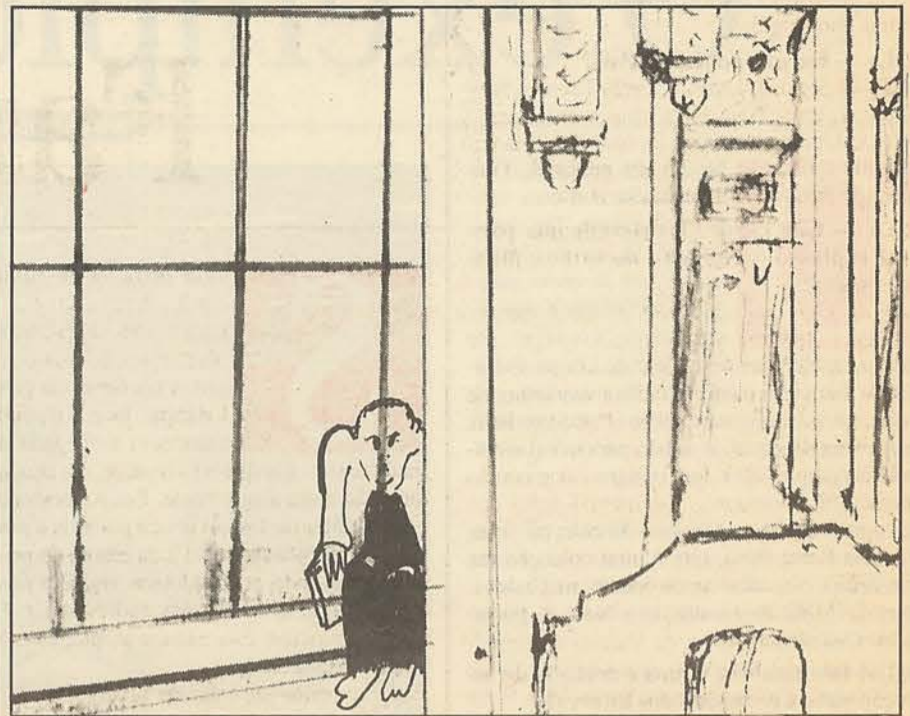
um grupo de leitores não estudantes. Resultado de tudo o que antes se disse mas também da realização de conferências e debates subordinados aos mais diversos temas e problemas. Do futebol ao amor e à paixão, do espiritismo à produção televisiva, tudo isto e muito mais já passou por aqui, animado por especialistas conhecidos. «É preciso ir ao encontro dos não frequentadores de bibliotecas. É importante que eles saibam que aqui decorrem coisas que estão ao seu nível, e que eles sabem», sustenta Figueira Mestre. «Por isso temos a revista 'Maria'. Sempre é um começo. A que se seguirá, se calhar, a 'Nova Gente', 'Mulher Moderna', 'Marie Claire', 'Visão', até chegar à 'Grande Reportagem'.

PROJECTOS

À Biblioteca Municipal de Beja o que não falta são ideias e novos projectos, entre os quais se contam a criação de um serviço informativo especializado, nas áreas científica e tecnológica, o desenvolvimento de um base de dados sobre assuntos que importem ao progresso da cidade e, por fim, o estabelecimento de uma rede de comunicações com bibliotecas estrangeiras. Pois não há desenvolvimento sem informação. E Beja quer ficar mais perto do centro do Mundo.

Não se pode querer que a pessoa leia logo Shakespeare.» O que interessa é sempre a relação de proximidade e afectividade que estabelece entre o livro, o indivíduo e a biblioteca.

E para estar próximo de todos, a biblioteca abre as portas até às 23h00, vai às escolas do ensino básico promover a leitura, e monta arraiais junto aos adros das igrejas.



AUTO-RETRATO DE MANUEL LOPES, DA BIBLIOTECA DA PÓVOA DE VARZIM

PÓVOA DE VARZIM

Vão longe os tempos em que a Biblioteca Municipal da Póvoa de Varzim não disputava visitantes à praia, com os seus belos toldos de riscas. Hoje, Manuel Lopes, autodidacta, com mais de três décadas de trabalho ao serviço daquela estrutura camarária, vê, com gosto, a nova biblioteca (inaugurada no dia 30/11/1991) transformar-se em componente indispensável da vida local.

Dotada com as mesmas secções que as outras estruturas das bibliotecas da Rede Nacional de Leitura Pública (infanto-juvenil, periódicos, audiovisuais, sala de leitura de presença, a que se junta um importante depósito de interesse local), nasceu da confluência de uma intenção municipal e do aparecimento desta iniciativa do Instituto do Livro. «Desde o princípio da década de 80 que a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim tinha vontade de construir uma nova biblioteca — afirma Manuel Lopes, também director do Museu local —, mas, com o aparecimento da Rede Nacional de Leitura Pública, foi possível melhorar esse sonho da autarquia.»

O resultado está à vista, de acordo com um projecto do arquitecto Silva Garcia. Muito luminosa e ampla, a nova biblioteca, situada num dos espaços nobres da cidade, constitui, segundo ainda Manuel Lopes, «uma vingança sobre anos e anos de localização num lugar escasso». Dotada de um bom fundo bibliográfico, «muito actualizado» (qualquer coisa como quarenta mil volumes), como frisa Manuel Lopes, é um caso de invulgar sucesso. «Os alunos de todas as escolas dos arredores vêm bater à nossa porta, incluindo alunos do Porto, nomeadamente do ensino superior privado. Sentimos que estamos, de facto, a suprir a grave lacuna que existe ao nível das bibliotecas escolares», salienta, por sua vez, Manuel Brandão, que dirige, com Manuel Lopes, aquela unidade da rede.

As lacunas de que dizem padecer esta biblioteca são, por eles, atribuídas ao Instituto do Livro e ao modo como este — alegam — negligenciara a questão de formação de técnicos auxiliares. O pessoal falta, sobretudo, se atendermos à dimensão da estrutura. Mas na biblioteca da Póvoa de Varzim faz-se questão que o público não dê por isso.

M.J.M.

SEIXAL

Os números falam por si? Quando traduzem uma realidade humana, podemos dizer que sim. Esse é o caso da Biblioteca Municipal do Seixal. Inaugurada em 26/11/93, viveu um ano de 1994 verdadeiramente estimulante para quem ali trabalha. Durante esse período, foram emprestados 84 919 documentos. Os utilizadores foram 71 264 e os leitores inscritos 10 800. No fundo documental da biblioteca encontravam-se 57 276 monografias, 1122 publicações periódicas, 1951 CD e 723 cassetes-vídeo. Mais esclarecedor ainda: o escalão etário dominante tem entre 21 a 35 anos, o que não deixa de ser curioso, atendendo a que boa parte dessas pessoas já não frequentará estabelecimentos de ensino. «É um público que sabe o que quer», frisa Maria Otélia, que nos acompanhou nesta visita.

Tudo nesta biblioteca é agradável, desde a arquitectura de interiores (que reforçam a tal necessidade de luz e amplidão exigidas pelo Instituto do Livro) à disposição de livros e outros materiais. As tais portas, difíceis de abrir para quem não frequenta habitualmente uma biblioteca, só existem no piso reservado aos serviços técnicos, e as janelas abrem-se para uma vista de excepção: a baía do Seixal.

Às secções comuns às outras bibliotecas incluídas neste programa, esta acrescenta uma belíssima ludoteca — «a casa da árvore» —, uma secção informática a que o utente tem acesso para a realização do seu trabalho e um arquivo histórico, com documentos de interesse local. Numa região tradicionalmente considerada um dormitório de Lisboa, começam a haver argumentos que justificam o enraizamento das populações. A biblioteca do Seixal é, com certeza, uma delas.

M.J.M.

O exemplo do Minho

ARTUR MOURA E MARIA GUERREIRO

O Minho em mudança. Para muitos, esta é a obra visível do regime. Do cavaquismo, já se vê. Mesmo que à custa de várias autarquias socialistas e dos dinheiros de Bruxelas. No Minho, as bibliotecas da Rede de Leitura Pública têm assumido o papel de dinamizadores culturais, com uma pujança como se não via desde os gloriosos tempos do boom associativo e cultural do pós-25 A. e que entrara em recessão desde 1978.

Na região de Entre Douro e Minho, há neste momento sete bibliotecas municipais nestas condições. São elas as de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Esposende, Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Póvoa de Varzim e Felgueiras, estando para ser inaugurada a de Vila Verde e em construção/recuperação as de Vila Nova de Cerveira, Barcelos, Santo Tirso, Vila do Conde e Amarante. Para fechar o círculo, vem aí a Bibliopolis, a biblioteca regional a instalar em Braga e que terá um papel decisivo na coordenação e apoio às bibliotecas da rede (ao contrário das outras, a Bibliopolis não será apenas municipal, já que a Universidade do Minho — onde se integra a activíssima Biblioteca Pública de Braga — também é parceira do processo).

Correspondendo a uma tipologia definida pelo programa da Rede Nacional de Leitura Pública, que apenas diferencia as dimensões dos diversos espaços e do fundo documental, de acordo com o número de habitantes de cada concelho, as bibliotecas da rede possuem todas uma secção de leitura geral e de periódicos, uma secção infanto-juvenil, outra de audiovisuais e uma sala polivalente que permite a realização de exposições, pequenos espectáculos de teatro ou música, colóquios e passagem de filmes. Uma série de outras características que poderão ser desenvolvidas por estas instituições, como a dinamização de um fundo local, a criação de anexos ou de bibliotecas itinerantes, a promoção regular de actividades de animação da leitura e divulgação de informação, embora previstas no programa estão dependentes da dinâmica do município e, sobretudo, da capacidade de intervenção do bibliotecário.

O papel deste é, aliás, essencial para o sucesso e implantação destas unidades culturais, grande parte das quais criadas quase a partir do nada, em localidades onde a actividade cultural se reduz normalmente às festas anuais e a alguns espectáculos folclóricos e exposições de artesanato. Estas, embora possam constituir iniciativas muito válidas, raramente relevam numa preocupação actualizada e consequente de desenvolvimento cultural.

ÊXITO FÁCIL

Sem retirar o mérito à acção empenhada da nova geração de bibliotecários(as) — actualmente a representar um papel de altíssima importância no processo —, a verdade é que há um fenómeno de êxito fácil nas novas bibliotecas de leitura pública que advém do facto de, por um lado, não existirem bibliotecas escolares e os estudantes de todos os níveis de ensino serem obrigados a recorrerem a elas para os seus estudos (muitas vezes, no caso de estudantes universitários, a biblioteca pública é preferida à da faculdade não, como é óbvio, pela quantidade de informação pertinente para as suas investigações, mas pelo conforto) e, por outro, pela atracção que sobre



SALA DE LEITURA DA BIBLIOTECA DA PÓVOA DE VARZIM

os mais jovens exercem os audiovisuais, área em que a biblioteca é também a única instituição pública a oferecer livre e gratuitamente. Mas também é verdade que as crianças (e os pais...) aderem com entusiasmo aos programas que as bibliotecas lhes oferecem. E participam. Mas, sobretudo, vão à biblioteca. É como que um milagre, mesmo que alguns autarcas ainda não tenham percebido. Hoje, quando se verifica a forma rigorosa e profissional como são organizadas as feiras do livro em vários dos concelhos que avançaram para a rede, já ninguém desconhece que anda ali o dedo da biblioteca municipal e dos seus responsáveis. Veja-se Guimarães, Famalicão, Póvoa de Varzim, Vila Verde... Para o bibliotecário(a) do novo tipo, aproveitar o potencial de imaginação e receptividade das crianças e proporcionar-lhes sessões de leitura de histórias, mas boas histórias e bem contadas, mesmo que por vezes aparentemente improvisadas para os pequenos utilizadores diários e não programadas para as visitas periódicas das escolas, é uma questão central. O recurso a profissionais, neste caso, é frequente assim como o precioso contributo de professores e educadores de infância que entendem o papel da biblioteca e não a encaram como um sucedâneo mais divertido da escola.

Assim acontece, por exemplo, na Biblioteca Pública de Braga, onde um grupo de professores e actores da companhia de teatro asseguram uma animação estimulante, que tem resultado em numerosos pedidos de compra de livros quando as crianças regressam a casa e em bibliotecas com empréstimo domiciliário pode resultar na requisição, para empréstimo, das obras dos autores que os novíssimos leitores acabaram de ouvir.

UMA REVOLUÇÃO

Sendo o primeiro objectivo levar os cidadãos a passar as portas da biblioteca, é essencial um

bom investimento nos assuntos locais, nas tradições, na história próxima da comunidade, procurando atingir a população na sua diversidade cultural e ideológica. E é isso que, de modo exemplar, tem acontecido na região, onde a acção das bibliotecas se tem mostrado um poderoso catalisador das actividades culturais (e cívicas) e onde começam a conquistar um espaço de manobra muito acima das expectativas.

Exemplo de uma boa actuação nesse campo é a Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, de Famalicão, que realizou grandes exposições e debates — para dar dois exemplos com diferentes destinatários — acerca da oposição democrática no concelho, por um lado e, por outro, sobre os missionários famalicenses espalhados pelo mundo, no passado e na actualidade. Entretanto, colóquios ou sessões de informação sobre a sida, os direitos humanos e a situação em Timor Leste são realizados em quase todas estas bibliotecas, muitas vezes segundo um programa de cooperação tornado possível pela existência de uma associação de bibliotecas — a Bibliomédia, inicialmente centrada no Vale do Ave e agora em fase de alargamento a outras sub-regiões do Minho. É como um vírus benigno, que avança com naturalidade porque, afinal, o buraco estava lá e era preciso preenchê-lo.

As novas bibliotecas têm-se empenhado na promoção da literatura, nomeadamente a portuguesa, e estimulam o debate e a conversa fluente sobre os livros e os autores de que se gosta, as histórias que mais nos marcaram, através de encontros com escritores em ambientes propositadamente informais, recitais de poesia nos cafés-bar que quase todas elas possuem, debates acessos com profissionais da informação, destinados tanto a adultos como a jovens e a crianças — e não apenas convidando autores consagrados, mas apostando em novos valores e em escritores menos mediáticos, cumprindo a sua

função de valorizar as franjas marginais e menos bem sucedidas na sociedade de consumo. A Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, da Póvoa de Varzim, é um exemplo paradigmático de esplêndidas sessões de apresentação de novos livros, num espaço onde o cenário muda sempre, acompanhando o tema central da obra e a época em que a história se desenrola, enquanto as bibliotecas de Famalicão e Braga têm apostado em desnudar as preferências literárias de personalidades locais ligadas às mais diversas áreas, originando debates vivos e muito participados e entusiasmando para a leitura dos autores citados durante as sessões.

É toda uma revolução em marcha e a materialização do mais velho dos sonhos dos homens da I República, quando — tal como hoje — se entendeu que a verdadeira riqueza de um país começava pelo investimento na instrução pública. A rede, na sua versão minhota, conseguiu em cerca de cinco anos transformar completamente o panorama da leitura pública e constituir-se como a mais forte infra-estrutura de suporte às actividades culturais regionais e ao acesso dos cidadãos à informação actualizada, seja através de uma enciclopédia, de jornais ou revistas ou do «Diário da República». Ninguém se atreve a sonhar como será dentro de 10 anos, caso se atinja a cobertura total dos concelhos e caso cada uma das bibliotecas possa realizar alguns dos seus objectivos essenciais, como a criação de anexos nas freguesias mais populosas — como já acontece em Guimarães com Vizela e Pevidém — ou a institucionalização das crescentes operações de intercâmbio com as suas congéneres europeias, nomeadamente com as da vizinha Galiza, com as francesas — das quais se aproveitou grande parte do projecto português — ou mesmo as da Escandinávia, onde a leitura pública é uma verdadeira instituição com mais de um século.



PERIGO. A Torre do Tombo foi informada da situação e autorizou o desbloqueamento de verbas para a desinfestação

PRAGA

Bicho da pedra ataca história portuense

O Arquivo Distrital está infestado há vários meses, mas tardam os mil contos de remédio. O problema é conhecido há bastante tempo

FRANCISCO MANGAS

Uma praga de formiga-branca alastra no Arquivo Distrital do Porto, que ocupa, desde o Verão de 1995, parte do restaurado Convento de São Bento da Vitória. Este problema é conhecido há bastante tempo, mas só recentemente os serviços da Torre do Tombo foram alertados.

Segundo uma fonte contactada pelo DN, os responsáveis do Arquivo conhecem a situação há quase dois anos. No entanto, adiaram a intervenção de desinfestação, orçada em cerca de mil contos.

Baquero Moreno, director do Arquivo Distrital do Porto (ADP), confirma a infestação do «bicho da pedra».

E adianta que José Mattoso, responsável pela Torre do Tombo – organismo que tutela a política arquivística nacional – já foi informado e dispõe de dois pareceres técnicos, tendo autorizado o

desbloqueamento de verbas para a urgente desinfestação.

O combate à praga da formiga-branca deverá ocorrer no mês de Agosto, ao longo de três semanas, o que obrigará ao encerramento do ADP nesse período. De acordo com fonte ouvida pelo DN, não se compreende o arrastar do problema, que põe em perigo um valioso património histórico, quando a

Os núcleos centrais da infestação localizam-se nas fundações do edifício, mas nos dois últimos anos alastraram

sua resolução é fácil e os custos reduzidos. Os núcleos centrais da infestação localizam-se nas fundações do edifício. Nos dois últimos anos alastrou lentamente, encontrando-se agora no quarto piso – na zona da fachada para o rio. A formiga-branca ainda não

destruiu qualquer documento, mas já deixou bastantes marcas.

Inaugurado a poucos meses das eleições legislativas de 1995, no novo espaço do Arquivo Distrital do Porto, que ocupa parte do referido convento, há ainda o problema da humidade, que está a levantar, em algumas divisões, o soalho, e, em termos de futuro próximo – mas de resolução problemática –, a falta de espaço.

Espalhados por diversas entidades da cidade, conhecem-se cerca de 40 quilómetros de materiais documentais, e a capacidade máxima do ADP não atinge sequer metade da extensão daquele espólio. Neste momento, o ADP dispõe de sete quilómetros lineares de estantaria para albergar documentação.

O projecto do ADP no Convento da Vitória contempla um bar, fazendo aproveitamento da antiga cozinha dos beneditinos. Essa estrutura, no entanto, tarda a abrir as portas ao público.

Pergaminhos para cá

A Direcção-Geral do Património do Estado decidiu guardar uns documentos antigos que deveriam estar no Arquivo Distrital do Porto, pois contêm História da cidade. Um impasse difícil de resolver.

O Arquivo Distrital do Porto tem uma colecção de documentos incompleta, porque a Direcção-Geral do Património do Estado entende que deve ficar com uma parte. Mas esta posição é discutível, pois existe uma lei a dizer o contrário e o responsável pelo Arquivo Distrital, professor Baquero Moreno, vai recorrer à Direcção-Geral dos Arquivos para tentar encontrar uma solução pela via do diálogo. De outro modo, será a própria cidade do Porto a ver-se privada de uma série de documentos importantes da sua História.

O Arquivo Distrital do Porto passou para as suas novas instalações em Julho do ano passado. Tratando-se de um espaço amplo, foi possível reorganizar toda a documentação, reunindo até material que estava disperso em vários sítios, por dificuldades de armazenamento na antiga sede.

Entre esta documentação que foi agora reorganizada estava uma parte do inventário de bens pertencentes à Igreja na cidade do Porto, bens esses que foram nacionalizados com a instauração da República. Assim, desde o princípio do século, parte desse inventário estava no Arquivo Distrital do Porto. Mas uma outra parte, relativamente aos bens dos quais ainda havia foros a receber por parte do Estado e que ainda tinham, na altura, utilidade prática, estava na Comissão Administrativa dos Antigos Bens Culturais. Era essa comissão que tratava da gestão económica desses bens.

Valiosos e antigos. Por este motivo, o inventário do Arquivo Distrital do Porto estava incompleto. Falavam-lhe documentos relativos aos bens da Mitra da Sé do Porto, do Cabido da Sé e da Colegiada de S. Martinho da Cedofeita. Eram os tais que estavam integrados na Comissão dos Antigos Bens Culturais.

Entre eles há documentos muito valiosos, como pergaminhos do século XV e outros mais recentes. No fundo, a colecção completa representa o património da Igreja nesta cidade, durante cinco séculos.

Estes documentos foram

já objecto de uma divergência, nos anos 30, nessa altura entre o responsável pelo Arquivo Distrital do Porto e a Comissão dos Antigos Bens Culturais.

Mas a Comissão Administrativa dos Antigos Bens Culturais foi extinta nos anos 80. Os documentos que estavam na sua posse passaram para a Delegação dos Edifícios e Monumentos do Norte pois, de qualquer modo, nessa altura, o Arquivo Distrital não tinha espaço para ficar com os documentos. Tanto quanto se sabe, serão ainda umas dezenas de metros de prateleiras cheias. De qualquer maneira, a tutela dos documentos pertencia à Direcção-Geral do Património do Estado.

Com a mudança de instalações do Arquivo Distrital, aliada ao facto de a comissão ter sido extinta, o responsável do arquivo mandou pedir os documentos relativos aos bens da Igreja que faltavam no arquivo. Passou-se isto em Setembro.

No princípio deste ano, chegou a estranha resposta da Direcção-Geral do Património do Estado. Assim, aquele organismo não considerava "oportuna" a incorporação dos documentos no arquivo, dizendo que no Porto não havia condições para aquele material ser tratado, pelo que iria para Lisboa, para uma realíase.

Contra a lei. Este argumento da falta de condições para a documentação ser tratada não caiu bem, como é evidente, dado que o Arquivo Distrital possui os técnicos necessários. Mas também não foi compreensível a tomada de posição da Direcção-Geral do Património do Estado, porque ao ficar com aquela documentação detém apenas uma parte dela e está a impedir que a mesma fique organizada do princípio ao fim, como seria lógico.

Mas há, inclusive, uma razão legal. O Decreto-lei nº 149/85, de 5 de Abril, que define o regime jurídico dos arquivos distritais e das bibliotecas públicas e que estabelece que a documentação de um serviço cessante deve passar para o respectivo arquivo distrital. Parece ser este, sem muitas hipóteses de dúvida, o caso da extinta Comissão Admi-

nistrativa dos Antigos Bens Culturais. E por essa razão é até difícil perceber como pode a Direcção-Geral do Património do Estado pretender ficar com aqueles documentos. Convém refe-

rir que não foi possível obter qualquer esclarecimento por parte daquele organismo, já que a subdirectora, Dora Vilela, considera que os documentos do distrito do Porto são "assunto

interno entre os dois organismos", não tendo, por isso, que dar explicações sobre o assunto.

O mesmo não pensa o responsável pelo Arquivo Distrital do Porto, profes-

sor Baquero Moreno, que informou O Independente de que está a pensar pedir ajuda à Direcção-Geral dos Arquivos para resolver o problema.

PAULA JOYCE



PRÊMIO SECIL DE ARQUITECTURA 96

ENTREGA DAS CANDIDATURAS ATÉ 17 DE JUNHO

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES, TRAV. DO CARVALHO, 21-25.
1200 LISBOA. TEL. 343 24 54/9.

Com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio.



ARQUIVO DO PORTO MUDA-SE AMANHÃ E REVELA 'MUITOS SEGREDOS'

**23 Km de documentos
em S. Bento da Vitória**

Porto — O Arquivo Distrital do Porto está fechado ao público e só reabre na próxima segunda-feira. Não por capricho do seu director, o professor Humberto Baquero Moreno, mas devido a uma autêntica revolução no importante e valioso acervo documental que, simultaneamente, muda de casa e de prática, abrindo os seus segredos de uma forma mais ampla e digna, conjugando-se com outras iniciativas de carácter cultural.

De um antigo edifício alugado na Praça da República há 63 anos, o espólio passou para uma ala do Convento de S. Bento da Vitória, junto à Cadeia da Relação e ainda paredes-meias com os monges beneditinos, que foi alvo de profunda remodelação e é inaugurado amanhã pelo Primeiro Ministro, Cavaco Silva.

Os cerca de três quilómetros de documentos, entre os quais se destacam os fundos do Cabido e da Mitra da Sé do Porto e a colecção monástica, foram meticulosamente organizados e transportados desde o passado dia 10 até ao Convento, seguindo o mesmo sistema que Baquero Moreno adoptou quando dirigiu a mudança do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e que, aliás, foi na ocasião considerado exemplar. A aplicação de grandes etiquetas com cores e números lógicos mostrou-se assim o método mais eficaz quer em termos de segurança quer em termos de rapidez na transferência dos milhares de volumes, como apontou ao CM o catedrático, garantindo que, à semelhança do acontecido com o Arquivo Nacional, o cuidado posto na recolocação permitiu evitar que um único livro ou documento ficasse fora do seu sítio.

Nas novas instalações, ocupando vários andares da ala Poente do Convento, o Arquivo do distrito tem agora umas condições de acomodação que, por um lado, permitem a sua correcta preservação recorrendo a tecnologias modernas de anti-fogo, temperatura e humidade (no antigo edifício resumiam-se a um desumidificador do ar) e, por outro, lhe conferem áreas amplas para o funcionamento diário de consulta por parte do público ou investigadores. Ao mesmo tempo, beneficiando da envolvimento do Convento recuperado, enquadra-se num ambiente que lhe diz muito mais e que facilita até a "religiosidade" com que os interessados o encaram.

É o caso de Baquero Moreno, reputado medievalista, que confessa sentir-se por vezes tentado a deixar de leccionar para se dedicar integralmente à investigação e que se "perde" nos corredores do "seu" arquivo. Nem resistiu à tentação de escolher o gabinete de frente de cuja entrada estão preservadas inscrições em latim, datadas de 1730.

Mas esse é apenas um dos "muitos segredos que este arquivo guarda", diz o professor, que calcula em cerca de um milhão os pergaminhos medievais à sua guarda. "É aqui que me sinto bem e que tenho a minha ferramenta", sublinha. Aliás, não é de estranhar que o Arquivo Distrital do Porto, apesar das novas instalações, seja como que a segunda morada de Baquero Moreno. Foi o seu director até 1988, altura em que se transferiu para Lisboa a fim de operar a organização da Torre do Tombo, mas deixando já preparada a nível institucional a mudança que amanhã concretiza e de que retomou o comando em Março passado.

Lamentando que a cerimónia não possa contar com dois importantes membros da sua equipa, falecidos recentemente em desastre de automóvel, Baquero Moreno não é parco em elogios a qualquer um dos colaboradores, nem mesmo aos técnicos da Exprograno que ultimam as obras do convento ou ao Ministério das Obras Públicas, que possibilitaram a



O prof. Baquero Moreno tem à sua responsabilidade um importante acervo documental que 'guarda muitos segredos'

transferência do espólio antes da cedência oficial das instalações por forma a estar tudo pronto a tempo da inauguração e minorando o tempo em que o arquivo está encerrado.

Assim, estão já ordenados e praticamente prontos para consulta os documentos incorporados, faltando agora os cerca de 20 quilómetros que Baquero Moreno estima estarem dividi-

dos por notários e outras entidades.

Outra parcela igualmente considerada "preciosa", e que já está no convento, é o inventário elaborado pelo professor em 1987 acerca dos documentos do Ministério das Finanças sobre os bancos falidos em 1929. Estavam destinados a serem eliminados antes de o Arquivo ser alertado e decidir recuperá-los, indo agora ser estudados por especialistas da área já que constituem elementos valiosos para investigação.

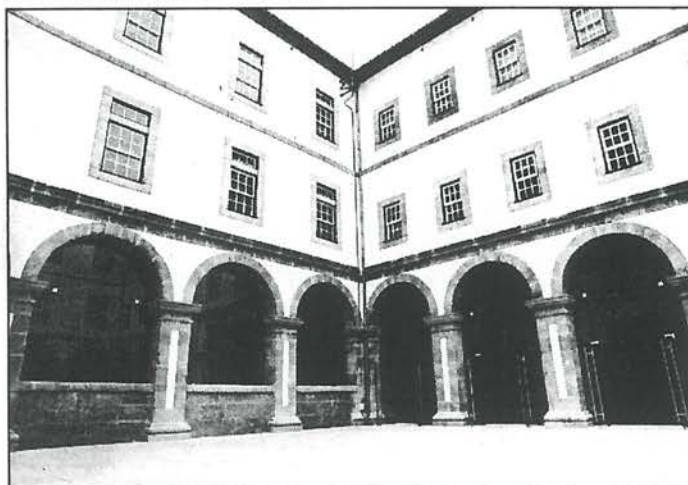
De igual modo, o Arquivo Distrital do Porto integra ainda o fundo paroquial e um conjunto de documentos sobre processos seleccionados em 1985 com a colaboração da Polícia Judiciária, entre muitos outros que agora estarão em melhores condições de ser utilizados por estudantes, em preparações de mestrado, por genealogistas, investigadores e muitos outros técnicos.

Criado por Decreto em 27 de Junho de 1931, o Arquivo Distrital do Porto tem por missão recolher a documentação das conservatórias do registo civil e os livros de registo paroquiais, a documentação das conservatórias dos registos do notariado, a documentação dos tribunais e

os documentos de serviços cesantes, entre outros, além de dever conservá-los e facilitar a sua consulta. A documentação possui uma identificação mínima à qual o utilizador pode aceder através de um Cadastro e de um Guia dos Fundos, elaborados de acordo com a metodologia de descrição arquivística para tratamento automatizado de documentação histórica (Arqbase). Uma parte significativa dos fundos documentais possui ainda um instrumento descritivo mais detalhado, o Inventário, por vezes completado pelos respectivos índices.

Para facilitar o acesso ao espólio, há agora nas novas instalações uma diversidade de salas e locais de consulta, a par de outras divisões em que Baquero Moreno pretende dinamizar uma abertura do Arquivo para o exterior, promovendo conferências, espectáculos e outras iniciativas. Tudo isto num espaço que tem sido cobijado por diferentes entidades e que a cuidadosa recuperação transformou numa sala de visitas do Porto e numa digna catedral para tão importante arquivo, que ali entra numa era completamente nova.

Texto: Pedro Trigo
Fotos: Charles Bahia



Os claustros do convento de S. Bento da Vitória, sala de visitas do 'novo' Arquivo

Arquivo distrital a caminho de S. Bento da Vitória Sob o signo da segurança

Estantes metalizadas, depósitos em cimento armado e à prova de fogo, detectores contra intrusão. É esta a nova face do Arquivo Distrital do Porto, que ontem começou a ser transferido para o Mosteiro de S. Bento da Vitória. Ao longo das próximas duas semanas, os três quilómetros de documentação que integram o espólio da instituição vão abandonar o primitivo edifício da Praça da República. As novas instalações vão permitir que outros fundos documentais sejam brevemente incorporados na colecção, enquanto está na mira a criação de uma oficina de restauro de livros. Em «stand-by» continua a elaboração de um novo quadro de pessoal.

Já começaram a ser transferidos, para as novas instalações no Mosteiro de S. Bento da Vitória, os primeiros volumes do acervo do Arquivo Distrital do Porto (ADP). As operações, a cargo de uma empresa privada de transporte de mercadorias, devem ficar concluídas dentro de duas semanas, porque o novo espaço é inaugurado no próximo dia 27, em cerimónia que poderá mesmo ser presidida por Cavaco Silva. «Hoje é um dia histórico para o distrito», reconhecia, ontem, o director do ADP, acrescentando que «só por milagre» é que os livros sobreviveram às precárias condições de depósito oferecidas pelo edifício da Praça da República, ocupado desde 1931 e prestes a transformar-se, agora, numa minibiблиотека municipal.

No entender do historiador Baquero Moreno — que dirigiu a instituição entre 79 e 88, tendo substituído em Maio último a anterior directora, Maria João Pires de Lima, num processo não totalmente isento de polémica —, a nova casa vem, essencialmente, proporcionar um armazenamento mais adequado a um espólio constituído por cerca de três quilómetros de documentação, entre material de origem pública e privada. Assim, os volumes passam a repousar em estantes metalizadas, enquanto os depósitos são em cimento armado e à prova de fogo, compreendendo ainda detectores contra intrusão.

Bem vistas as coisas, este cenário entra em flagrante contraste com a situação anterior: os armários, em madeira, atentavam contra a própria preservação do arquivo. Pelo contrário, assinala Baquero Moreno, «estão agora reunidos, no Mosteiro de S. Bento da Vitória, todos os requisitos de segurança que um arquivo deve ter». A isto acresce o facto de o

novo espaço estar preparado para receber outros 12 quilómetros de documentos, vantagem tanto mais importante quando é líquido que a instituição tem vindo a confrontar-se, de há largos anos a esta parte, com «pedidos permanentes dos serviços de registos e notariado — sempre que os documentos caducam, eles solicitam que os arquivemos».

A última incorporação data de 1987, altura em que o espólio do Arquivo Distrital do Porto foi enriquecido com a documentação do Ministério das Finanças relativa à falência de bancos decorrente da primeira grande crise económica deste século, em 1929. Mas mesmo esta colecção que se colocada em duas salas arrendadas para o efeito na Rua dos Bragas, obtendo a que esses fundos pudessem ser livremente consultados.

A questão da transferência do espólio do ADP remonta à década passada, se bem que a adjudicação da empreitada tenha sido formalizada somente em 92, quando Santana Lopes era ainda secretário de Estado da Cultura. Antes disso, a Cadeia da Relação foi a hipótese mais discutida. «As autoridades concluíram logo que a Relação não servia para o arquivo: as salas são pequenas e estreitas, toda a estrutura é difícil». Em contrapartida, continua Baquero Moreno, «a recuperação do mosteiro é uma obra-prima e veio perfeitamente de encontro ao que desejávamos».

O exemplo da Torre do Tombo

O método seguido para a classificação do acervo em trânsito, levada a cabo «em poucos dias», não anda muito longe daquele que foi aplicado na Torre do Tombo, salvaguardadas as

devidas distâncias, em termos da quilometragem do material. Assim, cada colecção leva uma cor diferenciada, obedecendo os volumes a uma numeração por ordem sequencial. Chegados ao mosteiro, os fundos podem então ser rapidamente colocados nas prateleiras definitivas, dada a fácil visualização dos códigos.

Seja como for, a ordem de transporte está a obedecer às séries e espaços pré-estabelecidos em S. Bento da Vitória. Os fundos pertencentes ao Cabido e à Mitra da Sé do Porto foram os primeiros a ser encaixotados para seguir viagem. Trata-se da colecção documental mais importante do grupo de arquivos diocesanos e porventura do próprio arquivo distrital. A primeira, por exemplo, inclui o documento original de doação de metade de uma herança junta ao castelo de Valbom. Lavrado em letra visigótica, este pergaminho data de 1113.

O restauro de peças vai ser outra das valências a implantar no mosteiro. De acordo com Baquero Moreno, «está prevista a criação de uma oficina para tratamento de livros», à semelhança da que já existe na Torre do Tombo. Simplesmente, «não interessa ter espaços quando não há técnicos para os preencher», avisa o director do ADP. Por outro lado, a consulta pública de documentos passa a efectuar-se em melhores condições, se bem que o historiador acentue que nunca foi por aí que «a porca torceu o rabo»: «O público que frequenta o arquivo é sobretudo um público de eruditos», pelo que a sala de leitura instalada no pré-fabricado e que agora vai ser desactivada, com capacidade para 26 pessoas, «raramente lotava».

No entanto, o atendimento público não pode ser descurado, tanto mais que não são poucos os que recorrem ao ADP para obter certidões judiciais e de registo civil ou notarial, normalmente no âmbito de processos de herança. Todos estes aspectos passam, em primeiro lugar, pela elaboração de um novo quadro de pessoal, tarefa complicada pelo congelamento das admissões na Função Pública. O Arquivo funciona actualmente com 15 funcionários, número entendido pelo seu director como «manifestamente insuficiente».

Miguel Reis Miranda (texto)

Ângela Velhote (foto)



«Só por milagre» é que os livros do Arquivo Distrital sobreviveram às precárias condições de depósito oferecidas pelo edifício da Praça da República, ocupado desde 1931 e prestes a transformar-se, agora, numa minibiблиотека municipal

NÃO SE DEIXE ENGANAR COM IMITAÇÕES!

BELCOM-ADIS O ÚNICO TELEFONE ^{100%} DIGITAL

NOVO EM PORTUGAL

APROVADO OFICIALMENTE
DEC. LEI N.º 228/93



Quando, em 1995 aprovámos o BELCOM-ADIS no ICP, verificámos não existir nenhum Telefone Digital para ligação à rede pública. Com esta tecnologia sabe quem lhe está a telefonar antes de atender, acabando assim com as chamadas anónimas. Informe-se das múltiplas vantagens que o BELCOM-ADIS lhe oferece, fazendo reduzir os seus custos telefónicos e aumentando a sua capacidade de trabalho. Com esta tecnologia disponibilizámos não só telefones simples para ligar directamente à rede como também Centrais Telefónicas.

A BELTRÔNICA

DIVISÃO DE SISTEMAS TELEFÓNICOS DIGITAIS

SEDES OPERACIONAIS

LISBOA
R. Dr. José Baptista de Sousa, 27 - 1000 Lisboa
Tel: 7150145 (3L) • Fax: 7142095

PORTO
R. S. de outubro, 230 - 4100 Porto
Tel: 5034061 (12L) • Fax: 5039779

ALGARVE
Av. José da Cruz, Me. N.º 161 - 8100 Loulé
Tel: 412525 (3L) • Fax: 416159

CENTRO
R. Miguel Torga, 119 - 2000 Coimbra
Tel: 721945 (3L) • Fax: 702392

BEIRA INTERIOR
R. Cidade da Covilhã, 47-11 - 6200 Fundão
Tel: 52025 (4L) • Fax: 52073

RISEIJO
Av. Sá de Bandeira, 4 - 2000 Santarém
Tel: 391231 • Fax: 391181

MACEIRA
R. Dr. Brito da Câmara, 26 - 8000 Funchal
Tel: 741312 (4L) • Fax: 741341

ARQUIVO DO PORTO REÚNE EM LIVRO TRÊS QUILOMETROS DE DOCUMENTOS

A directora e técnicos do Arquivo Distrital do Porto (ADP) vão lançar, hoje, três livros fundamentais, pelas 18 horas, no salão nobre do Ateneu Comercial do Porto. No seu inédito "Guia de Arquivo" reúnem os cerca de três quilómetros de documentos existentes nas estantes daquela entidade.

Vítor Pinto Basto

O portuense comum deverá passar parte, senão toda a sua vida, sem entrar no Arquivo Distrital do Porto. As estatísticas provam isso mesmo. Embora a tendência seja para aumentar, a média diária de utentes cifra-se nos dez. O que quer dizer que, segundo a última contagem, de 1993, apenas perto de 3650 pessoas costumam consultar, por ano, os documentos fabulosos daquela instituição.

A partir de hoje, com a edição dos mil exemplares das obras "Guia do Arquivo - Uma experiência de tratamento documental (1990/92)"; "Fundos Notariais: Inventários e índices" e "Fundos Monásticos: Inventários", o cidadão terá a vida mais facilitada. Sobretudo se for jovem estudante universitário, investigador ou um cidadão despreocupado que queira reconstituir a sua árvore genealógica (prática que parece estar na moda).

Maria João Pires de Lima e os restantes técnicos do ADP são os autores desta obra, que será apre-

sentada sem nome individual de autor. Ao que o JN apurou, isso acontece propositadamente. O trabalho é de equipa e assim fica, garantem. Mas uma obra tão fundamental merecia um rosto, mesmo que colectivo.

Porém, esta situação ("falha", se assim o quisermos qualificar) poderá ter um efeito paradoxal: aumenta o crédito perante uma obra fundamental, rara, que reúne as 60 mil espécies documentais (cada uma terá dezenas de documentos) do ADP e permitirá ao utente o mais fácil acesso às fontes.

Depois dos arquivos nacionais, o do Porto é talvez o segundo ou terceiro mais importante do país. Agora, ficará mais enriquecido, com o seu "Guia do Arquivo", que funciona como uma espécie de cartão de visita, bastante elaborado, das espécies de documentos existentes, a que o cidadão poderá ter acesso, através de um computador.

O ADP, criado em 27 de Julho de 1931 e instalado provisoriamente num prédio da Praça da República, de onde será transferido, em Julho próximo, para o Convento de S. Bento da Vitória, tem documentos datados do século XI. Ali se poderá ter acesso a documentos do Governo Civil do Porto, da Alfândega, Direcção de Finanças, confrarias, irmandades, misericórdias, empresas (bancos e casas bancárias, empresas vinícolas, Escola Prática Comercial Raul Dória), famílias, notários, entre outros.

Ao todo, esses documentos ocupam estantes com cerca de três quilómetros de extensão, distribuídas não só na sede-provisória da Praça da República como em duas salas alugadas na Rua dos Bragas.



O Arquivo Distrital do Porto vai ter, a partir de hoje, um guia inédito.

Mas, num estudo efectuado recentemente, concluiu-se que a documentação existente, guardada nalgumas entidades, à espera de ser transferida e tratada na ADP, ocupará uma extensão aproximada de 50 quilómetros.

Com estes livros, o Arquivo do Porto poderá dar um passo de abertura, para se mostrar à comunidade. Actualmente, e segundo funcionários contactados pelo JN, aquele edifício tem sido frequentado apenas por estudantes de História (do curso respectivo da Faculdade de Letras do Porto ou

por poucos alunos do 12º ano); além do cidadão que ali vai buscar informação necessária para ser apresentada como prova nos tribunais (tais como certidões).

A última moda nos arquivos portugueses (depois dos Mormons terem microfilmado todos os registos paroquiais portugueses existentes até há cem anos) são os genealogistas. Alguns deles são profissionais, trabalham por encomenda. Procuram os seus (ou de outros) antepassados. Para reconstituição das respectivas árvores genealógicas.

Arquivos

Jd/24.7.92

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO MAIS PERTO DE S. BENTO DA VITÓRIA

O Arquivo Distrital do Porto será transferido das suas actuais e provisórias (1932) instalações da Praça da República para uma parte do antigo convento de S. Bento da Vitória.

Esta mudança, definitiva, foi anunciada, em Abril pelo subsecretário de Estado da Cultura, Sousa Lara, durante uma visita ao Convento. Era assim anunciada a solução para o grave problema de arranjar, sem necessidade de construir prédio de raiz, instalações vastas, seguras e dignas. De facto, o secular e monumental convento, que se mantém parcialmente a aguardar obras de de restauro, já

alberga, contígua à Igreja de S. Bento da Vitória, as instalações da Regie Sinfónica.

Estas instalações podem considerar-se muito boas, amplas e funcionais (e ainda falta terminar o arranjo da entrada principal e algumas salas do piso térreo), o mesmo podendo dizer do espaço que se destina ao Arquivo Distrital. Passará então a dispor de considerável área distribuída por quatro pisos com grandes salões e compartimentos, a configurar segundo as necessidades operativas do Arquivo.

As presentes instalações do ADP não são só exíguas para albergar

tantos documentos como perigosas. Uma recente inspecção do BSB considerou que, a registar-se um sinistro, os funcionários apenas terão de sair imediatmanete para o exterior. E tanto o volume de papel armazenado que o prédio é de alto risco e «explosivo».

O acervo do ADP é constituído por documentação dos cartórios notariais do Porto, cartórios dos antigos conventos, cartórios do Cabido da Sé e da Mitra — estes de inquestionável importância para a História da cidade e do país num período que data do Sec. XII — livros de Registo Civil e Registo Paroquial, Processos Judiciais do Distrito e pequenos núcleos das «Escola Raul Dória» e Governo Civil do Porto, num total de cerca de 200.000 espécies incorporados, a maioria classificada e catalogada, com inventários definitivos.

É tal a quantidade e tão pouco o espaço que o ADP dispõe que se recorreu a dependências na Rua dos Bragas, que servem de armazém. Mas outra documentação está esperando ser incorporada. E não se sabe onde a colocar. Pelo que é urgente a mudança.

Marcado para a passada segunda-feira estava o acto de concurso público para as obras de adaptação do que resta restaurar e adaptar em S. Bento da Vitória. Contudo, o assunto está a ser ainda estudado com detalhe na Subsecretaria de Estado e proximamente será feito concurso. Só então se saberá nomeadamente, a data de início das obras.



Salas seculares, cujas obras de recuperação estão inacabadas, que vão albergar um dos mais importantes acervos documentais do país.

95-05-19√ [Pg 20]

DÆDiário
SÆCultura
TÆC Arquivos-LMQ

Arquivistas contestam nomeação de Baquero Moreno

SEC substituiu directora
do Arquivo Distrital do Porto

Maria João Pires de Lima, directora há seis anos do Arquivo Distrital do Porto, não foi reconduzida no cargo, tendo sido substituída pelo historiador Baquero Moreno, docente na Faculdade de Letras do Porto e na Universidade Portucalense — uma decisão que indignou a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), a qual, num comunicado enviado à imprensa, afirma que “só a actual conjuntura política pode justificar esta medida”.

Considerando que “os arquivos portugueses não deveriam servir de meros instrumentos para a captação de capital simbólico ou atribuição de prémios por jubilação”, a BAD “manifesta a sua solidariedade” com a directora agora demitida, “cujo trabalho técnico, capacidade de gestão e coordenação, trabalho em equipa e obra realizada” — recorda — “nunca foram postos em causa”. Desde que assumiu funções, em 1989, a convite do extinto Instituto Português de Arquivos, então dirigido pelo historiador José Mattoso, Maria João Pires de Lima assumiu como prioridades a inventariação, informatização e divulgação do espólio, com o objectivo de o tornar acessível à consulta pública. Um trabalho minucioso, que resultou na recente edição de um volumoso “Guia do Arquivo” e de duas outras obras, contendo a inventariação dos fundos notariais e monásticos que a instituição possui.

O próximo desafio que a esperava, caso a tivessem mantido em funções, era o da transferência do arquivo, actualmente instalado em condições precárias num edifício da Praça da República, para o Convento de S. Bento da Vitória. A inauguração das novas instalações está prevista para Junho ou Julho, e a mudança levanta complexos problemas técnicos, já que o arquivo deverá incorporar novos fundos documentais oriundos de diversas instituições públicas. Em termos de documentação bruta, ou seja, não seleccionada, este acréscimo ao espólio representa cerca de 50 quilómetros de prateleiras, um volume brutal, se tivermos em conta que a actual sede do Arquivo, na Praça da República, dispõe apenas de 3 quilómetros de prateleiras.

Ora, com a anunciada mudança de direcção de Arquivo, os seus técnicos e, sobretudo, os seus utentes, receiam que estes processos se atrasem e que muita documentação não possa, tão cedo, vir a ser consultável pelo público interessado. “Já muita gente nos veio perguntar quanto tempo é que vamos estar parados” — afirmou-nos uma fonte do Arquivo Porto. Um receio partilhado pela BAD, que, no seu comunicado, afirma: “Todas estas expectativas parecem estar a ser completamente defraudadas com a notícia da nomeação de um novo director para o Arquivo Distrital do Porto”.

Na verdade, Baquero Moreno não é exactamente um novo director, já que exerceu justamente essas funções até à entrada de Maria João Pires de Lima, e apenas as abandonou quando foi dirigido o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que, sob a actual designação de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (AN/TT), tem hoje a tutela dos arquivos distritais — à excepção dos de Coimbra e Braga, tutelados pelas universidades locais.

A responsabilidade da nomeação de Baquero Moreno coube, pois, directamente ao presente director dos AN/TT, o historiador Borges de Macedo, que por sua vez se encontra na dependência da SEC e da Presidência do Conselho de Ministros.

Professora assistente de Ciências Documentais na Faculdade de Letras do Porto, Maria João Pires de Lima abandonou a carreira universitária para se dedicar a tempo inteiro ao arquivo, cujo quadro de pessoal integra, e deverá, portanto, permanecer ao serviço do Arquivo Distrital

do Porto. Neste momento continua ainda a exercer, na prática, o cargo de que a dispensaram, uma vez que, embora tendo já tomado posse em Lisboa, Baquero Moreno ainda não assumiu efectivamente as suas funções.

Luís Miguel Queirós

-

93-12-15√ [Pg 10]

DÆDiário
SÆCultura
TÆSantana Lopes

Santana Lopes reabriu Cadeia da Relação

Afinal, a cerimónia de segunda-feira não valeu. Tinha servido para o secretário de Estado da Cultura mostrar que cumpre as promessas ao abrir, na data indicada, a Cadeia da Relação do Porto às visitas dos interessados (ver PÚBLICO de ontem). Mas não tinha tido o brilho nem o impacto desejado. Por isso, Pedro Santana Lopes voltou a convocar a comunicação social e deslocou-se ele ontem pessoalmente ao local, acompanhado de um cortejo de “personalidades significativas” da vida cultural e económica do Porto e do país.

De entre os presentes anotem-se os nomes da escritora Agustina Bessa-Luís, do arquitecto Alcino Soutinho, da pianista Helena Sá e Costa, do pintor Albuquerque Mendes; do banqueiro Santos Silva, do presidente da AIPortuense, Ludgero Marques, do advogado Miguel Veiga, do presidente da Fundação Eng^o. António de Almeida, Fernando Aguiar Branco, da vice-governadora civil do Porto, Cândida Oliveira, do presidente do IPPAR, Nuno Santos Pinheiro, do director do Teatro S. João, Paz Barroso, da directora do Teatro Rivoli, Isabel Alves Costa; e, claro, do lado da Universidade Católica, do seu vice-reitor, Carvalho Guerra, e do cônego Ferreira dos Santos. Notada era, no entanto, a ausência de qualquer membro da Câmara do Porto. A propósito, o secretário de Estado da Cultura afirmou aos jornalistas que não tinha convidado ninguém da Câmara, porque o seu presidente já conhecia a Cadeia.

No final de nova visita guiada à Cadeia da Relação, Santana Lopes confirmou que a Universidade Católica é a instituição mais bem posicionada para gerir o futuro do edifício. Mas tal só deverá ser definitivamente decidido no final do próximo mês de Janeiro ou Fevereiro. Até lá, o secretário de Estado afirmou ir “respeitar uma fase de algum interlúdio”, à espera da reacção das pessoas...

A cerimónia incluiu, também, a visita às futuras instalações do Arquivo Distrital do Porto, que vai ficar sediado no antigo Mosteiro de S. Bento da Vitória. Apesar do prometido, este edifício não será aberto a visitas públicas, dado estar numa fase de obras que não oferece condições de segurança para tal.

Depois da visita à Cadeia da Relação, o secretário de Estado da Cultura almoçou com alguns dos seus convidados e outros figuras portuenses, certamente a preparar o terreno para a reunião com o Conselho de Fundadores de Serralves, marcada para a noite de ontem, e em relação à qual Santana Lopes afirmou irem discutir-se “questões muito importantes” para o futuro da Fundação.

Sérgio C. Andrade

-

92-11-29√ [Pg 7]

DÆDiário
SÆCultura

TÆC Arquivos

Arquivo Distrital do Porto
Remodelação do Convento
de S. Bento da Vitória já adjudicada

Foram adjudicadas, na sexta-feira, na delegação regional do Norte da Secretaria de Estado da Cultura as obras necessárias à remodelação de parte do Convento de S. Bento da Vitória, para onde serão transferidas as instalações do Arquivo Distrital do Porto. A presidir à assinatura do contrato esteve o secretário de Estado da Cultura, Pedro Santana Lopes, que nesse dia tinha participado numa cerimónia idêntica, em Leiria.

O custo das obras previstas para o Convento de S. Bento da Vitória ascende a cerca de 600 mil contos e estas serão iniciadas logo que esta verba seja aprovada pelas instâncias competentes. No momento da assinatura do contrato, Santana Lopes referiu tratar-se de um acto que integra “uma operação mais ampla de reformulação de uma rede nacional de arquivos”, que, até ao fim do próximo ano, implica investimentos da ordem de um milhão de contos. Neste momento estão já a ser tratadas as questões relativas às instalações dos arquivos distritais de Castelo Branco, Guarda, Santarém e Portalegre. Numa fase posterior serão os arquivos de Faro e Bragança. Com esta acção, Santana Lopes afirmou querer “vincar bem que a nossa política não está só virada para a animação artística, mas preocupa-se com a salvaguarda da nossa identidade”. S.C.A.

92-03-20√ [Pg 8]

DÆDiário
SÆCultura
TÆTítulo C-Porto

Arquivo Distrital do Porto em
S. Bento da Vitória

O subsecretário de Estado da Cultura, Sousa Lara, anunciou ontem, no Porto, que a SEC vai atribuir 80 mil contos para a segunda fase de instalação do Arquivo Distrital do Porto, no Convento de S. Bento da Vitória. Trata-se de “uma obra necessária, atendendo a degradação do Mosteiro” e abriu já concurso público para a empreitada, disse Sousa Lara que anunciou na mesma ocasião a atribuição de uma verba de sete mil e quinhentos contos para a recuperação da instalação eléctrica e da cobertura da igreja do Mosteiro de Pombeiro, em Felgueiras.

92-04-10√ [Pg 13]

≠L-Arquivo-LMQ 3986
Novas instalações no Convento de S.Bento da Vitória

Arquivo Distrital muda-se em 1994

O subsecretário de Estado da Cultura, Sousa Lara, anunciou ontem, no Porto, o lançamento do concurso público para a segunda fase das obras em curso no Convento de S. Bento da Vitória, onde ficará instalado o Arquivo Distrital do Porto.

A adaptação às necessidades do arquivo de uma parte do convento orçará em cerca de meio milhão de contos, uma verba que o próprio Sousa Lara considerou “astronómica”, no encontro que manteve com jornalistas na actual sede do Arquivo, na Praça da República. O elevado custo da empreitada — financiada pelo PIDDAC (Plano de Investimentos e Despesas para Desenvolvimento da Administração Central) — deve-se, segundo o arquitecto que assinou o projecto, Maia Rebelo, às condições de segurança que o material a conservar exige e, por outro lado, ao facto de se tratar de um edifício histórico. “Se pudéssemos entrar por ali dentro como em vinha vindimada, a obra sairia muito mais barata”, afirmou o arquitecto.

A primeira fase da empreitada terminou em Outubro passado, quando ficou concluída a construção dos depósitos subterrâneos no claustro do convento, e prevê-se que o Arquivo Distrital possa transferir-se para as suas novas instalações até ao primeiro semestre de 1994. Uma operação urgente, já que a sua sede actual, uma velha casa de habitação arrendada na Praça da República, não oferece condições mínimas de segurança a um acervo documental que remonta até ao século XII e torna o Arquivo Distrital do Porto, segundo o número dois da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), “um dos mais importantes da Europa”.

“Isto é uma tocha — afirmou Sousa Lara —, e até sairmos daqui só nos resta fazer figas para que não haja nenhum acidente”. E, aos problemas de segurança, soma-se a falta de espaço. “À excepção de uma incorporação extraordinária em 1978, de documentos de empresas do século passado que abriram falência — explicou a directora do Arquivo, Maria João Pires de Lima —, não recebemos documentos desde 1950”. E mesmo para albergar os que já possui, foi necessário recorrer ao arrendamento de várias casas.

No número 38 da Praça da República — estranhamente, a SEC convocou a Imprensa para o número 75, sede do Instituto Francês do Porto — amontoam-se quase três quilómetros de prateleiras, mas os documentos que esperam incorporação, em notários e tribunais, no Registo Civil, nas paróquias, ocupariam, segundo Maria João Pires de Lima, cerca de 40 quilómetros. “Se, de facto, os guardássemos todos, a área que nos está destinada no Convento de S. Bento da Vitória seria insuficiente”. Mas trata-se de “documentação bruta”, que passará por uma fase de selecção antes de integrar o Arquivo. “Na Europa, os níveis de eliminação rondam os oitenta por cento”, fez notar a directora.

Publicação de inventário

A conferência de Imprensa que ontem teve lugar serviu ainda para divulgar a próxima edição de um cadastro e um guia dos fundos documentais disponíveis no Arquivo, bem como a publicação de um inventário de oito espólios, oriundo de seis conventos e duas congregações religiosas do distrito do Porto. As edições, que, segundo Sousa Lara, constituem uma iniciativa inédita entre nós e facilitarão decisivamente a tarefa de estudantes e investigadores — “só sou subsecretário há seis meses, mas frequento esta casa há muitos anos e avalio bem a importância destas publicações” —, serão inteira ou parcialmente financiadas pelo Governo Civil do Porto, que possui também um arquivo próprio, cujos documentos transitarão futuramente para S. Bento da Vitória.

As obras no convento portuense inserem-se num plano global de reconversão dos arquivos distritais do país, que, num futuro próximo, segundo informou o subdirector do Instituto Português de Arquivos, ficarão ligados por um novo sistema informático, susceptível de permitir, a partir de qualquer um deles, a consulta imediata dos documentos disponíveis.

Luís Miguel Queirós

91-11-30√ [Pg 35]

—
lp-lara

3409

Novas instalações são “prioridade nacional”

Vitória para o Arquivo Distrital

O subsecretário de Estado da Cultura, Sousa Lara, fez a sua primeira visita oficial. Ao Porto, para mostrar que a resolução das aflições do Arquivo Distrital são uma “prioridade nacional”. Não trouxe mais novidades, mas esteve bem humorado.

As obras finais de adaptação de parte do antigo Convento de São Bento da Vitória para a instalação do Arquivo Distrital do Porto vão ter início no próximo ano, anunciou ontem o subsecretário de Estado da Cultura, António de Sousa Lara. Foi a sua primeira deslocação oficial depois da tomada de posse e Sousa Lara fez questão de acentuar que esse facto é um indicador da importância que a Secretaria de Estado da Cultura atribui à instituição: “A transferência do Arquivo Distrital do Porto das suas actuais instalações para o Convento de São Bento da Vitória não é apenas uma prioridade regional. É uma prioridade nacional”. No entanto, não se sabe ainda com exactidão em que data é que o Arquivo terá novas instalações disponíveis, uma vez que, embora o concurso da fase final deva ser lançado no início do próximo ano, as obras não demorarão menos de um ano e meio, segundo o arquitecto responsável pelo projecto, Guilherme Guimarães. O custo global do empreendimento rondará os 600 mil contos, 60 mil dos quais foram já investidos nas obras até agora feitas, nomeadamente na construção de depósitos subterrâneos, onde ficarão instalados os fundos do Arquivo.

Partilhas
com a Régie

A opção pela construção de depósitos subterrâneos fica a dever-se à exiguidade do espaço disponível em São Bento da Vitória, que se tornou maior quando, ao contrário do que inicialmente previra, o Arquivo Distrital foi obrigado a partilhar o edifício do antigo convento com a Régie Sinfonia (para além do facto de uma pequena ala ter sido destinada aos frades beneditinos). O facto de, depois da consolidação estrutural do edifício feita há uns anos atrás, as obras de reabilitação funcional das áreas atribuídas à Régie e ao Arquivo terem sido entregues a projectistas diferentes — ao contrário do que se poderia esperar, uma vez que se trata, afinal, de um único edifício — é fruto daquela partilha e da “disputa” subsequente entre as duas entidades.

A transferência para São Bento da Vitória virá resolver um problema fundamental do Arquivo Distrital, responsável, nomeadamente, pelas dificuldades actuais desta instituição em fazer novas incorporações para o seu acervo: a falta de espaço, quer para a conservação dos fundos, quer para a consulta pública. Refira-se que, no ano passado, mais de 2 mil leitores, 48% dos quais investigadores, frequentaram a sala de consulta de documentos do Arquivo, instalado, praticamente desde a sua criação em 1931, num velho e degradado edifício da Praça da República.

Embora não falem no Porto problemas por resolver que são da competência e responsabilidade da SEC, Sousa Lara — que à tarde visitou o Museu Nacional Soares dos Reis com o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, e à noite presidiu à inauguração da Biblioteca Pública Municipal da Póvoa de Varzim — não trouxe qualquer outra novidade nesta sua primeira deslocação oficial. O que não impediu o subsecretário de Estado da Cultura de estar bem humorado, chegando a dizer, a propósito das obras no antigo convento da Rua das Taipas, que “a Vitória é difícil, mas é nossa!”

Mário Santos

-